

REGINA ÂNGELA SALES PRACIANO

O IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS  
POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA EM MUNICÍPIOS  
CEARENSES: **o programa bolsa família em foco**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Profissional em Planejamento e  
Políticas Públicas do Centro de Estudos  
Sociais Aplicados da Universidade  
Estadual do Ceará, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria do Socorro  
Ferreira Osterne

FORTALEZA - CE  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REGINA ÂNGELA SALES PRACIANO  
O IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS POPULAÇÕES DE BAIXA  
RENDA EM MUNICÍPIOS CEARENSES: **o programa bolsa família em foco**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne  
Universidade Estadual do Ceará  
Orientadora

---

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota  
Universidade Estadual do Ceará  
Titular

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Helena Selma Azevedo  
Universidade Federal do Ceará  
Titular

Para minha filha, Manoela, amor da minha vida, que me  
faz querer ser, sempre, uma pessoa melhor.

DEDICO

## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, Sadoc e filhos pela força, paciência e estímulo constante.

À professora Socorro Osterne, referência na área acadêmica, com trajetória nos estudos e pesquisas, por suas pertinentes orientações, sugestões e recomendações.

À minha mãe, Dalvany Praciano, pelo seu amor e incentivo aos meus estudos, sempre.

À Margarida Câmara, minha amiga irmã e companheira de trabalho que me incentiva, me apoia em todos os momentos, o meu profundo agradecimento e eterna amizade.

À professora Helena Selma Azevedo, que prontamente aceitou convite para participar de momento tão importante na construção desta dissertação, agradeço pelas competentes observações, carinho e atenção.

À Isabel Cristina de Pontes Lima, companheira de trabalho, pela ajuda na produção da dissertação com seus inúmeros comentários e incentivos.

Ao professor Horácio Frota, pela colaboração e participação nas bancas de qualificação e defesa.

Aos meus irmãos e sobrinhos pela amizade, credibilidade e incentivo.

Às pessoas entrevistadas e demais informantes que possibilitaram a “invasão” em suas vidas, meu grato reconhecimento.

À Lourdes Pitombeira e Geórgia Menescal, representantes da equipe de Articuladores Regionais da STDS, que me ajudaram na aplicação dos questionários junto às famílias nos cinco municípios pesquisados; agradeço pela adesão e disponibilidade.

À equipe de apoio da Célula de Segurança Alimentar e Nutricional da STDS, especificamente Claudemir, Joelma e Tatiane, pela competente ajuda na digitação de várias etapas desse e de outros trabalhos elaborados no decorrer do curso.

À Lisse e Layla, minhas companheiras em todas as horas e momentos, que nunca me deixaram sozinha, inclusive e principalmente nas madrugadas.

À Aparecida Cabral que de forma disponível, carinhosa e atenciosa fez a leitura de todo meu trabalho, contribuindo com a revisão ortográfica.

À Ângela Maria Pinho Barros e Thelma Marylanda Silva de Melo, competentes profissionais da biblioteca da UECE pelo exemplar apoio nas correções e orientações para organização desse trabalho.

“Não existem realidades totalmente desvendadas;  
sempre surgem pontos obscuros e toda obra é,  
por definição, inacabada, apenas um ensaio”

Pedro Demo

## RESUMO

Este estudo tem como eixo temático o Programa Bolsa Família, e foi elaborado na perspectiva de responder ao seguinte questionamento: “Os programas de transferência de renda, vem possibilitando a diminuição da pobreza ou continuam com o mesmo viés compensatório das políticas sociais que o antecederam?” Está metodologicamente elaborado em um estudo de caso, para reconstruir e interpretar fatos históricos e retratar seus impactos entre famílias de baixa renda do Estado do Ceará. Parte da hipótese de que os programas de transferência de renda reafirmam a dimensão compensatória eventual e fragmentária das ações assistenciais tradicionalmente desenvolvidas, não alcançando caráter de política pública e a não concepção no âmbito do direito, não superando, portanto, o clientelismo que tem marcado as políticas sociais brasileiras. Partindo de tal pressuposto, o estudo, analisa os resultados do Bolsa Família, na redução dos indicadores de pobreza entre beneficiários.

Têm como área de abrangência cinco municípios que apresentam menor IDH: Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambú e Quiterianópolis; e, como amostra, famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Os informantes estão caracterizados por serem os responsáveis pelo recebimento do benefício, sendo, portanto pobres e extremamente pobres, e em sua maioria –mulher/mãe/dona de casa. O estudo encontra-se sumariado em quatro partes assim distribuídas: O percurso da produção literária (categorias e conceitos); Transferência de Renda ( a mais recente estratégia para o enfrentamento da pobreza); A Transferência de Renda pela via do Bolsa Família (um estudo de caso); Resultados do Bolsa Família nos Municípios Cearenses de Menor IDH.

**Palavras chaves:** família, pobreza, assistência social, programas de transferência de renda.



## ABSTRACT

This study has as its thematic axis the “Bolsa Familia” program and was elaborated to answer the following question: “Have the income transfer programs reduced poverty or are they just maintaining the same compensatory nature than its predecessors?” This work has been methodologically elaborated as a case study aimed to rebuild and interpret historical facts and portrait its impact on low income families in the State of Ceará, Brazil. It begins from the hypothesis that the income transfer programs reaffirm the eventual and fragmented compensatory nature of the traditional assistance actions, without attaining a public policy nature and without being a legal entity, thus maintain the same arbitrary character that have characterized the Brazilian social policies in the past. Starting from such an assumption, this study analyzes the results attained by the “Bolsa Familia” program in terms of reduction of the poverty indicators of its beneficiaries.

The study covered five counties with the lowest HDI (Human Development Index), in the state, namely Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambú and Quiterianópolis; and as samples were families included in the Bolsa Familia program. The respondents were those in charge of receiving the benefit, thus being poor or extremely poor people, most frequently a woman/mother/housewife. The study is summarized in four parts distributed as follows: The literature research (categories and concepts); Income transfer (the most recent poverty-fighting strategy); Income transfer through the Bolsa Familia program (a case study); Results of the Bolsa Familia program in the counties within the State of Ceará with the lowest HDI.

**Key words:** family; poverty; social assistance; income transfer programs.

## LISTA DE SIGLAS

ABONG –	Associação Brasileira de Organismos Não Governamentais
BPC –	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO –	Cadastro Único
CGL -	Comitê Gestor Local
CGU –	Controladoria Geral da União
CIDE –	Contribuição da Intervenção sobre o Domínio Econômico
CMECN-	Comissão Mista Especial do Congresso Nacional
CONSEA –	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPI –	Comissão Parlamentar de Inquérito
FAO –	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FECOP –	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FHC –	Fernando Henrique Cardoso
FMI –	Fundo Monetário Internacional
HIV –	Human Immuno Deficiency Virus (Virus da Imuno Deficiência Humana)
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS-R –	Índice de Desenvolvimento Social por Resultado
IDM –	Índice de Desenvolvimento Municipal
INEPE –	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS –	Instituto Nacional de Segurança Social
IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica
IPECE –	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LBA –	Legião Brasileira de Assistência
LOAS –	Lei Orgânica da Assistência Social
MBES –	Ministério do Bem Estar Social
MDS –	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPAS –	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPE –	Ministério Público Estadual
MPF –	Ministério Público Federal
ONG –	Organização Não Governamental

PBF –	Programa Bolsa Família
PETI –	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB –	Produto Interno Bruto
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNGR –	Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima
PPD –	Pessoas Portadoras de Deficiência
PSF –	Programa Saúde da Família
SAC –	Serviço de Ação Continuada
SAS –	Secretaria de Ação Social
SEAS –	Secretaria de Estado de Assistência Social
SEDUC –	Secretaria de Educação do Estado
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESA –	Secretaria de Saúde do Estado
SESI –	Serviço Social da Indústria
SGB –	Sistema de Gestão de Benefícios
STDS –	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUS –	Sistema Único de Saúde
TCM –	Tribunal de Contas do Município
TCU –	Tribunal de Contas da União

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

### QUADROS:

Quadro Síntese 1	Programas Federais de Transferência de Renda do Governo Fernando Henrique Cardoso .....	61
Quadro Síntese 2	Programas Federais de Transferência de Renda do Governo Lula Quadro de Composição dos Beneficiários do PBF Quadro de Cobertura do Bolsa Família nos cinco Municípios pesquisados .....	67
Quadro I	Características Gerais dos Municípios .....	176
Quadro II	Síntese dos Resultados .....	177
Quadro II	Síntese dos Resultados .....	178

### TABELAS POR MUNICÍPIO

#### Distribuição dos informantes segundo faixa etária:

• Aiuaba .....	86
• Arneiroz .....	99
• Catarina .....	112
• Parambu .....	125
• Quiterianópolis .....	140

#### Distribuição dos informantes segundo gênero:

• Aiuaba .....	87
• Arneiroz .....	100
• Catarina .....	112
• Parambu .....	126
• Quiterianópolis .....	141

#### Posição do informante na estrutura familiar:

• Aiuaba .....	87
• Arneiroz .....	100

- Catarina ..... 113
- Parambu ..... 126
- Quiterianópolis ..... 141

Condição do informante na responsabilidade pela manutenção da família:

- Aiuaba ..... 87
- Arneiroz ..... 100
- Catarina ..... 113
- Parambu ..... 126
- Quiterianópolis ..... 141

Distribuição dos usuários segundo situação civil:

- Aiuaba ..... 88
- Arneiroz ..... 101
- Catarina ..... 113
- Parambu ..... 127
- Quiterianópolis ..... 142

Situação do usuário segundo número de membros na família:

- Aiuaba ..... 88
- Arneiroz ..... 101
- Catarina ..... 114
- Parambu ..... 127
- Quiterianópolis ..... 142

Situação do usuário segundo condição de moradia:

- Aiuaba ..... 88
- Arneiroz ..... 101
- Catarina ..... 114
- Parambu ..... 127
- Quiterianópolis ..... 142

#### Distribuição dos usuários segundo renda familiar:

• Aiuaba .....	89
• Arneiroz .....	102
• Catarina .....	115
• Parambu .....	128
• Quiterianópolis .....	143

#### Variação no valor do Bolsa Família:

• Aiuaba .....	89
• Arneiroz .....	102
• Catarina .....	115
• Parambu .....	129
• Quiterianópolis .....	144

#### Razão de participar do Bolsa Família:

• Aiuaba .....	90
• Arneiroz .....	103
• Catarina .....	116
• Parambu .....	129
• Quiterianópolis .....	145

#### O significado do Bolsa Família:

• Aiuaba .....	90
• Arneiroz .....	103
• Catarina .....	116
• Parambu .....	130
• Quiterianópolis .....	145

#### Como o usuário entende o Bolsa Família

• Aiuaba .....	90
• Arneiroz .....	104
• Catarina .....	116
• Parambu .....	131

- Quiterianópolis ..... 146

Distribuição dos usuários segundo escolaridade:

- Aiuaba ..... 91
- Arneiroz ..... 104
- Catarina ..... 117
- Parambu ..... 131
- Quiterianópolis ..... 146

Pessoas da família na escola:

- Aiuaba ..... 91
- Arneiroz ..... 104
- Catarina ..... 117
- Parambu ..... 132
- Quiterianópolis ..... 146

Frequência na escola:

- Aiuaba ..... 92
- Arneiroz ..... 105
- Catarina ..... 118
- Parambu ..... 132
- Quiterianópolis ..... 147

Acompanhamento da frequência escolar:

- Aiuaba ..... 92
- Arneiroz ..... 105
- Catarina ..... 118
- Parambu ..... 132
- Quiterianópolis ..... 147

Alimentação diária da família:

• Aiuaba .....	93
• Arneiroz .....	106
• Catarina .....	118
• Parambu .....	133
• Quiterianópolis .....	148

Controle de vacinação:

• Aiuaba .....	93
• Arneiroz .....	106
• Catarina .....	119
• Parambu .....	133
• Quiterianópolis .....	148

Acompanhamento da saúde da família:

• Aiuaba .....	93
• Arneiroz .....	106
• Catarina .....	119
• Parambu .....	133
• Quiterianópolis .....	149

Periodicidade do acompanhamento à saúde:

• Aiuaba .....	94
• Arneiroz .....	107
• Catarina .....	119
• Parambu .....	134
• Quiterianópolis .....	149

Principais problemas de saúde da família

• Aiuaba .....	94
• Arneiroz .....	107
• Catarina .....	120
• Parambu .....	134



• Quiterianópolis .....	149
 Tempo de participação no Bolsa Família	
• Aiuaba .....	95
• Arneiroz .....	107
• Catarina .....	120
• Parambu .....	134
• Quiterianópolis .....	150
 Destinação do dinheiro do Bolsa Família	
• Aiuaba .....	95
• Arneiroz .....	108
• Catarina .....	121
• Parambu .....	135
• Quiterianópolis .....	150
 Participação das famílias em projetos de qualificação profissional:	
• Aiuaba .....	95
• Arneiroz .....	108
• Catarina .....	121
• Parambu .....	135
• Quiterianópolis .....	151
 Famílias conhecem programas da área social:	
• Aiuaba .....	96
• Arneiroz .....	109
• Catarina .....	122
• Parambu .....	136
• Quiterianópolis .....	152

Participação em programas governamentais:

• Aiuaba .....	97
• Arneiroz .....	109
• Catarina .....	123
• Parambu .....	137
• Quiterianópolis .....	152

Acesso de usuários a programas e projetos:

• Aiuaba .....	97
• Arneiroz .....	110
• Catarina .....	123
• Parambu .....	138
• Quiterianópolis .....	153

Encaminhamentos para outros programas:

• Aiuaba .....	98
• Arneiroz .....	110
• Catarina .....	124
• Parambu .....	139
• Quiterianópolis .....	153

# SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SÍMBOLOS  
LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
2	<b>O PERCURSO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA</b> .....	28
2.1	<b>A família no contexto das lutas pela sobrevivência</b> .....	28
2.2	<b>A condição de pobreza e desigualdades na sociedade brasileira</b> .....	39
2.3	<b>Política de assistência social: do assistencialismo à experiência emancipatória</b> .....	42
3	<b>TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A MAIS RECENTE ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA</b> .....	50
3.1	<b>Premissas e legislação</b> .....	50
3.2	<b>Novos rumos para as especificidades dos programas de transferência de renda no Brasil</b> .....	54
3.3	<b>Caracterização e dinâmica dos programas de transferência de renda no Governo Lula</b> .....	62
4	<b>A TRANSFERÊNCIA DE RENDA PELA VIA DO BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO</b> .....	69
4.1	<b>Os indicadores de pobreza e miséria no Ceará</b> .....	70
4.2	<b>Dinâmica de execução do programa bolsa família no estado</b> .....	73
4.3	<b>O percurso da investigação</b> .....	79
5	<b>RESULTADOS DO BOLSA FAMÍLIA, NOS MUNICÍPIOS CEARENSES DE MENOR IDH</b> .....	84
5.1	<b>Aiuaba</b> .....	85
5.2	<b>Arneiroz</b> .....	98
5.3	<b>Catarina</b> .....	110
5.4	<b>Parambú</b> .....	124
5.5	<b>Quiterianópolis</b> .....	139
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	155
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	166
	<b>ANEXOS</b> .....	175

# 1 INTRODUÇÃO

Com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 5.500,00, (cinco mil e quinhentos reais) aproximadamente, a preços de 1998, o Estado brasileiro não foi capaz de reduzir a pobreza e a indigência a padrões aceitáveis, e ou pelo menos equivalentes aos países de níveis de renda semelhante. É conhecida a flagrante e enorme desigualdade que caracteriza o país nos aspectos: econômico, social, regional, étnico e de gênero. Em termos de renda, os 16,0 dezesseis milhões de brasileiros, correspondentes aos 10% mais ricos, possuem 27 vinte e sete vezes a renda média dos 64,0 sessenta e quatro milhões que perfazem os 40% mais pobres. Em 1997, 15% da população brasileira ou seja, 4,8 quatro milhões e oitocentos mil famílias, não tinham condições sequer de adquirir as calorias indispensáveis à sua alimentação básica. Um pouco mais acima dessa linha de indigência, também chamada de linha da fome, estão os que ganham o mínimo indispensável para se alimentar, mas não possuem renda para a satisfação de outras necessidades básicas, como moradia, saúde, educação, vestuário e transporte. Os dois contingentes somados atingiram, naquele ano, cerca de 54,0 cinquenta e quatro milhões de pessoas, equivalentes a 34% dos brasileiros. Ressalta-se que, embora seja intensa na zona rural (58% da sua população vive abaixo da linha de pobreza), o maior contingente de população pobre vive na área urbana, pois 80% dos brasileiros moram nas cidades. No Nordeste urbano e rural, estão 51% dos pobres brasileiros, seguidos das 3 (três) maiores áreas metropolitanas, do Sudeste. Os dados de pobreza no Brasil contrastam com o volume de recursos aplicados anualmente na área social, e que representam cerca de 20% do PIB. Ocorre que esses recursos acabam sendo apropriados por segmentos mais ricos da população, em razão, por exemplo, da má focalização desses gastos, especificamente da Previdência Social e da herança histórica concentradora de poder e privilégios. No entanto, parcelas significativas da população apenas sobrevivem com o apoio das políticas de assistência social. Tais dados estão contidos no Relatório Final da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional, constituída em 1999, para estudos da pobreza e para apresentar soluções alternativas (CMECN,1999).

Em decorrência desse déficit histórico, o Governo Brasileiro vem sendo cobrado no sentido da adoção de políticas redistributivas e estruturantes (reforma agrária, reforma tributária, universalização de políticas sociais básicas), com potencialidade de redução das

desigualdades regionais e sociais, e, incorporação dos segmentos já excluídos do mercado de trabalho e dos jovens que acorrem todo ano em busca do primeiro emprego. Tendo também que oferecer respostas na implantação da política de assistência social, além das cobranças nacionais pela universalização de várias ações públicas de caráter geral (merenda escolar, ações preventivas de saúde, dentre outras).

Recentemente, tentativas de combate à pobreza vêm sendo intensificadas, compreendendo um conjunto integrado de programas sociais: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Projetos de Geração de Renda, para municípios de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH mais baixo, e, outros que apresentam Indicadores Sociais agravantes, focalizados na população pobre, além das políticas de caráter geral, algumas já universalizadas. O entendimento é que focalizar os gastos sociais em benefício dos mais pobres, significa distribuir de forma mais igualitária os recursos públicos, resultando na superação da exclusão social. Entretanto, é importante destacar que a exclusão social é um fenômeno muito mais complexo, especialmente considerando a raiz elitista e excludente da sociedade brasileira. A exclusão está presente em diversas formas ou práticas, a exemplo dos que sofrem banimento, condenação à morte, dos que estão isolados em asilos, dispensários e sistema prisional. Também são alvos permanentes de várias formas de discriminação: os portadores de deficiências, os idosos, os doentes crônicos, os portadores de HIV, os discriminados por questões étnicas, opção sexual ou questão de gênero e os desempregados ou privados do trabalho. Considerando sob esse ângulo, pode-se afirmar que a exclusão se dá, efetivamente, envolvendo todos os que se encontram colocados fora dos circuitos das trocas sociais (materiais e/ou simbólicas), e impedidos do exercício pleno dos direitos de cidadania e dos direitos humanos fundamentais. Enfim, do ser sujeito ou um ser humano consciente, e são milhões e milhões de brasileiros nessa condição.

Além das ações que vêm sendo planejadas e empreendidas pelo poder público na tentativa da superação das desigualdades sociais, este é um problema que assume dimensões de natureza ética, cultural, social e econômica, demandando a participação de toda sociedade. É preciso encontrar mediações e alternativas a serem implementadas em curto prazo, para a inclusão social de setores tão significantes e com tantas especificidades. É necessário intensificar uma discussão ética capaz de realizar mudanças comportamentais na sociedade brasileira, de modo a gerar uma cultura de cooperação e solidariedade, no lugar da atual: competitiva, elitista, discriminatória e geradora de violência. Uma das mediações possíveis

seria para alguns estudiosos do tema, oferecer oportunidade de trabalho, um direito e uma exigência à construção do sujeito autônomo. Mas, essa perspectiva não tem se constituído decisão governamental prioritária.

O atual Governo Federal, desenhou seus principais programas sociais voltados para o enfrentamento da pobreza e da miséria, sugerindo como objetivo, integrar os principais projetos de transferência de renda da área social remanescentes do Governo Fernando Henrique Cardoso como: Bolsa-Escola, Vale-Gás, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda e Agente Jovem, cujos custos consumiram do orçamento de 2003, cerca de R\$ 6 seis bilhões, a eles destinados. Em discurso, o Presidente Lula declarou que a unificação desses projetos por si só iria revolucionar a forma de o Estado combater a pobreza. De fato, essa medida foi assumida para reduzir gastos burocráticos e possibilitar ampliação do quantitativo de atendimento à população.

O plano de unificação dos programas a princípio, sinteticamente, consistiu na criação de um cartão magnético único para as famílias consideradas pobres, no qual se estabeleceu um valor mensal, variando de acordo com o grau de pobreza. A avaliação anterior era que a profusão de projetos com o mesmo objetivo e outros sem finalidades claras, fazia a Ação Social, “pulverizar recursos e desfocalizar do público prioritário”. Daí, a urgência em unificar os programas sociais, uma vez que essa fragmentação causava desperdício de dinheiro público, além de outras deficiências. Segundo documentos do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, responsável pela unificação de alguns programas sociais, tal preocupação encontra-se evidenciada na colocação de que, a estratégia de inclusão social evita a sobreposição de programas, que pulveriza os recursos públicos, causa disputa entre as instituições e fragmenta as ações, tornando-as pouco efetivas.

Defendiam ainda, que as propostas de um cadastro único, e a de concentrar medidas em um só Ministério, seriam fundamentais, mas, a mudança mostrou-se a princípio impossível. Enfim, a opção do Governo de centralizar programas sociais, foi concretizada com a criação de um novo benefício, para onde convergiram todos os existentes – o Bolsa-Família. Ao contrário do que se anunciara, a coordenação do programa unificado não mais ficaria com o Ministério da Assistência e Promoção Social, na época, mas sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, criada especialmente para gerenciar programas federais de transferência de renda. Tal órgão foi composto por um

Conselho Gestor , integrado por representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social, Trabalho, Fazenda e Segurança Alimentar.

Os objetivos declarados dessa iniciativa mostraram-se relevantes: unificar todos os programas de transferência de renda em um só, concentrando todos os seus beneficiários em um único cadastro, o que contribuiria para formar um diagnóstico mais preciso sobre a situação de pobreza em que vivem as famílias das classes mais baixas do país e, portanto, ajudaria também o governo a direcionar seus esforços em programas capazes de influir positivamente na vida de pessoas que de fato demandam auxílio financeiro associado a outras ações governamentais de caráter emancipatório.

Nos discursos oficiais do período, percebe-se convergências de idéias sobre a necessidade dos programas sociais do governo assegurar maior eficiência, isto é, uma melhor utilização dos recursos públicos destinados aos programas de transferência de renda, focalizando as famílias, indigentes e pobres. Entretanto, conforme esses mesmos discursos oficiais, na fala do então Ministro José Dirceu, hoje destituído do poder, registrou-se que “Quanto à eficácia, em nosso entendimento, requer que os resultados esperados sejam prévia e claramente explicitados. Se o resultado esperado se resume em assegurar uma renda mínima às famílias beneficiárias, então pode-se falar também de maior eficácia da bolsa-família. No entanto, não concordamos com as opiniões segundo as quais esse tipo de programa contribui para reduzir as desigualdades” (Discurso do Ministro José Dirceu, em julho de 2004).

Esta, aliás, é uma das principais críticas feitas ao programa. Muitos estudiosos dizem que apesar de ser abrangente e de exigir uma contrapartida dos beneficiários, o bolsa-família continua sendo somente uma iniciativa de transferência de renda, pois simplesmente repassa dinheiro (o que alivia no curto prazo, as desigualdades), ao invés de atuar nas causas, nas estruturas que constroem esse quadro de discrepância de renda, e, condições em que vivem as camadas mais carentes, colocando o Brasil no lamentável 65<sup>o</sup> lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim , a grande vantagem do Programa de Transferência de Renda seria qualificar gastos, direcionando-os às pessoas que verdadeiramente precisam de ajuda governamental, porém, com pouca ou nenhuma influência nas origens da pobreza e da desigualdade.

Analisando estudos realizados pela ABONG – Associação Brasileira de Organismos Não Governamentais, registrou-se comentários quanto a importância do programa, por sua possibilidade de reduzir as privações a que estão submetidas as famílias mais pobres, pois na melhor das hipóteses, ele aliviaria as consequências da desigualdade. Segundo o Diretor da ABONG, a redução das desigualdades exige mudança no modelo econômico, adotando-se padrões de produção e consumo sustentáveis, e uma drástica redistribuição de renda e de patrimônio (por exemplo, através de uma reforma agrária massiva é de qualidade); outras opiniões também relativas aos Programas de Transferência de Renda, mostraram-se favoráveis pelas possibilidades de minimizar as consequências imediatas da miséria (atuando a curto prazo), quando tenta trabalhar a causa, ao exigir a contrapartida dos beneficiários (agindo, portanto, a médio e longo prazo). Para muitos, o grande erro do programa encontra-se na limitação da faixa etária, atendendo até 14 anos meninos e meninas, cujas famílias são beneficiadas, deixando portanto, os jovens excluídos do benefício; desconsiderando que os jovens têm sofrido, com o problema do desemprego, violência, falta de qualificação, escolaridade, etc. Ressaltam que essa “falta de coerência” em vez de incentivar a preparação e a instrução dos jovens, estimula-os a entrar no mercado de trabalho despreparados e transformados em mão-de-obra barata, ou de modo mais perverso a buscarem alternativas de sobrevivência no mundo das drogas ou outras formas de delinquência.

Por ser um programa muito recente, e ainda não existirem comprovações sobre seu impacto quanto à diminuição das desigualdades sociais, defende-se que a experiência merece ser estudada.

Outras reflexões voltadas para o debate em torno do Bolsa Família voltam-se para o monitoramento, avaliação e controle social de seus resultados. Tais reflexões justificam-se indiscutivelmente para que a nação em geral possa compreender se a iniciativa de transferir renda aos mais pobres qualifica o investimento público em ações direcionadas ao enfrentamento da pobreza.

O estudo ora proposto, tem como eixo temático o Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família. O interesse por esse tema se justifica em motivações profissionais desta pesquisadora, cujas experiências acumuladas na gestão da Política de Assistência Social no Estado do Ceará, concorrem para questionamentos que se articulam entre teoria e prática, num exercício que produz uma série de indagações convergentes, para o que se segue:



Os programas de Transferência de Renda, especificamente o Bolsa Família, vem possibilitando a diminuição da pobreza ou continuam com o mesmo viés compensatório das políticas sociais que lhe antecederam?

A articulação, integração ou unificação entre os vários programas, está propiciando um melhor alcance dos problemas ou possibilitando o deslocamento do foco das especificidades?

O programa de transferência de renda Bolsa Família, vem sendo monitorado e avaliado sistematicamente, no sentido de garantir além da focalização, a transparência da aplicação dos recursos, o controle social e a eficiência?

As famílias atendidas vêm de fato melhorando suas condições de pobreza? Estão mais autônomas? Os critérios exigidos para participação no programa têm contribuído para a inclusão social de crianças e adolescentes, possibilitando aos mesmos, um melhor futuro, através do rompimento do chamado “círculo vicioso da pobreza”?

Tais questionamentos culminaram com a formulação das seguintes hipóteses:

Os programas de transferência de renda reafirmam a dimensão compensatória, eventual e fragmentária das ações assistenciais tradicionalmente desenvolvidas, não alcançando a concepção do direito universal. Não superam portanto, a situação de pobreza que tem marcado a história brasileira;

A gestão do Programa Bolsa Família induz à prática intersetorial, vez que adota como condicionantes à transferência de renda, o controle da frequência escolar e da vacinação de crianças inseridas em famílias beneficiárias;

A execução do Programa Bolsa Família, desvinculado de um sistema de monitoramento e avaliação permanente, compromete a visibilidade de seus impactos no alcance de seus objetivos;

Não se evidencia entre as famílias beneficiadas pelo Programa, a superação da condição de pobreza.

Correspondendo aos questionamentos levantados e hipóteses formuladas, objetivou-se em termos gerais com o desenvolvimento desta pesquisa, analisar os resultados do Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, na redução dos indicadores de pobreza entre 2003 a 2006, no Estado do Ceará.

Mais especificamente objetivou-se:

Caracterizar elementos componentes dos modelos de gestão e operacionalização do Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, analisando sua capacidade de intervenção no problema da pobreza local.

Observar em que medida a intersectorialidade entre programas, estruturantes articulados ao programa Bolsa Família vêm contribuindo para melhoria de qualidade de vida da população beneficiada.

Identificar e analisar o sistema de monitoramento do programa Bolsa Família, observando os instrumentos de acompanhamento das famílias e controle das ações.

Descrever resultados alcançados pela transferência de renda, na mobilidade social de famílias na condição de extrema pobreza, para a condição de pobres e não pobres.

Oferecer referências para novos estudos relacionados ao tema pesquisado.

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa, parte de um vínculo entre a fundamentação teórica selecionada em função da identificação da pesquisadora, com conceitos e abordagens de determinados autores, e a prática profissional exercida na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em articulação com outras instâncias Federais, Estaduais e Municipais, por suas influências gerenciais no Bolsa Família.

Tomando-se por referência os pressupostos de Bruyne, Herman e Schoutheete (1990), esta pesquisa desenvolveu-se a partir da compreensão de que “ a metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas, principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes, de fecundidade na produção de resultado”.

O método hipotético dedutivo, a quantificação e a abordagem qualitativa, associam-se para dar concretude a um estudo de caso, articulando-se a um quadro de referências teórico-práticas, para a compreensão dos fatos empíricos observados.

A reflexão crítica neste estudo, desenvolve-se, às vezes, em concordância, e outras em oposição aos argumentos teóricos produzidos em torno do tema investigado.

A relação entre o quantitativo e qualitativo aliada ao componente teórico-prático, possibilita confrontar os achados e postular sugestões para o aprimoramento da transferência de renda, enquanto mecanismo de redução dos indicadores de pobreza.

Assim delineado, este estudo comporta pesquisa do tipo bibliográfico, documental e de campo; articulados entre si para dar suporte aos objetivos nele descritos e referendar a confirmação ou negação das hipóteses formuladas.

Para compor um quadro de referências analíticas, a pesquisa de campo foi desenvolvida em cinco municípios cearenses, selecionados a partir de três critérios básicos, a saber:

Ter assinado Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família.

Situar-se no “Ranking” de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano entre os 184 municípios cearenses.

Contar com a disponibilidade técnica dos articuladores regionais para aplicação dos questionários, no período determinado para esta pesquisa.

O cruzamento desses critérios convergiu para a seleção dos seguintes municípios: Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Quiterianópolis e Parambu.

A participação dos beneficiários do Bolsa Família se deu de forma aleatória, tendo concorrido para tanto o interesse e disponibilidade dos informantes, em aderirem ao estudo. Nessa lógica, foi possível compor uma amostra de 105 (cento e cinco) beneficiários.

Decidiu-se que quatro partes configurariam as razões desta dissertação, e elas seguem, a partir desta introdução.

A primeira parte concentra o percurso da produção literária com destaque para as categorias de análise, que dão suporte teórico a este estudo. A começar pelos conceitos de família, no contexto das lutas pela sobrevivência. Nos meandros da realidade contemporânea,

a condição de pobreza e desigualdades na sociedade brasileira ganha destaque, tal como a Política de Assistência Social, numa retrospectiva histórica, balizadora das diferenças entre sua marca assistencialista e sua concepção de política emancipatória.

A segunda parte é dedicada ao tema da “Transferência de Renda”, a mais recente estratégia para o enfrentamento da pobreza, discutindo-se suas premissas e legislação; especificidades históricas de sua implantação no governo Fernando Henrique Cardoso, e a caracterização assumida a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A terceira parte coloca no centro das reflexões o Programa Bolsa Família, através de um estudo de caso. Nela se descreve o percurso da investigação, o cenário de pobreza e desigualdade no Ceará e a dinâmica da execução do Bolsa Família, no Estado.

Por fim, a quarta parte apresenta seqüencialmente os resultados quanti-qualitativos da pesquisa de campo, realizada entre os municípios integrantes da amostra selecionada neste estudo.

Nas considerações finais, discutem-se os resultados que convergem para afirmar as hipóteses, a princípio formuladas, evidenciando-se que os programas de transferência de renda implementados no Brasil, reafirmam a dimensão compensatória, eventual e fragmentária das ações assistenciais tradicionalmente desenvolvidas, não alcançando a concepção do direito universal. Não supera, portanto, a situação de pobreza que tem marcado a história brasileira.

Afirma-se também a hipótese de que a gestão do Programa Bolsa Família, induz a prática intersetorial, vez que adota como condicionantes, o controle da frequência escolar e da vacinação de crianças inseridas entre famílias beneficiárias.

Outra hipótese confirmada é a de que a execução do Programa Bolsa Família, desvinculado de um sistema de monitoramento e avaliação permanente, compromete a visibilidade de seus impactos no alcance de seus objetivos.

A mais contraditória hipótese afirmada, é a de que não se evidencia entre as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família a superação da condição de pobreza.

## **2 O PERCURSO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA**

A perspectiva de desenvolver o tema selecionado para este estudo, remete ao desafio de se trabalhar com categorias analíticas distintas, porém interdependentes, que relacionadas atribuem significados e pertinência às múltiplas questões que se delineiam para noções mais precisas, acerca do impacto dos Programas de Transferência de Renda nas populações de baixa renda, em municípios cearenses. Assim, inicia-se uma trajetória na busca de fundamentação teórica para categorias analíticas, indispensáveis ao bom termo das considerações que se pretende formular neste estudo.

### **2.1 A família no contexto das lutas pela sobrevivência**

Examinando o sentido da modernização nas mais recentes formas de relação de trabalho e nas novas pressões sociais e econômicas sobre a vida das pessoas, observa-se que esse processo repercutiu de forma diferenciada entre famílias de diferentes classes sociais.

Indiscutivelmente, como sugere Osterne (1991, p.27), “A luta pela sobrevivência e a venda da força de trabalho, por exemplo, passaram a moldar as principais características do modelo de família nas classes populares”. Essa relação que se estabelece entre as pessoas e as diferentes formas de lutas pela sobrevivência, se forjam num cenário de profundas contradições, onde as desigualdades vão convergir, para determinar modos diferenciados de ser, agir e estar no mundo, e como não poderia deixar de ser, na dinâmica de formação de laços familiares.

Ao destacar a categoria “família” como objeto de análise, encontra-se vasta produção teórica de natureza sociológica, antropológica, filosófica, psicológica, dentre outras. Assumindo-se neste estudo, o interesse em destacar a condição das desigualdades entre famílias que vivenciam situação de pobreza, emerge a necessidade do exame da literatura mais específica que destaque o sentido da família na sociedade ocidental contemporânea,

onde se delineiam formas capitalistas de produção, cujas dimensões vão repercutir na articulação de mercados, na transmissão do saber e das oportunidades de trabalho e renda, enfim, nas lutas pela sobrevivência.

Apesar do caráter de contemporaneidade, a natureza das relações familiares no terreno da lógica da estrutura patriarcal e da família como instituição, ainda persiste, evidenciando-se, entretanto, o papel da mulher como figura essencialmente importante no interior das relações familiares.

Na cronologia das produções clássicas sobre a família, destaca-se a obra de Engels e Marx (1884), num esforço de negar a ideologia burguesa que afirmava a existência inalterável do modo de produção capitalista e família monogâmica patriarcal. Na análise da produção social da existência humana, Engels considera além das relações de produção, a reprodução da própria vida, a procriação.

Max Weber (1984), atribuiu fundamental importância à estrutura patriarcal de dominação familiar, cuja autoridade se originaria no interior da comunidade doméstica, onde a submissão pessoal ao senhor garantiria a legitimidade de suas normas consagradas pela tradição.

Analisando a categoria família sob a perspectiva psicológica de Freud, Osterne (1991), observa que muito embora o autor não tenha elaborado uma teoria sobre a família, apontou o impacto da estrutura familiar ao descrever a dimensão da sexualidade infantil na formação da personalidade e nas relações afetivas e emocionais. Tomando a família burguesa como paradigma de análise, disseminou a crença de que esse modelo seria eterno e universal. Sua teoria influenciou a propagação da ideologia da família nuclear, assimétrica, e da importância vital do vínculo afetivo, entre mãe e filho para o processo de socialização da criança. (FREUD, apud OSTERNE, 1991, p.50).

Outra contribuição importante na área da psicologia foi formulada por Eric Fromm (1900 – 1980), tendo participado de pesquisa patrocinada pela Escola de Frankfurt, em meados dos anos 30, sobre o tema autoridade e família, desenvolveu articulações dialéticas entre a origem do caráter autoritário e a estruturação do domínio de classe.

Para Eric Fromm, a família funcionaria como instância de filtragem da violência objetiva das relações sociais. Sendo assim, a violência não se manifestaria em sua forma concreta, mas mediada pela obediência a um sistema hierárquico e autoritário .

Estudando os sistemas de parentesco e as alianças nas sociedades arcaicas, Lévi – Strauss (1980), inaugura a explicação estruturalista ao estudo da instituição familiar. Segundo esse autor, o termo família serviria para designar um grupo social com as seguintes características: ter origem no casamento, formado pelo marido, esposa e filhos nascidos do casamento, ainda que concebesse a incorporação de outros parentes, os membros da família deveriam estar unidos por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas, dentre outras ( LEVI-STRAUSS, 1980, P.16)

Embora não tenha avançado para a compreensão da família numa abordagem histórica, os estudos de Levi – Strauss guardam o mérito de contradizer as teses naturalistas, fundadas sob a essência biológica (consanguinidade), associando a condição familiar ao fato cultural da afinidade.

A sociologia da família encontra em Adorno (1903 – 1969) e Horkheimer (1895 – 1973), a compreensão desse conceito como relação espontânea – natural que vai gradativamente se diferenciando até chegar à figura moderna da monogamia. Colocam a família como socialmente mediatizada pela realidade social. Assim, submete – se a uma dupla dinâmica social: de um lado regida pelo próprio processo crescente de socialização peculiar à sociedade mercantil, e outro, é assimilada como espaço de “repouso”, onde se dissipa a tensa relação entre o indivíduo e as potências totalitárias, que constituem a sociedade mercantil.

Para Adorno e Horkheimer, a crise da família é de natureza social e não mero sintoma de degenerescência. Acreditavam que a mesma dinâmica social que tenha engendrado a família burguesa se encarregaria de destruí-la. Denunciavam que, em crise, a família cumpria cada vez menos sua tarefa de instruir e educar seus membros. (OSTERNE, 1991, p. 53).

Muito embora os pressupostos que advogam crise e o fim da família, tal como se evidencia na sociedade ocidental contemporânea, sua “degenerescência” parece ainda estar longe de adquirir unanimidade, tanto nos postulados teóricos sobre a temática, quanto nas expressões concretas que hoje se verifica na dinâmica familiar.

As tentativas de explicar a realidade familiar, concorrem para destacar o impacto das transformações (econômicas, sociais, tecnológicas, científicas, dentre outras), que indiscutivelmente têm convergido para alterar padrões de sociabilidade individual, e conseqüentemente das relações interpessoais que se configuram em todos os espaços, por onde a vida transita, e como não poderia deixar de ser, na família.

As relações sociais fomentadas na dinâmica da vida cotidiana, emergem nos estudos de Agnes Heller (1985), como suporte explicativo da família como comunidade fundamental, para o existir humano e para a objetivação do ser. A autora defende que a construção de uma vida pautada na felicidade, é um compromisso de cada ser humano, e especialmente da família. Diante das adversidades impostas pela vida cotidiana, a família se revela como esfera íntima da existência, o “porto seguro” onde se pode experimentar e desfrutar a sensação de pertencer.

Na concepção de Heller, não existe vida feliz fora da família ou de comunidades organizadas que possam dispensar aos indivíduos segurança afetiva, emocional e social.

A família, assim compreendida, constitui-se a base da sociedade. “É possibilidade, sempre renovada de realizações, mesmo nas situações mais contraditórias” (HELLER, apud OSTERNE, 1991, p. 56).

Sem a pretensão de esgotar todas as produções teóricas mais gerais sobre a família, interessa a partir desse ponto, destacar este tema, no âmbito específico da literatura brasileira.

No Brasil, é recente a preocupação científica com estudos sobre as relações familiares. A começar pela obra de Gilberto Freire (1969), destacando-se o perfil da família patriarcal, onde esse modelo de estrutura familiar confunde-se com a própria história da família brasileira.

Em Freire, a casa grande se completa com a senzala, representando um sistema econômico, social e político. Assim, a família se instalava nas regiões coloniais de imensas propriedades agrárias, onde os engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de



café mantinham-se, por meio da incorporação de novos membros, quase sempre parentes, legítimos ou ilegítimos.

Por esse tempo, aos homens era permitida a busca da satisfação sexual, fora do casamento, originando-se e desenvolvendo-se a partir de então, a contingência de filhos abandonados e bastardos.

Sobre a importância da família na sociedade colonial, Oliveira Viana (1987) destaca sua influência sobre a formação do caráter e personalidade da nobreza rural. Destaca a “ família fazendeira” do século XIX, como a mais bela escola de educação moral do povo brasileiro, distinguindo-a marcadamente da organização da família plebéia rural na qual identifica como princípio dominante de sua formação a mancebia, a ligação transitória e a poliandria difusa, características essas diretamente relacionadas à dissolução do poder, “pater famílias” (VIANA 1987,p. 49).

Contribuindo com os estudos da família patriarcal brasileira, Antônio Cândido (1951), relaciona as seguintes características: trata-se de um vasto grupo de parentes, compreendendo dupla estrutura: uma legal, regida por padrões de interesse e voltada para a conservação do patrimônio, outra regida por padrões afetivos, regulando a vida de um vasto grupo doméstico que inclui, além do pai, mãe e filhos, parentes, empregados, escravos e mais uma larga periferia de trabalhadores livres, engajados pelo trabalho a vida da fazenda. (CÂNDIDO 1951, apud OSTERNE, 1991, p. 60)

Divergindo dos estudos que identificam a família patriarcal como modelo de estrutura familiar do Brasil Colônia, Mariza Correa (1982), observa que esse modelo de família não era compartilhado pela maioria da população. Teria sido o modelo ideal dominante ao lado de várias outras formas alternativas que se propuseram no decorrer da história do Brasil. Destaca, portanto, uma incoerência, selecionar família patriarcal como elemento da ordem, num foco de análise, em meio a uma desordem tão gritante onde uniões irregulares constituíam-se a ordem dominante.

Sem negar o papel fundamental que a família patriarcal desempenhou em determinada época da história brasileira, a autora argumenta que esse modelo, não existiu sozinho, mas, em meio as diferenças, numa sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa. Assim compreendendo, nega a idéia de que o conceito de família patriarcal possa sustentar-se como referência central, para identificar a família brasileira (Idem, 1982, p.25). A esse respeito, Osterne (1991), sugere:

Com efeito, o sistema da fazenda, compunha-se de diversos tipos de família, mas com predominância sócio – cultural, econômico e ideológico da família patriarcal e extensa. Parece claro que abaixo desse modelo desenvolveram-se várias formas, inclusive opostas, de família. (OSTERNE, 1991, p. 62).

Instaurou-se entre os estudiosos da família como categoria sociológica, uma polêmica. De um lado, os que defenderam a tese da família patriarcal como modelo dominante, e, de outro os que negaram essa explicação. Em meio a ambos, Osterne (1991), defende a diversidade, mas também a presença do poder do modelo dominante de constituição social e também política, sem, no entanto ser a única em termos de ordenamento social.

Coexistindo em meio às transformações de ordem econômica, política e social, a família também se transforma. No século XIX, com o surgimento da realidade urbana, início da industrialização, abolição da escravatura e migração, muitos são os desafios impostos às famílias:

A diversificação de oportunidades de trabalho, a valorização da capacidade cognitiva e da instrução condicionaram o processo de libertação dos filhos da tutela do patriarca. Além do mais, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a realização do casamento por interesses particulares, a maior intimidade entre pais e filhos e a redução dos castigos corporais, serviram para fazer surgir uma nova família (CÂNDIDO, 1951 apud OSTERNE, 1991, p. 64).

Nesse novo cenário, gradativamente se processam maior igualdade entre os sexos, maior controle de natalidade, maior visibilidade da incidência de separações entre casais, e, novos casamentos. O ingresso feminino no mundo do trabalho contribuiria certamente para a gradual redução da autoridade paterna, como também para o enfraquecimento dos laços de parentesco. Mesmo assim, essa nova família preservou, por longo tempo, alguns traços característicos do modelo colonial, ancorados na repressão da sexualidade feminina, no tabu

da virgindade, na intolerância ao adultério feminino e concomitante aceitação do adultério masculino, e tolerância à prostituição.

Com as transformações da vida, rural e a crescente urbanização do sistema econômico, decaiu a família patriarcal, tornando-se exceção no conjunto da prática social brasileira. Permanece, contudo, no sistema, como maneira de revelar sucesso e domínio, tanto nas famílias de classe média alta, como nas modernas, rodeadas de agregados [...] Nem mesmo uma aparente linearidade parece fazer parte da história da família no Brasil. A cada tipo brasileiro de família será perfeitamente possível descobrir seu lado oposto (idem, 1991, p. 65-66).

A história da família brasileira sugere que, dentre outros fatores, as relações de mercado e a crescente industrialização modificaram lentamente o “status” social da família, que passou a enfrentar um processo de proletarização, pondo fim à sua condição de sobrevivência, na manutenção de grupos extensos. Por mais contraditório que possa parecer, essa mesma realidade vem delineando a união da família, como estratégia para o enfrentamento dos desafios impostos nas lutas pela vida.

Tem se mostrado comum à família organizada em torno de avós, pais, filhos, netos etc, reunindo esforços onde o salário (ou aposentadoria) de uns e outros, se somam para equilibrar as necessidades de consumo e sociabilidade.

É na contemporaneidade que a vida em família vai tornando-se espaço único, singular e privado de cada um, rico em contradições e ambigüidades onde a tragicidade e solidariedade ocupam, muitas vezes, o mesmo espaço, alimentando frustrações ao lado da esperança e ilusões.

Ao analisar a família, Durhan (1985) observa que ela se organiza, não necessariamente, como unidade de produção, mas, como unidade de rendimentos. Reconhece que ela tem autonomia relativa diante da produção capitalista. Organiza-se também, como unidade de prestação de serviços não produtivos e assume finalidades não restritamente relacionadas unicamente com a sobrevivência, mas também, com o prazer, o conforto e a sociabilidade. Pela via do trabalho doméstico, a família viabiliza produção de bens e de troca legitimando-se como espaço de consumo.

Contudo, como destaca Barrocas (2003), a luta empreendida pela ação conjunta dos membros de uma mesma família no contexto de profundas injustiças e desigualdades sociais, não se revelam suficientes para libertá-la de sua condição de crescente empobrecimento. A realidade tem enfatizado que todos os esforços empreendidos por grupos familiares para a superação da condição de pobreza não se revelam capazes de garantir, por si só, a solução de seus impasses, estruturais enquanto classe.

Os mais recentes estudos formulados por Osterne (2006), sobre família, assumem o desafio de pensar essa categoria enquanto base estratégica, para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Relacionando o tema garantia de direitos com a noção de cidadania, Osterne se fundamenta em Dagnino (1994), para pensar a cidadania como sinônimo de luta por direitos, tanto a igualdade, quanto a diferença. Nessa concepção, a cidadania converge para o fortalecimento da democracia pelo exercício de sujeitos sociais excluídos na luta cotidiana, pela conquista de seus direitos.

Essa concepção inova, ao propor que a cidadania vai além da aquisição formal de um conjunto de direitos. Avança para a sociabilidade fundada em relações sociais igualitárias. Tal proposição sugere “uma reforma intelectual e moral e aponta para a radicalidade da cidadania como estratégia política” (DAGNINO, 1994 apud OSTERNE, 2006).

Nessa lógica, a cidadania transcende a idéia do pertencimento ao sistema político, pressupondo o direito de definir o próprio sistema político. Tais premissas oferecem referências para se pensar uma cidadania, onde a sociabilidade seja pródiga na convivência entre iguais e diferentes.

A diferença deve simplesmente existir e ser vivida sem gerar tratamento desigual, tratamento esse compreendido como discriminação. A partir de tais referências, Dagnino (1994) propõe que o direito à diferença específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade.

O esforço intelectual de Osterne (2006), se faz justamente no sentido de considerar a família brasileira contemporânea em suas relações com as políticas sociais públicas e vice-versa, partindo do conceito de cidadania formulado por Dagnino.

Em suas considerações, Osterne caracteriza o atual contexto histórico, onde se delineiam significativas mudanças estruturais e conjunturais, enfatizando a condição de empobrecimento das famílias brasileiras, num cenário de questionável eficiência do setor público no âmbito das políticas sociais, resultando no agravamento das já precárias condições de vida da população excluída.

A despeito da dinâmica da realidade contemporânea que a tudo e todos transforma, Osterne (2006), chama a atenção para a necessidade permanente de se reformular o conceito de família, e, partindo dessa lógica sugere: “uma família, independente de sua multiplicidade de formas, constitui uma unidade enquanto tal”. (idem, 2006, p.5). Assim, considerada cada família, abrange em si própria, um conjunto de elementos dinâmicos em contínuo processo de interconexão, que se manifesta dependendo das relações que seus elementos protagonizam entre si e em seu entorno.

Nessa dinâmica relacional, algumas famílias vivenciam dificuldades e para supri-las apelam, muitas vezes, para as políticas sociais públicas. “A eclosão de problemas ou sintomas numa família acontece à medida em que esta “fracassa”, no manejo de suas dificuldades”. (MIOTO, 1997 apud OSTERNE, 2006).

A continuidade desse fracasso seria responsável pela desintegração familiar gerando por essa via os usuários de programas governamentais cujos equívocos particularizam a atenção individualizada (criança, adolescente, idoso, deficiente, mulher, etc), em detrimento da dimensão familiar.

Assim compreendendo, Osterne (2006) reconhece a família como espaço privilegiado de mediação entre o indivíduo e a sociedade, portanto, realidade estratégica para a operacionalização de políticas públicas, comprometidas com a condição de cidadania.

Ultrapassar a noção do indivíduo e fundar-se na família, seria metodologicamente mais promissor, para a extensão das garantias de proteção social.

A adoção estratégica de executar políticas sociais públicas centradas na família, revela-se como caminho de superação do usuário qualificado como “problema” para a condição de sujeito de direitos, cidadão.

Outra estratégia a ser considerada na gestão das políticas sociais consiste na perspectiva de percepção do indivíduo como um ser inteiro, portanto requer atenção nos aspectos de saúde, educação, habitação, saneamento, assistência social, qualificação profissional, trabalho, reforma agrária, enfim, uma gama de investimentos públicos que produzidos de forma isolada não conseguem impactar de modo positivo para a transformação da realidade. Esse entendimento é a base da intersetorialidade, estratégia metodológica que tem se inserido no discurso das políticas públicas, sem no entanto efetivar-se na prática, justamente porque sua implementação enfrenta resistências em todas as dimensões da gestão.

A intersetorialidade, quando pensada enquanto estratégia de enfrentamento da pobreza, não pode se restringir ao objetivo de uma política de modo isolado. Esse equívoco tem prevalecido na responsabilização da assistência social, o que tem concorrido para postergar indefinidamente o seu equacionamento,

A persistência histórica dessa tendência contribui enormemente para cristalizar uma noção viciosa de assistência social que mais se identifica com o seu oposto, isto é, com a desassistência social, porque as ações voltadas apenas para a pobreza absoluta tendem a enclausurar os pobres na pobreza, estigmatizando-os com seus mecanismos controladores e rebaixando seu status de cidadania. (PEREIRA, 2004, p. 56).

Portanto, pensar no enfrentamento da pobreza pressupõe articular um conjunto de políticas cujas dimensões possam dar conta da multiplicidade de fatores que a condição de pobreza comporta.

Ao propor metodologias para o trabalho com famílias, Osterne ( 2006 ), agrega outras estratégicas à intersetorialidade. Com base nos estudos de Baptista (2005), sugere que os profissionais devem ultrapassar o tratamento dado às famílias, tradicionalmente de forma tutelada, passando a respeitar sua capacidade de protagonizar novos caminhos. Outros determinantes para o sucesso das políticas sociais, estaria em se efetivar o trabalho com famílias de modo sistemático, processual e contínuo; capacitar pessoas para a consolidação da auto-estima e exercício da cidadania; instrumentalizar pessoas para as mudanças, respeitando

a capacidade que todos têm de produzir; saber, analisar a realidade, considerando restrições e potencialidades transformadoras, adotar sempre como ponto de partida a realidade vivenciada pelas pessoas e/ou grupos; considerar a afetividade das pessoas e grupos como dimensão estratégica, articular-se com outras instâncias (sindicatos, ONG's, Conselhos, etc), aplicar a metodologia do trabalho no ritmo conhecer/analisar/transformar, para que as pessoas possam sair da condição de objeto à de sujeitos, acreditar na capacidade que as pessoas têm de indignar-se com questões sociais e políticas, ai residindo sua capacidade de mover-se, rumo aos apelos da justiça social.

Todo esse esforço, entretanto, perde consistência se desvinculado do processo de monitoramento e avaliação, conceitos também presentes na teoria e negligenciados na prática das políticas sociais brasileiras.

Compreendida sob os mais diferentes enfoques, o conceito de família, analisado sob o prisma da sociedade brasileira contemporânea, converge para fundamentar o entendimento das contradições que vivenciam aquelas em situação de pobreza.

Quando se pensa na função orientada para a formulação e implementação de políticas públicas garantidoras de direitos sociais, percebe-se uma lacuna entre os discursos que concorrem para legitimar a condição das famílias empobrecidas como objeto de emancipação, e, a realidade que se reproduz entre tais famílias ao longo de um processo histórico, estagnado em termos de impactos positivos, na transformação de tal realidade.

Assim percebendo, esta pesquisa traz para reflexão, o Programa Bolsa Família, justamente por seus pressupostos metodológicos orientados, no sentido de impactar positivamente nesse quadro, oferecendo portanto, campo de investigação favorável, para se discutir a relação entre pobreza, família, políticas sociais e as estratégias de reprodução das condições de sobrevivência que tais famílias enfrentam no contexto da sociedade brasileira em geral, e do Estado do Ceará, em particular.

Neste estudo, como já se fez referência, interessa compreender a família no contexto da política de assistência social, cujas condições de pobreza as remetem para a situação de beneficiários de programas de transferência de renda, mais especificamente do Programa Bolsa Família. Para tanto, é necessário discutir a partir de então , a condição de

pobreza e desigualdade a que estão sujeitas, significativas parcelas das famílias brasileiras o que se desenvolve a seguir, mesmo entendendo que as considerações até então formuladas sobre a categoria familiar, não se esgotam nas contribuições que aqui se produziu.

## **2.2 A condição de pobreza e desigualdades na sociedade brasileira**

Considerando-se que as famílias tomadas como objeto de estudo nesta pesquisa vivenciam adversidades impostas por um modelo econômico desigual e excludente, inicia-se um apanhado entre as produções literárias pertinentes ao tema da pobreza, na perspectiva de desvendar suas dimensões e conseqüências, para a compreensão da realidade contemporânea.

O conceito de pobreza, analisado a partir de diferentes enfoques não se revela como concepção hegemônica. Por isso mesmo, compreender a questão da pobreza no Brasil remete a busca do entendimento abrangente desse fenômeno. Nessa busca, Franco (1988) produziu o seguinte argumento:

A pobreza é um problema societal ... qualquer definição de pobreza está afirmando explícita ou implicitamente, algo acerca da sociedade. A situação de quem não tem, é incompreensível, se não se relaciona com a dos que tem. A pobreza é assim, inseparável da estrutura de poder e das conseqüentes desigualdades (FRANCO, 1988; apud SPOSATI, 1988, p. 27).

Assim identificada, a pobreza não se traduz numa manifestação natural própria da condição humana, mas é gerada pela opção de desenvolvimento econômico e social, que determinada sociedade venha a adotar. Por comportar noções de recursos, necessidades e escassez, jamais poderia ser compreendida como uma condição que está posta, uma noção estática e de igual significado em toda parte. Nessa linha de raciocínio, Milton Santos considera:

A medida de pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determina para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro - serão definidas pela influência recíproca dos fatos econômicos e sociais, peculiares de cada país (SANTOS, 1979, p.10)



No dinamismo das opções sociais políticas e econômicas de cada sociedade, a pobreza se manifesta, mas certamente apresentando diferentes condicionantes, e não se restringindo à condição de privações materiais pura e simplesmente.

Não se constituindo categoria simplesmente econômica, a compreensão da pobreza comporta, além da privação de recursos necessários à sobrevivência digna, privações de ordem moral e política. É assim o entendimento de Pedro Demo (1988), sobre a questão:

Pobreza não pode ser definida apenas como carência. Se assim fosse, não teria causas sociais. Talvez uma definição razoável seja aquela que a entende como “repressão do acesso às vantagens sociais”, denotando com isso que faz parte da dinâmica dialética da sociedade que divide-se entre aqueles que concentram privilégios, e, aqueles que trabalham para sustentar os privilégios dos outros. Ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter. Pobreza é, em sua essência, repressão ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens. (DEMO, 1988, p.10).

Não obstante sua natureza conceitual relativa, devido a pluralidade de situações que a condição de pobreza contempla, sua noção via de regra, é medida por indicadores de renda, emprego e também de acesso a recursos sociais significativos para a garantia da qualidade de vida, a exemplo de programas de saúde, habitação, educação, qualificação profissional, trabalho, transporte, segurança e previdência social, dentre outros.

Na literatura mais recente, dedicada a compreender o fenômeno da pobreza, Yazbek, (1993) sugere:

...são pobres aqueles que temporária ou permanentemente, estejam impedidos do acesso a um mínimo de recursos e, portanto excluídos, em níveis diferenciados da riqueza social. Entre eles estariam os privados de meios de prover a própria subsistência e que sobrevivem com a ajuda de outros: os trabalhadores, assalariados ou por conta própria, situados nas mais baixas faixas de renda, os desempregados ou subempregados, com possibilidade remota ou nenhuma possibilidade de absorção pelo mercado. (YAZBEK, 1993, p. 62).

Muito embora toda dimensão e complexidade conceitual que a categoria pobreza comporta, pode-se inferir que toda e qualquer definição a seu respeito, deverá fazer referência à sociedade, onde o fenômeno se verifica, vez que a situação de quem é pobre, só pode ser

analisada e compreendida se relacionada à condição de quem, vivendo nessa mesma sociedade é considerado rico, ou mesmo àqueles que nela vivendo, não podem ser classificados como ricos, mas, também não apresentam as mesmas características dos que são compreendidos como pobres. Assim, a pobreza revela-se como resultante de uma dinâmica, onde as relações de exploração estratificam as desigualdades.

Trazendo-se o conceito de pobreza para a análise no interior da sociedade brasileira, o lado material tem se evidenciado com maior visibilidade aos olhos dos estudiosos do tema, mas entende-se que não é possível tratar um fenômeno dessa natureza isolando aspectos econômicos daqueles políticos, culturais e sociais que a pobreza comporta.

Atualmente no Brasil, as estatísticas oficiais divulgadas denunciam que o Estado não vem se mostrando capaz de reduzir a pobreza e a indigência a padrões aceitáveis, ou pelo menos equivalentes aos países de níveis de renda semelhante. Em termos de renda, os 16,0 dezesseis milhões de brasileiros, correspondente aos 10% mais ricos, possuem 27 vezes a renda média dos 64,0 milhões que perfazem os 40% mais pobres. Uma abordagem mais restrita para identificar e medir a pobreza, apropria-se de indicadores de renda e de consumo. Como geralmente as pesquisas de renda baseiam-se em amostras representativas da população, os dados obtidos possuem um grau de confiabilidade relativamente grande.

Nesse sentido, o Banco Mundial tem utilizado o critério de 1 dólar por dia “per capita”, como o nível de renda mínima, para que uma família não seja classificada como abaixo da linha de pobreza. Também neste sistema, quem tem renda menor do que ½ dólar por dia, é considerado indigente. Para o caso brasileiro, alguns estudos consideram pobre quem tem renda mensal inferior a ½ salário mínimo, enquanto o indigente é aquele que tem rendimento inferior a ¼ do salário mínimo (IPECE, 2003).

Já não se discute o fato de que o conceito de pobreza extrapola a dimensão econômica. Ela não se explica apenas pela falta de acesso às riquezas produzidas, mas não se pode negar que é através da mais absoluta falta de dinheiro para arcar com as necessidades mínimas de sobrevivência, que a face mais cruel da pobreza e da miséria se revelam. Por isso mesmo, medir a pobreza tem se mostrado importante, vez que possibilita aos governantes e demais interessados na matéria, formularem hipóteses sobre suas causas e conseqüências,

além de viabilizar o planejamento e execução de políticas públicas, destinadas ao alcance de objetivos e metas pré-determinados.

É, justamente, neste ponto que se passa a discutir a questão da pobreza, sob o prisma da política de assistência social.

### **2.3 Política de assistência social: do assistencialismo à perspectiva emancipatória**

A compreensão da assistência social no Brasil constitui-se matéria relevante para construir a explicação que se objetiva neste estudo. Para tanto, este texto contempla três enfoques subsequentes e complementares: questões históricas, aparato legal vigente e novas tendências.

Por muito tempo, os paradigmas do favor e da tutela, nortearam as ações assistenciais no Brasil, remetendo pessoas mais pobres a situações constrangedoras e, ao mesmo tempo, fortalecendo uma cultura política assistencialista, mantenedora da situação de pobreza, em detrimento da perspectiva emancipatória, pela via da conquista do direito.

A cultura do favor, do clientelismo e da tutela, favoreceu também a evolução do sistema capitalista no país, sob a trilha das desigualdades. De um lado privilegiou os que já detinham poder econômico e político, e, de outro excluiu do acesso à riqueza nacional, grandes contingentes populacionais. Assim, a assistência foi se constituindo como estratégia do Estado, para o enfrentamento das questões sociais sob a aparência de ações compensatórias das desigualdades sociais, que se agravaram progressivamente.

A questão social no Brasil foi tratada também como “ caso de polícia”. No início da República, os pobres eram presos porque eram pobres. Ser pobre era uma contravenção; seu comportamento era considerado fora dos padrões da normalidade. Assim, o atendimento à população pobre procurava adestrá-los, torná-los dóceis e resignados com a condição vivenciada. (COUTO, 2006, p. 5).

Somente na década de 1930, durante o governo Vargas, é que o direito social se incorpora ao discurso da plataforma de Política de Assistência Social, no Brasil. Naquele

momento, o desenvolvimento era buscado através do processo de industrialização. Tal processo incluía restrita parcela da população ao mundo do trabalho, para os quais resguardavam-se direitos através da consolidação das leis trabalhistas, promovendo-se acesso ao que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”. Assim limitadas, as políticas sociais não conseguiram dar respostas concretas às expectativas, nem da classe trabalhadora e muito menos da sociedade como um todo.

Estudos de Sposati et al (1987) sobre assistência social no Brasil, destacam que na década de 1930, não havia por parte do Estado uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social, assim, os problemas sociais eram tratados no interior de seus aparelhos repressivos.

Ao tempo em que o Estado negligenciava atenção aos problemas sociais, a sociedade tomava iniciativas de solidariedade e voluntarismo, principalmente entre pessoas ligadas a diferentes religiões, compreendendo a assistência como um gesto de benevolência e caridade.

Ao perceber situações de pobreza como “disfunção pessoal” (ibid, 1987, p.41), o Estado eventualmente apoiava iniciativas da sociedade civil, tendo sido mais comum a prestação de atendimento asilar ou internação de pessoas nas Santas Casas de Misericórdia, criadas com a finalidade de acolhimento aos pobres e miseráveis.

Em 1936, é concebida e implantada a primeira Escola de Serviço Social do Brasil, na cidade de São Paulo, através do Centro de Estudos de Ação Social (CEAS), com bases teóricas e metodológicas no modelo europeu portanto, organizado em torno do binômio trabalho e saúde da mão-de-obra

Os métodos de ensino e de trabalho foram copiados das escolas européias, com uma ideologia determinada a servir ao sistema existente; isto é, ao capitalismo no sentido da correção dos problemas disfuncionais deste. (FALEIROS, 1982, p. 20).

Assim, conhecido o ensino do Serviço Social no país, foi adotado inicialmente, um currículo predominantemente estruturado, com disciplinas vinculadas à saúde e à legislação social.

Faleiros (1981), destaca que a concepção do serviço social caracterizou o surgimento de uma profissão ligada ao Estado e às Instituições religiosas, com a missão de adaptar o homem à sociedade e reconduzir os “desviados” ao bom caminho.

Sposati (1987), diferente de Faleiros (1981), entende que o Serviço Social no Brasil, foi concebido na perspectiva de superação da assistência como benemerência, destituída de qualificação e credenciamento para uma ação transformadora, e sugere: “... a busca do rompimento da dependência, marca a trajetória da profissão e lhe confere uma face de compromisso com a justiça e a liberdade”. (Idem, 1987, p.44).

Com a incorporação das Ciências Sociais, a exemplo da Sociologia, Antropologia, Psicologia Social, Economia, dentre outras, ao currículo dos cursos de serviço social foram ampliando-se as referências teóricas, para a compreensão dos problemas sociais que se apresentavam em diferentes momentos históricos.

A dinâmica do exercício da assistência social no Brasil, em vários períodos de sua trajetória deixam transparecer atitudes autônomas, isoladas das relações de forças da sociedade.

Em 1942, foi criada a primeira grande instituição da assistência social no país – Legião Brasileira de Assistência (LBA), reconhecida como instância ligada ao Estado, cuja presidência era assumida pelas Primeiras Damas da República.

Ainda nos anos 40, o Brasil inaugura o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), compondo um conjunto de medidas para a formação e incentivo à mão - de - obra necessária ao desenvolvimento industrial.

Esse quadro histórico fomentou expectativas em torno da assistência social como atividade responsável por contornar os problemas sociais, que de certa forma pudessem comprometer o alcance dos objetivos desenvolvimentistas da nação.

Até 1950, o Serviço Social no Brasil fundamentava-se na influência francesa. Somente por volta dos anos 50, a perspectiva norte-americana começou a se manifestar,

quando voltavam dos Estados Unidos profissionais formados a partir de outras referências, os quais influíram para as mudanças curriculares nos cursos de serviço social, neles inserindo a disciplina de pesquisa social (VIEIRA, 1977).

A história da assistência social no Brasil, como não poderia deixar de ser, relaciona-se com sucessivos fatos, tendo evoluído aos poucos, acompanhando as idéias de desenvolvimento, que, sob diferentes aspectos conduziram os profissionais da área a buscarem aprimoramento contínuo para fazer frente a realidade nacional que, com o passar do tempo, agravou consideravelmente os níveis de pobreza e desigualdades.

Na década de 1960, diferentes fatores contribuíram para o questionamento da natureza operacional do serviço social. Vivenciava-se um movimento de contradependência e denúncia dos módulos importados. As propostas de reformas de base orientavam a concepção e prática de programas sociais. O serviço social começou a buscar explicitação para seu conteúdo político, o que se acentuará mais nitidamente nos anos 70.

Nesse tempo, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, buscava fundamentar componentes teórico – metodológicos da profissão, dotando seus profissionais de elementos para a assimilação de novas perspectivas analíticas, pelo viés da crítica e do conteúdo político dessa prática.

Com o golpe militar de 1964 e a instalação do regime militar no país, novos desafios são impostos à nação em geral, e aos assistentes sociais em particular. O Estado tecnocrático pós – 64, passou a fazer uso do planejamento como técnica de consenso social, e do técnico como conhecedor das necessidades e interesses das classes subalternizadas, que torna-se por sua vez, objeto passivo dos “benefícios”, que ilusoriamente lhe favorecem como antecipação às suas necessidades. ( SPOSATI et al, 1987 p.49 )

Nesse período, alguns fatos concorrem para acentuar a insatisfação no país: a repressão militar agravada pelo conteúdo do Ato Institucional Nº 5, que dentre outras matérias, inibia a liberdade de expressão; o surgimento da revolução cubana; as lutas de guerrilhas; a rejeição de modelos de atuação profissional importados dentre outros fatos, que refletiram na prática da assistência social que era condicionada a agir sob o efeito da miséria,

sem contribuir efetivamente para mudanças qualitativas na vida da sociedade. É quando começa uma crítica de caráter nacionalista, em relação a prática profissional dos assistentes sociais. (FALEIROS, 1981 p. 17).

Tal insatisfação repercutiu entre a categoria profissional dos assistentes sociais, e também entre os movimentos sociais que, apesar de reprimidos passaram a se organizar clandestinamente, e já no início da década de 1970, estavam em evolução, recusando-se a aceitar, tanto o regime ditatorial quanto as posturas de caráter paternalista.

Apesar de alguns avanços no plano das reflexões ideológicas, na prática o serviço social permanecia retrógrado:

...a um nível de administração de benefícios sociais e de convênio de forma mais ou menos paternalista ou tecnocrática... com essa forma de prática dominante, vai-se instalando um tipo de “gestão social da vida cotidiana” pelo Estado, para controle das populações excluídas do processo de produção . (FALEIROS, 1981, p. 121)

Nesse contexto, a busca de transformação social se revela incompatível com a prática Institucional.

A partir de 1979, com a queda do Ato Institucional Nº 5, o governo militar inicia um processo de transição para o governo civil. No período, o mundo atravessa a mais profunda crise econômica depois da última guerra, o que repercute no Brasil, provocando recessão, desemprego e ampliação dos níveis de pobreza e desigualdades.

A conjuntura brasileira é marcada pela mais grave crise econômica durante os anos 80. É a chamada “década perdida”, quando o governo busca recuperar o saldo negativo da balança comercial, com o aumento das exportações, para pagar a dívida externa, o que se dá submetendo-se às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). As conseqüências dessas decisões afetaram a população brasileira com agravantes para os mais pobres, que enfrentaram os reflexos da recessão e do arrocho salarial.

Por outro lado a década de 80, revelou-se importante sob o ponto de vista da mobilização social no País, repercutindo em inovações no campo das políticas sociais. A

Constituição Federal de 1988, inaugura a concepção do direito universal dos brasileiros, as políticas públicas de saúde, educação e assistência social, dentre outras, considerando-as na forma da Lei, dever do Estado. O campo da assistência social mostra-se o mais revolucionário, porque efetivamente o novo aparato legal converge para que essa política transite definitivamente do paradigma conservador centrado no assistencialismo, em suas diferentes formas de favor e clientelismo, para efetivar-se como direito do cidadão e dever do Estado.

Estavam lançados novos desafios à sociedade brasileira. Afinal, não se transformam comportamentos culturalmente assimilados durante séculos, com um simples decreto legal.

Desde já, realiza-se uma grande disputa na sociedade brasileira, todos os trabalhadores, os usuários da Política de Assistência Social, os gestores, todos numa grande disputa de transformar a legislação, que ainda tem suas imperfeições. (COUTO, 2006, p.8).

A análise de Draibe (1990) sobre o conteúdo legal da assistência social a partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei N<sup>o</sup> 8742, de 07 de dezembro de 1993), propõe que a implementação de mudanças legalmente instituídas, assume caráter de verdadeiro desafio se consideradas as características históricas que marcaram a trajetória da assistência social no Brasil: descontinuidade, pulverização e paralelismo, além de forte subjugação clientelista no âmbito das ações e serviços, centralização tecnocrática, fragmentação institucional, ausência de mecanismos de participação e controle popular e opacidade entre o público e o privado, na gestão governamental e da atuação de entidades assistenciais que trabalham com recursos públicos. (DRAIBE, 1990, apud BOSCHETTI, 2001, p. 49).

A partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), compete ao Estado assegurar as condições financeiras, institucionais e políticas essenciais e indispensáveis, à materialização das intenções legalmente declaradas.

A assistência social em seu novo ordenamento jurídico, passa a constituir-se uma política pública, mas em sua fase inicial de implementação, gerou muitos debates em torno de suas funções e novo modelo de gestão.



Apesar de superados muitos dos impasses iniciais, o reordenamento da assistência social reuniu em torno do tema, um conjunto de atores que se mobilizaram em todo o país, na década de 1990, em meio a disputas e divergências, em torno dos mecanismos de organização dessa política.

Como parte desse reordenamento, extinguiram-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Secretaria de Promoção Social, vinculada ao também extinto Ministério do Bem –Estar Social (MBES). Tais instâncias tiveram seus patrimônios incorporados ao Ministério da Previdência e Assistência Social, cuja funcionalidade gerou a criação da Secretaria Nacional de Assistência Social com a missão de coordenar a política, e, o Conselho Nacional de Assistência Social, com a competência de traçar as diretrizes dessa política, dentre outras atribuições.

No contexto dessas transformações, o Governo Federal criou também a Secretaria Executiva para o Programa Comunidade Solidária, o qual foi criado com a finalidade de promover ações intersetoriais para o combate à fome e à pobreza. (PEREIRA, 1995).

Tal atitude provocou resistências entre profissionais da assistência social, que denunciavam rompimento com a perspectiva do comando único, para as ações no campo dessa política.

Indiferente aos apelos e denúncias, o Programa Comunidade Solidária resistiu e foi implementado em todo o país, com a criação da figura dos interlocutores sociais, responsáveis pela coordenação das ações do programa em cada unidade da federação.

Além da questão relativa ao comando único, alguns problemas de ordem prática, foram gerados em torno da descentralização política – administrativa da assistência social. Descentralizou-se as competências para os Estados, sem que lhes fossem dispensadas as condições objetivas de gerenciamento da política. Os estados demandavam uma estrutura técnica e administrativa, habilitada para dar conta do novo modelo de gestão.

A viabilização do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social deu sinais de possibilidades entre 1995 e 1996, quando o MPAS/ SAS orientou a elaboração

da Política Nacional de Assistência Social e a implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em 1997, foi aprovada a Norma Operacional Básica Nº 01, iniciando-se o processo de municipalização da Política de Assistência Social. Na ocasião, dinamizou-se em todo o país, eventos de capacitação com o objetivo de disseminar o conteúdo do artigo 30 da LOAS, para a criação de Conselhos, Fundos e elaboração de Planos estaduais e municipais da Assistência Social.

Esse trabalho, de amplitude nacional, permitiu que em janeiro de 1998, todos os municípios brasileiros que cumpriram, até aquela data, os determinantes do artigo 30 da LOAS, recebessem recursos federais para a implementação do Serviço de Ação Continuada (SAC), pois foram considerados aptos à gestão municipal da política.

Os mesmos impasses verificados na estadualização foram observados no processo de municipalização, com o agravante das maiores dificuldades de ordem técnica administrativa e financeira da grande maioria dos municípios brasileiros (LIMA, 2003).

O novo estatuto legal conferido à assistência social, traz para essa política pública novos olhares. O Estado deverá organizar-se em uma reengenharia dinâmica, através da qual são criadas estratégias diferenciadas para sua implementação, monitoramento, avaliação e controle social. Sob o olhar de seus operadores, são freqüentes as indagações diante dos novos padrões, métodos e técnicas. Entre os mais politizados, colocam-se novos questionamentos, quanto as alternativas institucionais apresentadas; entre os usuários da política, longe de compreenderem seus impasses, permanece o incômodo de se submeterem a novas regras, novas balizas, novos critérios. Entretanto, qualificam-se disponibilizam-se, enfrentam filas e colaboram com o longo preenchimento de questionários, cujo elenco de perguntas convergem para declarar seu estado incontestável de miséria humana em todas as dimensões. Só assim podem alimentar a esperança de atenção.

A partir dos elementos expostos, esta pesquisa converge para refletir sobre a estratégia da “transferência de renda” em suas dimensões teóricas legais e metodologias, idealizadas como perspectiva de transformar a condição das famílias brasileiras empobrecidas.

### **3 TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A MAIS RECENTE ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA**

Evidenciando-se que as desigualdades sócio-econômicas no Brasil ampliavam gradativamente seu contingente, e que as metodologias direcionadas ao seu enfrentamento não se revelavam exitosas, em 1975, a inspiração do economista Antônio Maria da Silveira, culminou com a produção de um artigo sobre “redistribuição de renda”, fundamentando-se na teoria do imposto de renda negativo de Friedman (1962). Considerando a pobreza e a miséria como ameaças a sustentabilidade da democracia, Silveira(1975) ressaltou a importância da redistribuição de renda, mediante uma complementação monetária que deveria ser financiada pelos 10% mais ricos da população. Percorrer os caminhos trilhados por esses e outros estudos direcionados a implementação de políticas de transferência de renda, é o objetivo deste capítulo, cujas referências irão subsidiar análises dos resultados apresentados no terceiro tomo desta dissertação.

#### **3.1 Premissas e legislação**

Os pressupostos defendidos por Silveira (1975) influenciaram o Senador Eduardo Suplicy na defesa do Projeto de Lei Nº 80/91, cujo conteúdo institui um “Programa de Garantia de Renda Mínima” para o Brasil. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Senado Federal.

Foi, portanto, a partir de 1991, que o debate brasileiro sobre “renda mínima” começou a conquistar adeptos. Nessa linha de raciocínio Camargo (1991) passou a defender uma proposta de renda mínima familiar, articulada com a educação formal dos filhos e dependentes, em idade escolar.

De início, Camargo (1991), defendeu a transferência monetária equivalente a um salário mínimo a toda família com filhos ou dependentes, em idade de 05 a 16 anos. Depois, em 1993, alterou essa proposta em benefício de famílias com filhos ou dependentes de 07 a 14 anos, desde que frequentassem regularmente a escola pública.

O vínculo com a escola pública constituía-se termo de garantia para a focalização do programa nos estratos de menor renda, para a curto prazo, amenizar a pobreza e a longo prazo reduzir sua reprodução às novas gerações. (SILVA E SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004.p.89. ).

Camargo (1993), passou a criticar a propositura do Senador Eduardo Suplicy, por discordar de seu foco na população idosa e também pelos riscos de fortalecimento de trabalho informal no país.

Esse debate sustentou-se em dois argumentos fundamentais: primeiro no alto custo para as famílias pobres manterem seus filhos na escola segundo na deficiência educacional, como fator determinante para a reprodução da pobreza entre sucessivas gerações. Assim compreendendo, a compensação financeira para famílias pobres manterem seus filhos na escola, funcionaria como mecanismo impulsionador ao rompimento do ciclo de pobreza.

Coerente com esse postulado, o governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, passou a implantar e implementar programas focados na família, como unidade beneficiária vinculando a concessão do benefício à obrigatoriedade de ingresso e frequência de crianças em idade escolar, à rede pública de ensino.

A partir de então, a Política de Renda Mínima supera a condição de utopia, constituindo-se numa alternativa concreta para a implementação de políticas sociais de enfrentamento da pobreza.

O Brasil vivia momento de retomada do crescimento econômico e as questões sociais se incorporavam à agenda de debates, sob o alerta de que o desenvolvimento econômico por si só, desvinculado das políticas sociais de enfrentamento à pobreza, poderia comprometer a sustentabilidade democrática, dentre outros argumentos incorporados ao discurso dos políticos contemporâneos, principalmente por ocasião de campanhas eleitorais.

A materialização dos discursos em programas de transferência de renda, aconteceu mesmo no governo de Fernando Henrique Cardoso, com maior visibilidade a partir de seu segundo mandato (1999 – 2002), quando o Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima (PNGR), para toda criança na escola, transformou-se em Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação – Bolsa Escola, como também a criação do Programa Bolsa – Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Vale Gás e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), todos destinados à famílias em situação de pobreza e miséria.

Esses programas, sem precedentes em termos de abrangência na Política Social Brasileira, passaram a ser considerados eixo central de uma “grande rede nacional de proteção social”, implantados no país, implementados de modo descentralizado em quase todos os 5561 municípios brasileiros. (SILVA E SILVA, YAZBEK, GIOVANNI; 2004. p. 92)

No decorrer dessas experiências, o Senador Eduardo Suplicy, propõe através do Projeto de Lei Nº 266/2001, a criação de uma “Renda de Cidadania”, para todos os brasileiros, e mesmo para estrangeiros residindo no país há cinco ou mais anos.

Em 2003, inicia-se o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse novo cenário as teses que davam sustentabilidade aos Programas de Transferência de Renda, já haviam se consolidado, muito embora não se tivesse dados precisos para uma avaliação do impacto desses programas, na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários.

O Presidente Lula incorpora ao seu discurso a idéia, e propõe a construção de uma Política Pública de Transferência de Renda.

No final de 2003, foi aprovada pelo Congresso Nacional uma Emenda Constitucional no âmbito da Reforma Fiscal, incluindo um parágrafo prevendo a implementação de um programa de renda mínima para prover a subsistência a pessoas ou famílias com prioridade, para aquelas mais necessitadas, e co- financiado pela União, Estados e Municípios.

Em outubro de 2003, foi implementado o Programa Bolsa Família, como resultante da junção dos Programas Bolsa – Escola, Bolsa - Alimentação, Vale – Gás e Cartão Alimentação. Sua operacionalização inicial previa um “plus” no orçamento de 2003 que era

de R\$ 4,3 bilhões para 5,3 bilhões em 2004, como também a expansão de suas metas passando de 3,6 milhões de famílias, em 2003, para 7,6 milhões, em 2004.

Esse aporte de recursos orçamentários ao programa de transferência de renda, representou mais que o dobro daqueles disponibilizados em 2002, quando o governo Fernando Henrique implantou a primeira experiência nacional.

Em 8 de janeiro de 2004, foi sancionada pelo Presidente Lula, a Lei de Renda Básica de Cidadania, prevista para implementação gradual, a partir de 2005. Trata-se, como já se fez referência, de transferência de renda incondicional, independente do trabalho ou de outra exigência qualquer, destinado portanto a todos os brasileiros e até a estrangeiros, vivendo no Brasil há cinco ou mais anos.

Sem querer negar o caráter universalizante de tal propositura (Lei de Renda Básica de Cidadania), observa-se certo grau de inconsistência, vez que o governo ainda não conseguiu dar cobertura com “transferência de renda”, aos mais pobres da nação. Persistem as desigualdades e ampliam-se os indicadores de violência, nos quatro cantos do país. Tudo isso, sem falar nas constantes denúncias de desvio de dinheiro público, aberturas de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIS), envolvendo nomes de deputados, senadores, prefeitos, servidores públicos, dentre outros representantes do poder estabelecido, cujo compromisso de resguardar o direito dos cidadãos se esvai nas malhas da corrupção e defesa de interesses pessoais divergentes das demandas coletivas. São fatos que convergem para explicitar a distância entre os discursos eleitorais e a prática dos governantes no poder.

A partir de tais referências este estudo prossegue, desta feita, apresentando as especificidades dos programas de transferência de renda adotados no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e os condicionantes para a unificação dos mesmos, quando a nação passa para o comando do governo Lula.

### **3.2 Novos rumos para as especificidades dos programas de transferência de renda no Brasil**

Uma reflexão sobre os Programas de Transferência de Renda, implantados e implementados nos últimos anos entre os dois mais recentes governos (Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva), constituiu-se matéria relevante para a consolidação desta pesquisa, pelos subsídios que disponibilizam à análise do Programa Bolsa Família.

Para tanto, reuniu-se informações básicas referentes a estes programas, num quadro síntese, a partir dos informes contidos nos estudos de Silva e Silva, Yazbek e Giovanni, (p 94 – 130) cujas referências são explicativas, para o entendimento da unificação efetivada no governo Lula, no Bolsa Família.

Em resposta ao que determina a Constituição Federal de 1988, foi criada a Previdência Social Rural, pelo Ministério da Previdência Social. Trata-se de Programa de Transferência de Renda, e, como os demais, objetiva o enfrentamento à pobreza, com a peculiaridade de destinar-se à população idosa.

A Constituição Federal de 1988, aprimorou o Sistema de Previdência Social Rural, através de sua expansão quantitativa e qualitativa. O marco fundamental fixado pela Lei da Seguridade Social, estabeleceu as bases legais especialmente destinada a famílias pobres, com idosos vivendo no meio rural, garantindo o benefício equivalente a um salário mínimo.

A começar pela implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, para responder a freqüentes denúncias sobre o trabalho escravo que submetia crianças em vários estados, principalmente nas áreas rurais: em atividades de carvoarias, corte de cana de açúcar, sisal, dentre outras, até que em 1998 estendeu-se a crianças e adolescentes trabalhadoras das áreas urbanas, principalmente nos lixões.

O PETI intencionava retirar crianças e adolescentes do trabalho, e inserí-los nas escolas públicas, através da concessão de uma bolsa, como fonte de ajuda financeira significativa para a manutenção da família.

Sua implementação contou com a parceria entre Estados e Municípios, e Sociedade Civil, num esforço conjunto para fazer frente ao trabalho de crianças e adolescentes entre 07 a 15 anos de idade, em atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes. Além dessa situação, para participar do programa a criança precisa estar inserida em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo.

A concessão do benefício é condicionada a retirada da criança/ adolescente do trabalho e sua conseqüente manutenção na escola, e na jornada ampliada (programas sócio educativos complementares), além da participação da família, em programas de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda. Tal concessão é temporária e cessa quando seu beneficiário atinge 15 anos de idade.

No anos 2000, a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) avaliou os resultados do PETI, em nível nacional. Em relação a escola, identificou que em 74% dos municípios, o projeto contribuiu para reduzir o índice de evasão escolar; para 93% dos municípios, o PETI favoreceu o aumento no índice de aprovação escolar; 62% reduziram seus indicadores de repetência e 94% registraram melhorias na capacidade de leitura e escrita das crianças.

A jornada ampliada apresentou 90% de freqüência, o que converge para sugerir sua aceitação e importância para as crianças e adolescentes, participantes do PETI.

Quando se coloca o foco da avaliação sob a família das crianças e adolescentes participantes do PETI, os dados não se apresentam com o mesmo desempenho. Nesse aspecto, o PETI falha por não propiciar condições financeiras, para a sustentabilidade das famílias, sinalizando um limite dos Programas de Transferência de Renda. Daí, porque em 97% dos Municípios não foi erradicado o trabalho infantil, alcançando-se uma redução meramente temporária.

A avaliação evidenciou também que em 52% dos Municípios, 10% das crianças e adolescentes abandonaram o programa, o que pode ter ocorrido pelos freqüentes atrasos no repasse dos recursos das bolsas, fazendo com que as crianças retornem às formas anteriores, ou outras de trabalho infantil.



Diante dos resultados dessa avaliação, uma lição deve ser aprendida: as famílias do PETI, devido a situação de pobreza que vivenciam, não podem conviver com o repasse de recursos atrasados e muito menos interrompidos por longo tempo. Tal situação contraria, os objetivos do Programa de Transferência de Renda, impondo sérios limites a sua credibilidade e capacidade de redução da pobreza.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), foi criado em 1996. Trata-se também de Programa de Transferência de Renda de abrangência nacional consubstanciado no repasse financeiro mensal, no valor de um salário mínimo, previsto pela Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 203, e assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nos Artigos 21 e 22. Foi regulamentado pelo Decreto N<sup>o</sup> 1.744 de 11/12/1995, e concedido a partir de janeiro de 1996.

O BPC, passa a ser concedido a pessoas idosas com 67 anos ou mais de idade, e a pessoas com deficiência, consideradas incapazes para a vida independente e para o trabalho, de acordo com os seguintes critérios: a renda familiar mensal “per capita” deve ser inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo; não podem estar vinculadas a nenhum regime de previdência social e não recebem nenhum benefício de espécie alguma, ou seja encontrem-se incapacitados de prover sua manutenção, ou tê-la provida por sua família.

O BPC é implementado pelas agências locais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sendo revalidado a cada dois anos, mediante cooperação das Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social. A concessão do BPC finda quando ocorre recuperação da capacidade laborativa alterações positivas nas condições socioeconômicas, ou em caso de morte do beneficiário.

O beneficiário é pago pelo INSS, através da rede bancária, mediante cartão magnético.

Para ter acesso ao benefício, o interessado ou seu representante legal, deve apresentar requerimento a uma agência do INSS, anexando documento comprobatório da renda familiar: A comprovação da idade para os idosos e no caso das pessoas com deficiência, são também submetidas a perícia médica.

Em 2001, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado a educação, o “Bolsa Escola”, instituído pela Lei Nº 10.219, de 11/04/2001, e regulamentado pelo Decreto Nº 3.823, de 28/05/2001, e implementado a partir de junho de 2001, em onze estados, que tiveram documentação aceita e termo de adesão homologado. O Bolsa Escola substituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima.

O Bolsa Escola assumiu a meta de beneficiar 10,7 milhões de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade, e 5,9 milhões de famílias com renda “per capita” de meio salário mínimo, tendo cada família o direito de receber R\$ 15,00 (quinze reais) por criança, até o máximo de três filhos, totalizando R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais).

A condição essencial para o repasse do recurso do Bolsa Escola, consistia na frequência escolar. O monitoramento era realizado pelos municípios, que trimestralmente enviavam relatórios de frequência escolar das crianças, ao Governo Federal.

O caráter universalizante do Bolsa Escola, permitiu a inclusão de todos os municípios brasileiros. Nessa lógica, as Prefeituras cadastravam as famílias e enviavam a relação à Caixa Econômica Federal, responsável pelo pagamento do benefício. A supervisão e acompanhamento do Programa ficou sob o encargo da Secretaria Nacional do Programa.

Aos Municípios coube a incumbência de, através das Prefeituras, elaborar e aprovar a Lei Municipal para a instituição do Programa, cadastrar famílias residentes no seu território, conforme critérios estabelecidos para a implementação do mesmo.

O critério de renda familiar (meio salário mínimo “per capita”), foi estabelecido mediante dados do IBGE e do Censo Escolar do INEP/ Ministério da Educação.

O Bolsa Escola elenca uma série de objetivos, dentre eles, possibilitar o acesso e permanência de crianças pertencentes a camadas sociais tradicionalmente excluídas na escola; integrar as famílias ao processo educacional de seus filhos; reduzir os custos decorrentes da evasão e contribuir para o controle do trabalho infantil; evitar permanência de crianças na rua e contato com situações de risco pessoal e social; elevar a qualidade de vida de famílias de níveis de renda menores; recuperar a dignidade e a auto – estima das camadas excluídas da

população, despertando a esperança no futuro dos filhos o que significa “Inclusão social pela via da educação”. (Relatório de Atividades, 2002, p. 2,3 e 5).

O Programa elencou os impactos esperados, destacando-se: universalização do ensino fundamental; redução da evasão e repetência escolar; ampliação do horizonte econômico cultural e social da população que se encontra abaixo da linha de pobreza; desenvolvimento da cidadania; fortalecimento das economias locais.

A adesão dos municípios brasileiros ao Programa foi, desde seu lançamento, quase universal.

Em 2001, depois de apenas oito meses de seu lançamento, 5.470 municípios já estavam credenciados, alcançando 8,5 milhões de crianças. Em termos quantitativos, o Programa Bolsa Escola apresenta a maior dimensão até então alcançada por um Programa de Transferência de Renda. Não fosse o limite de cotas por municípios, o Bolsa Escola poderia caracterizar-se como Programa Universal. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI; 2004. p 106).

Outras restrições identificadas na implementação do Bolsa Escola, consistem no valor irrisório do seu benefício monetário, como também nas deficiências próprias do Sistema Educacional Brasileiro. Tais fatores, comprometem o alcance dos objetivos e impactos esperados pelo programa.

No ano de 2001, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi implementado outro Programa de Transferência de Renda, o Bolsa - Alimentação, voltado para a constituição de uma “Rede de Proteção Social”, com o objetivo de reduzir deficiências nutricionais e a mortalidade infantil, entre famílias brasileiras pobres. Trata-se de complemento a renda familiar, com recursos da União, gerenciado pelo Ministério da Saúde, e, destinado também às famílias pobres com mulheres gestantes, mães amamentando filhos de até seis meses, ou com crianças entre seis meses e seis anos de idade.

Associado a medidas básicas de atenção a saúde das famílias o Programa Bolsa – Alimentação, a exemplo do Bolsa – Escola, exigiu a adesão dos Municípios, cabendo a estes o cadastramento das famílias, a partir dos critérios de elegibilidade definidos. Cada família

poderá ser contemplada com até três bolsas, sendo cada uma no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), podendo, portanto chegar ao teto de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), no caso da família ter três crianças, dentro dos critérios.

Além da transferência monetária, as famílias beneficiárias passaram a ser assistidas pelas equipes do Programa Saúde da Família (PSF), através dos Agentes Comunitários de Saúde, ou por Unidades Básicas de Saúde, disponibilizando-lhes um conjunto de ações de saúde, associadas a compromissos que deveriam ser assumidos pela família beneficiária.

A meta inicial do Programa, era cobrir 800.000 mulheres gestantes e nutrízes, e 2.700.000 crianças, de aproximadamente 2,5 milhões de famílias, dos 5.561 municípios brasileiros. Para tanto, os municípios deveriam atender aos seguintes requisitos: estar habilitado a receber recursos federais para a saúde, pelo SUS; ter implantado Programa Agente Comunitário de Saúde ou o Programa Saúde da Família; apresentar ao Conselho Municipal de Saúde, uma Carta de Adesão, assinada pelo Secretário Municipal de Saúde e pelo Prefeito; indicar um coordenador técnico do Programa; ter implantado o Sistema de Gerenciamento de Informação do Programa Bolsa – Alimentação; promover o cadastro dos beneficiários; ter o seu pedido pactuado pela Comissão Intergestora Bipartite, e, ter sua solicitação homologada pelo Ministério da Saúde, mediante publicação de portaria específica.

As famílias beneficiárias, deveriam aplicar o dinheiro recebido em duas necessidades básicas: alimentação e nutrição. O Programa, tal como os demais na linha de transferência de Renda, foi financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza.

Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, foi criado e implementado o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social. Também inserido na Linha de Transferência de Renda, o programa foi direcionado a jovens entre 15 e 17 anos de idade, preferencialmente aos que se encontravam fora da escola, pertencentes a famílias pobres, com renda “per capita” de até meio salário mínimo, e em situação de risco social, que tenha participado de outros programas sociais como o PETI; os de enfrentamento à exploração sexual, de atendimento a jovens envolvidos em situação de crime ou contravenção, egressos ou cumprindo medidas protetivas, portadores de algum tipo de deficiência, sendo-lhes destinada, em cada localidade uma quota de 10% das vagas.

Como nos demais Programas de Transferência de Renda, existem critérios e metodologia facilitadora do gerenciamento compartilhado das ações, o cadastro do jovem configura-se como passo indispensável. O valor do benefício foi definido em R\$ 65,00 mensais, por um período de 12 meses, tempo em que outros esforços deveriam ser desenvolvidos para criar condições de inserir ou reinserir jovens no sistema de ensino e em outras ações. (PROGRAMA AGENTE JOVEM, 2003).

O quantitativo de 105.446 (cento e cinco mil quatrocentos e quarenta e seis) jovens atendidos por esse Programa, até outubro de 2002, expressa seu caráter simbólico, face a gravidade dos problemas que a juventude brasileira empobrecida vivencia no atual contexto histórico.

Além de todos os Programas de Transferência de Renda já elencados e implementados no governo Fernando Henrique Cardoso, registra-se o Auxílio – Gás, que diferente dos demais, não foi financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza, mas pelo Imposto cobrado sobre Combustível (CID), e foi destinado a atender famílias pobres, e, também foi realizado com a finalidade de compensar os efeitos da liberação do comércio de derivados do petróleo e a retirada do subsídio ao gás de cozinha. A morosidade de acesso a esse benefício, privilegiou famílias já inseridas em outros programas do Governo Federal ou com renda familiar mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, habilitadas portanto a receber a transferência de R\$ 7,50, a cada dois meses.

Esse elenco de Programas e Projetos, inauguraram no Brasil, a perspectiva do enfrentamento à pobreza, através da transferência de renda, uma nova estratégia metodológica, pensada para fazer chegar às mãos dos destinatários, os recursos essenciais a sua sobrevivência, atribuindo-lhes maior autonomia e responsabilidades na condução de sua própria vida e de seus familiares.

O quadro I, a seguir, sintetiza aspectos relevantes para a visibilidade dos programas de Transferência de Renda, criados e implementados no governo Fernando Henrique Cardoso.

**QUADRO SÍNTESE I**  
**PROGRAMAS FEDERAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**  
**DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

<b>PROGRAMA</b>	<b>DATA DE CRIAÇÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>ELEGIBILIDADE</b>	<b>BENEFÍCIOS FINANCEIROS</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
Bolsa Escola	21/12/2001	Lei Nº 10.219 de 11/04/2001 e Decreto Nº 4.313 de 24/07/2002	Renda Familiar mensal de até R\$ 90,00 por pessoa de 06 até 15 anos	R\$ 15,00/mês por criança até o limite de R\$ 45,00 por família	Extinto
Bolsa Alimentação	06/09/2001	M.P Nº 2.2061 de 06/04/2001 e Decreto 3.934 de 20/09/2001	Famílias com Gestantes, nutrizes e crianças de 06 meses a 06 anos e 11 meses em risco nutricional	R\$ 15,00/mês por crianças até o limite de R\$ 45,00, por família	Extinto
Auxílio Gás	28/12/2001	Lei N <sup>o</sup> 10.453/2002 M.P de 28/12/2001 e Decreto Nº 4.102 de 24/01/2002	Renda familiar mensal de ½ salário mínimo por pessoa	R\$ 7,50/ mês pago bimensalmente (R\$ 15,00 a cada dois meses)	Extinto
Benefício de Prestação Continuada – BPC	Janeiro de 1996 com recursos assegurados a partir de 1999	CF 1988, Seção VI artigo 23 inciso V e LOAS Lei Nº 8.742 de 07/12/1993 e ainda M.P Nº 1.473 de 11/08/1997 e Decreto Nº 1.744 de 11/12/1995	Idosos de 65 anos ou mais e portadores de deficiência com incapacidade para o trabalho, vivendo em famílias sem renda ou com renda mensal inferior a ¼ do salário mínimo	1 salário mínimo mensal	Em execução
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	1996	Governo Federal instituiu o Programa “vale cidadania”, posteriormente denominado de PETI, em convênio com os governos estaduais.	Famílias de crianças e adolescentes de até 16 anos, que encontravam-se em situação de trabalho, em condições insalubres e atividades perigosas, penosas ou degradantes, objetivando além da saída dessa situação, o ingresso na escola, e apresentação de frequência mínima de 25% nas aulas.	Bolsa mensal de R\$ 25,00 a R\$ 40,00 por crianças/ adolescente na zona rural ou urbana.	Em execução

No próximo tema, destaca-se a extinção e/ou continuidade dessas ações, efetivadas no governo Lula, onde se observam mudanças de caráter teórico, metodológico e gerencial.

### **3.3 Caracterização e dinâmica dos programas de transferência de renda no Governo Lula**

Para cumprir promessas de campanha, o Presidente Lula, logo que assumiu seu mandato, criou em 27 de fevereiro de 2003, o cartão alimentação, instituído pela Medida Provisória N<sup>o</sup> 108, como uma das ações integrantes do Programa Fome Zero.

Gradativamente, ao longo de seu primeiro governo, o Presidente Lula foi atribuindo novos contornos aos programas de Transferência de Renda. O Fome Zero, por exemplo foi criado para combater a fome e suas causas estruturais. Nessa lógica, insere componentes de segurança alimentar, numa ação compartilhada entre as três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) e Sociedade Civil.

O Programa de Acesso a Alimentação (cartão – alimentação), fundamenta-se no conceito de insegurança alimentar, concebido nos seguintes termos: “ Falta de acesso a alimentação digna, em quantidade, qualidade e regularidade, suficiente para a nutrição e manutenção da saúde da pessoa humana”. (Decreto n<sup>o</sup> 4.675, de 16 de abril de 2003)

Inicialmente, esse programa definiu como prioridade, a abrangência dos municípios situados na região do semi-árido e áreas de grupos populacionais sujeitos a insegurança alimentar, como aldeias indígenas em situação de risco, moradores de lixões, comunidades remanescentes de quilombos, acampamentos e assentamentos rurais. O critério, para seleção dos municípios considerou seu IDH e também a existência de algum tipo de organização social que viabilizasse a participação e o controle social, elementos fundamentais para o bom êxito do programa.

A coordenação do cartão-alimentação, ficou sob a competência do Gabinete do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome. Tal como os demais programas anteriormente implementados na linha de Transferência de Renda, o bolsa –

alimentação definiu o critério de concessão da transferência monetária de R\$ 50,00, para famílias com renda “per capita” familiar mensal de até meio salário mínimo. Esse padrão de renda é obtido pelo cálculo da média dos rendimentos brutos da totalidade dos membros da família. São incluídos neste cálculo, os rendimentos provenientes de outros programas de transferência de renda concedidos a qualquer um dos membros da família.

Registra-se que outra forma da concessão do benefício, podia ocorrer na forma de alimentação em espécie, que só ocorre em situações específicas tais, como: para atender questões culturais e hábitos alimentares de algum grupo, em caso de calamidades naturais e outras situações emergenciais, ou mesmo quando os beneficiários residam em localidades, onde inexistente infra-estrutura de distribuição de alimentos.

O benefício concedido pelo cartão-alimentação, dura apenas seis meses, prorrogável no máximo por mais dois períodos, de seis meses, mediante ato emitido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Sendo financiado por dotações orçamentárias consignadas anualmente, o número de beneficiários do cartão alimentação fica condicionado ao limite de dotação orçamentária prevista.

Assim, a fixação de cota impede uma focalização real em relação ao público – alvo definido pelos critérios de elegibilidade, fixados para inclusão no programa, possibilitando a manutenção de uma política não focalizada, mas de fragmentação da pobreza. (SILVA, 2001, p. 114).

Além desse limite, outros ainda podem ser enfocados. Um deles é o fato da renda ser destaque, como única variável considerada no corte de pobreza, além de manter um valor ainda mais baixo do que já vinha sendo adotado, pelos Programas de Transferência de Renda, anteriormente criados (até meio salário mínimo de renda “per capita” familiar). Outro limite consiste no valor da transferência monetária para as famílias (R\$ 50,00 mensal). Trata-se de valor muito baixo para permitir impactos significativos na vida de famílias residentes no meio rural, destituídas de oportunidades de acesso a renda. O tempo máximo (dezoito meses), previsto para concessão desse benefício, se configura outro limite, por se mostrar insuficiente para viabilizar a autonomia das famílias que acumulam dificuldades e restrições históricas,



ainda mais considerando-se a atual conjuntura, de entraves no acesso a atividades geradoras de trabalho e renda.

SILVA E SILVA; YAZEBK; GEOVANNI, 2004. p. 154, identificaram algumas distorções na implementação descentralizada do programa Cartão–Alimentação, quais sejam: o despreparo dos gestores, as condições de recursos e infra-estrutura da maioria dos municípios brasileiros, para agregar ações de suporte demandadas pela população local e, sobretudo, a prevalência de uma cultura política fortemente caracterizada por posturas patrimonialistas e clientelistas, que marcaram a formação da sociedade brasileira.

Diante de tais distorções, muitas denúncias foram veiculadas, acusando o desvio no cadastramento de famílias beneficiadas do Cartão–Alimentação, em vários municípios brasileiros, com a inclusão indevida de pessoas, como: prefeitos, secretários municipais, vereadores, funcionários públicos, fazendeiros, dentre outros que não se inserem no critério de inclusão do programa.

Evidenciou-se também sucessivas denúncias, sobre a composição dos comitês (CGL), face à ação de prefeitos que controlam o poder local, exercendo forte influência na sua composição e funcionamento, mesmo sendo formado, majoritariamente por representantes da sociedade civil, alguns são facilmente manipulados pelo poder municipal, e acabam por negligenciar no cumprimento de suas funções, para atender aos interesses dos governantes, em detrimento do sofrimento dos reais destinatários do programa.

Dando seqüência ao elenco dos Programas de Transferência de Renda implementados no governo Lula, destaca-se o Ação Emergencial, instituído em outubro de 2003. Tal programa representa a continuidade do Bolsa-Renda criado em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso.

O Ação Emergencial, como o próprio nome expressa, foi criado para atender famílias pobres em situação de emergência, em virtude das intempéries da natureza (secas, enchentes, etc). Tal programa concretiza-se através da transferência do valor inicial de R\$ 60,00 (sessenta reais) por mês, posteriormente reduzido para R\$ 50,00 (cinquenta reais) por família.

Essa estratégia adotada inicialmente pelo Bolsa Renda, no governo FHC, “foi suspensa em abril de 2003, por ser considerado um programa eleitoral” (SILVA E SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2004 p. 257). Nota-se que esse programa, supostamente com fins eleitorais, foi repaginado e ganhou nova identificação no governo Lula, tendo sido suspenso após a implantação do “Cartão–Alimentação”.

Face à situação da seca, persistente em alguns municípios brasileiros, o Bolsa Renda, volta com o nome de Ação Emergencial, desta feita destinado a 283 municípios, em situação de calamidade pública. Mais especificamente, esse programa destinou-se a famílias de agricultores de nove estados da região semi – árida, com evidências da perda de safra, cujas famílias não tinham acesso a outro programa de transferência de renda, sendo destinado a elas o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês, durante seis meses.

O Ação Emergencial foi criado e implementado sob o gerenciamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas seu caráter “emergencial”, não representou atenção às reais necessidades dos pequenos agricultores brasileiros, principalmente daqueles vivendo em áreas mais atingidas pelo fenômeno da seca.

Destaca-se também o surgimento do Programa Fome Zero, que mais tarde se transforma em componente de uma perspectiva mais ampla, consubstanciada na Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Este programa, parte do entendimento da alimentação, como direito a ser assegurado pelo Estado; nesses termos, afirma idéias que mobilizavam a sociedade há mais de duas décadas, pela campanha “Ação da Cidadania Contra a Fome e, a Miséria Pela Vida (1992/1993), e pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)” um amplo movimento nacional, cujos fundamentos foram respaldados por graves indicadores de pobreza e miséria, a partir de dados disponibilizados por organismos internacionais tais como FAO (2000); PNUD (2000); Banco Mundial (2000) e Cúpula Mundial da Alimentação (1996/Roma), dentre outros. Tais referências convergem para destacar que, no caso brasileiro, a grande causa de acesso aos alimentos é o baixo nível de renda, o que se confirma no contingente populacional de 44.043 milhões de pessoas (9.324 famílias), cujas características de pobreza e miséria as condicionam como clientela do Fome Zero.

O programa referenda resultados de sucessivos estudos indicativos de que as políticas emergenciais efetivadas isoladamente, não conseguem impactar de modo favorável, na condição de pobreza. Sendo assim, em sua formulação o Fome Zero destaca a necessidade de articulação com outras políticas (estruturais, específicas e locais). Tal perspectiva, vem sendo sugerida constantemente por diferentes estudiosos da pobreza e dos demais problemas sociais. Entretanto, a intersetorialidade e a articulação intergovernamental e interinstitucional, remetem ao exercício de uma prática inovadora, de difícil implementação.

No que se refere aos custos, foram estimados R\$ 19,9 (dezenove bilhões) por ano, um montante relativamente pequeno, se considerada a grandiosidade do desafio de erradicar a fome no país.

Um dos mecanismos operacionais do Fome Zero consiste no Cartão – Alimentação, cujo valor da transferência de renda por família remete ao que Sposati identifica, como mínimos sociais, com os seguintes argumentos:

Estabelecer mínimos sociais é mais que um ato jurídico ou um ato formal, pois exige a constituição de um outro estatuto de responsabilidade pública e social... é fundar uma nova cultura num contexto de grande acidez a sua proliferação. Por isso, denomino este processo de revolução da consciência da . (SPOSATI, 1997, p. 13).

Na concepção de Sposati, existe uma dupla interpretação de mínimos sociais. Uma restrita, minimalista, e outra, que considera ampla e cidadã. A primeira se funda na pobreza e no limiar de sobrevivência, e a segunda em um padrão básico de inclusão. (SPOSATI, 1995, p 15).

O quadro II, a seguir, reúne o elenco de programas/ projetos de transferência de renda, implementados no atual governo.

**QUADRO SÍNTESE II**  
**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO LULA**

<b>PROGRAMA</b>	<b>DATA DE CRIAÇÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>ELEGIBILIDADE</b>	<b>BENEFÍCIOS FINANCEIROS</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
CARTÃO ALIMENTAÇÃO	27/02/2003	Medida provisória N <sup>o</sup> 108 de 27/02/03 e Decreto N <sup>o</sup> 4.675 de 16/04/03	Pessoas em situação de insegurança alimentar, recursos financeiros ou o acesso a alimentos em espécie, com renda “per capita” familiar mensal de até meio salário mínimo.	R\$ 50,00/ mensais por família	Extinto
PETI	1996	Governo Federal instituiu o Programa “vale cidadania”, posteriormente denominado de PETI, em convênio com os governos estaduais.	Famílias de crianças e adolescentes de até 16 anos, que encontravam-se em situação de trabalho, em condições insalubres e atividades perigosas, penosas ou degradantes, objetivando além da saída dessa situação, o ingresso na escola e apresentação de frequência mínima de 25% nas aulas.	Bolsa mensal de R\$ 25,00 a R\$ 40,00 por crianças/adolescente na zona rural ou urbana.	Em execução
BPC	Janeiro de 1996 com recursos assegurados a partir de 1999	CF 1988, Seção VI artigo 23 inciso V e LOAS Lei N <sup>o</sup> 8.742 de 07/12/1993 e ainda M.P N <sup>o</sup> 1.473 de 11/08/1997 e Decreto N <sup>o</sup> 1.744 de 11/12/1995	Idosos de 65 anos ou mais, e portadores de deficiência com incapacidade para o trabalho vivendo em famílias sem renda ou com renda mensal inferior a ¼ do salário mínimo	1 salário mínimo mensal	Em execução
BOLSA FAMÍLIA	20/10/2003	Medida Provisória N <sup>o</sup> 132 de 20/10/2003	Famílias extremamente pobres, com renda	Para famílias extremamente pobres: Benefício	Em execução

<b>PROGRAMA</b>	<b>DATA DE CRIAÇÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>ELEGIBILIDADE</b>	<b>BENEFÍCIOS FINANCEIROS</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
		Lei Nº 10.836 de 09/ 01/ 2004 e Decreto Nº 5.209 de 17/09/2004	familiar “per capita” de até R\$ 60,00 e famílias pobres com renda familiar “per capita” de R\$ 60,00 até R\$ 120,00	fixo de R\$ 50,00, Benefício variável de até R\$45,00, sendo R\$ 15,00 por crianças entre 0 e 15 anos, gestantes e nutrizes. Para famílias pobres: Benefício variável de até R\$ 45,00	

Ao implementar programas de renda o governo brasileiro avança, se não para a garantia dos mínimos sociais em padrão básico de inclusão social, pelo menos para garantir um direito, tirando seus beneficiários da condição de dependência do favor clientelista, que secularmente se reproduziu no país. As condições essenciais para que as famílias beneficiárias compreendam a concessão do benefício como um direito é mais um desafio, talvez tão grandioso como erradicar a fome.

O risco a ser enfrentado nessa disputa de sentidos é que o Programa Fome Zero permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres, e não se realize como direito social, e assim não se politize. (SILVA E SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, p. 127).

Como componente de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, vale considerar que o Fome Zero consubstanciado no Cartão – Alimentação, representa a garantia governamental de um direito reclamado, não tanto pelos que vivenciam a fome, mas com voz expressiva da sociedade local, internacional, num verdadeiro cerco ao governo, por não aceitar os extremos das desigualdades que o Brasil ainda vivencia.

## **4 A TRANSFERÊNCIA DE RENDA PELA VIA DO BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO DE CASO**

Na medida em que os problemas sociais foram adquirindo novos contornos e expressando agravantes consideráveis para o próprio desenvolvimento do país, observou-se, entre diferentes segmentos da vida nacional, posicionamentos expressos em forma de denúncia contra políticas de caráter assistencialistas, como também reivindicações voltadas à criação de mecanismos emancipatórios, capazes de interferir de modo positivo na vida da população brasileira empobrecida e/ ou miserável.

Nesse contexto (fim dos anos 80) emergiram os primeiros ensaios sobre a perspectiva da transferência de Renda no país.

Os formuladores das políticas públicas passaram a compreender a necessidade de mudanças organizacionais de caráter metodológico e operacional, capazes de concentrar esforços e recursos, para o alcance da sonhada equidade.

Enquanto profissional de serviço social, foi oportuno vivenciar os desafios próprios dos momentos de transformação. Há quase duas décadas o reordenamento institucional moderniza-se, para satisfazer as novas condicionalidades que a execução da política de assistência social, fundada na lógica do “direito do cidadão e dever do Estado”, requer.

Esta parte objetiva articular considerações sobre o cenário de pobreza no Estado do Ceará, onde famílias se credenciam para acesso à programas governamentais, em busca de sobrevivência. Em seguida, destaca-se a dinâmica operacional do Programa Bolsa Família. Após essas discussões, este estudo se concentra na abordagem metodológica, onde se descrevem as balizas do estudo de caso e a técnica de análise do discurso, cujos procedimentos articulados, viabilizam a apresentação dos resultados obtidos neste trabalho.

#### 4.1 Indicadores de pobreza e miséria no Ceará

O Programa Bolsa Família, tal como outras iniciativas anteriores de transferência de renda, foi idealizado justamente para o enfrentamento da situação de pobreza e “extrema pobreza” ou miséria em todo o país. Este texto reúne elementos para que se possa identificar, em linhas gerais, a situação das famílias cearenses empobrecidas.

Representado a forma mais tradicional de viver e a instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade, a família existe e opera como espaço de produção e transmissão de costumes e práticas culturais, e como organização responsável pela reprodução cotidiana de seus membros, produzindo, reunindo e distribuindo recursos entre si, com a finalidade de satisfazer suas necessidades mais essenciais (Carvalho, 2003).

Essa idéia adquire relevância neste estudo, justamente para uma reflexão em torno das possibilidades de uma família em situação de pobreza ou 'extrema pobreza' ( e por que não miséria?), teria para “ operar como espaço de produção”. Sem oportunidades convencionais de trabalho e renda, o que essas famílias produzem, distribuindo recursos entre si?. Para uma família com renda per capita mensal de R\$ 120,00 ou R\$ 60,00, como se pode dividí-los para satisfazer necessidades essenciais?

Tais considerações servem neste texto, de breve reflexão para que se possa adentrar aos indicadores que, agregados delineiam a realidade local, espaço onde se situam os municípios habitados pelas famílias pobres e extremamente pobres, sujeitos deste estudo.

A população total do Estado do Ceará no ano 2000, segundo censo do IBGE, totalizou 7.430 sete mil quatrocentos e trinta habitantes, representando cerca de 15,56% da população nordestina e 4,37% da brasileira. Dados mais recentes calculados por estimativas do IBGE para 2005, conferem ao Estado, população constituída por 8.097,276 habitantes.

Ainda tomando-se por referência dados do IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), 53,4% da população cearense é constituída de pobres e 26,3% são indigentes, ou, para se adequar à categoria utilizada pelo Programa Bolsa Família, pode-se dizer que esses 26,3%, é composto por pessoas “extremamente pobres”.

A expectativa de vida para os cearenses é de 66,4 anos, com posição favorável, se comparada ao conjunto de estados nordestinos que tem como expectativa de vida uma média de 65,8 anos.

Um dos indicadores de qualidade de vida mais utilizados, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quanto mais próximo de 1(um), melhor o IDH. Ele expressa sinteticamente as condições de vida da população por meio de três indicadores básicos: renda, medida pelo PIB “per capitã”, o grau de conhecimento, expresso pela combinação da taxa de alfabetização de adultos e matrícula nos três níveis de ensino e longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer, indicativo do usufruto dos benefícios do saber e dos recursos materiais por anos de vida.

Entre os estados brasileiros, o Ceará vem se destacando por seu desempenho na melhoria do seu IDH, passando do 23<sup>o</sup> (IDH de 0,537) para o 19<sup>o</sup> lugar (IDH de 0,699). (PNUD, 2005).

Entretanto, apesar dos resultados gerais tangenciarem indicativos de melhorias, persiste entre a população local os seculares constrangimentos da convivência, com os extremos da pobreza e miséria. Os dados do PNUD sugerem que, se os investimentos governamentais forem persistentes no enfrentamento dessas situações, o Ceará vai percorrer no mínimo, 17 (dezesete) anos para se equiparar à média do IDH do Brasil, que é de 0,769.

Apesar do crescimento econômico do Ceará verificado nos últimos 15 (quinze) anos, na opinião do Banco Mundial, apresentada em relatório (2003, p.9) esse crescimento, isoladamente “será um instrumento fraco no combate à pobreza, precisamente devido a extensão da desigualdade”.

A pobreza e a desigualdade, como já se fez referência neste estudo, derivam de vários e complexos problemas, que interagem entre si e seu reconhecimento, pressupõe mensuração a ser comparada com seu conceito oposto, no caso a riqueza.

Para efeito de medição da pobreza, o Banco Mundial considera pobres, aquelas pessoas cuja renda diária seja igual ou inferior a 1 dólar /dia, e indigentes, aquelas cuja renda seja de ½ dólar dia. Esses padrões delimitam as linhas de pobreza e miséria, e vêm sendo



formalmente empregados por diferentes estudos em todo o mundo, pelo grau de confiabilidade que representam.

Observa-se, nos discursos mais recentes sobre a questão da pobreza e miséria no Brasil, uma tendência à euforia pela superação de alguns dígitos, na escala do Ranking Mundial, que identificam os países em situação de desenvolvimento, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Sem negar a virtude e validade das informações, observa-se em algumas posturas, argumentos voltados a relativizar “ou minimizar” a situação de pobreza e miséria, que ainda persistem, enebriados que se mostram pela euforia dos percentuais mínimos de acréscimo, a posição nacional de 50<sup>o</sup> lugar, no Ranking de IDH. Tudo isso, sem falar que esse alcance pressupõe o enfrentamento do problema desde 1988, quando o país passou a vivenciar todo um processo de ajustes, na gestão pública e a disseminar a cultura da vivência democrática. São, portanto, vinte anos de lutas, forjadas sob forte denúncia da sociedade instruída, que passa a reivindicar, em nome dos pobres e extremamente pobres, a definição e execução de políticas públicas universalizantes, para o enfrentamento do problema, desta feita, pela via da garantia de direitos, e não mais do favor.

É importante ter presente a relevância das melhorias nos indicadores nacionais, mas não se pode esquecer que os fenômenos da pobreza e da miséria persistem, e são agravados pelas desigualdades e injustiças.

No Ceará, a expansão do acesso de crianças e adolescentes empobrecidos à escola pública não significa necessariamente, oportunidade concreta de educação formal dada as precárias condições escolares, baixo nível de qualificação dos professores, muitos deles desmotivados pelos baixos salários dentre outros fatores, que concorrem para a preservação do analfabetismo funcional e fraco desempenho do aluno, em avaliações de controle da aprendizagem.

Há concordância na literatura sociológica e até entre alguns economistas, em obras mais recentes na argumentação da intrínseca relação entre educação e desenvolvimento econômico. A educação de qualidade está associada à expansão de oportunidades produtivas. Repercutindo no desenvolvimento econômico amplia salários, e conseqüentemente bloqueia o processo de proletarização passiva que gera dependência dos benefícios governamentais. “Essa mesma expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social... aumenta

a expectativa de vida pela eficiência com que os recursos familiares são utilizados... diminui o tamanho das famílias, reduzindo a escala de reprodução do ciclo de pobreza, entre sucessivas gerações de uma mesma família (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000).

Estudos de Lacerda, Gósson e Teixeira (2006) ,sobre a relação de gênero e pobreza no Brasil e no Ceará, identificaram que as famílias pobres cearenses são mais atingidas pelo analfabetismo e pelo maior número de pessoas sem instrução. “Em 2003, a taxa de analfabetismo se concentrava sobre os chefes de famílias pobres do Ceará, com 38,8% nos chefes homens e 29,4% nas chefes mulheres”.

Tal realidade repercute de forma negativa, na compreensão desses chefes de família sobre a importância de educar sua prole. A escola que conhecem, e que oportunamente freqüentaram por algum tempo, é a mesma disponível aos seus filhos e tais escolas não credenciam recomendações de sucesso, daí a falta de estímulo das famílias pobres, em insistirem na educação formal de seus filhos.

Evidencia-se a partir desses estudos, que sem uma intervenção efetiva na educação de qualidade disponibilizada aos filhos das famílias cearenses empobrecidas, a necessidade de prolongamento dos programas de transferência de renda e de outros programas e projetos compensatórios persistirão por sucessivas gerações.

Destaca-se, na continuidade deste capítulo, as características básicas da gestão do Programa Bolsa Família, numa pesquisa documental que referenda a legalidade de seus pressupostos.

#### **4.2 Dinâmica da execução do programa bolsa família no estado**

A composição do texto que se segue, está fundamentada nos conteúdos burocrático e legal, que orientaram a criação e funcionamento do Programa Bolsa Família. Tal procedimento, foi adotado com vistas a dar visibilidade às suas premissas básicas, orientadoras de sua gestão.

O Programa Bolsa Família foi criado em 20/10/2003, com o objetivo de unificar e favorecer a gestão integrada do conjunto de Programas Federais de Transferência de Renda, remanescentes do Governo Fernando Henrique Cardoso (Bolsa Escola, Vale gás, etc), dentre outros programas complementares de renda implantados no governo Lula e custeados com recursos da União.

Sendo um programa de dimensão nacional, os Estados e Municípios executam suas ações conforme critérios, pressupostos e modelo de gestão de acordo com determinantes estabelecidos.

O acesso das famílias em situação de pobreza e miséria a esse programa, exige o cumprimento de condicionalidades identificadas com compromissos assumidos pelas famílias na área de saúde e educação, para continuarem a receber o benefício monetário do Programa.

Na área da saúde os compromissos consistem no acompanhamento à gestantes, nutrizes, e crianças menores de 07 anos de idade.

Na área da educação, as condicionalidades previstas são: a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescente entre 06 e 15 anos. Todas as crianças e adolescentes das família beneficiadas, nesta faixa etária – inclusive aquelas, para as quais não ocorre o pagamento da parcela variável do benefício – devem cumprir essas condicionalidades.

As condicionalidades para o acesso e permanência dos beneficiários no programa Bolsa Família, que foram propostas como mecanismo para elevar o grau de efetivação dos direitos sociais, por meio da indução da oferta e da demanda por serviços de saúde e educação, na esfera municipal.

Os valores referenciais para definição de pobreza e extrema pobreza, foram definidos na Lei de criação do Programa, e posteriormente atualizados pelo Decreto Nº 5.749 de 11/04/06. Atualmente, a concessão de seus benefícios se destina às famílias pobres, entendidas como aquelas com renda familiar mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), por pessoa; e famílias extremamente pobres, aquelas com até R\$ 60,00 (sessenta reais) de renda familiar mensal, por pessoa. Esses valores foram definidos com base em estudos do

Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), tendo por referência informações da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios/ 2004 e do Censo Populacional 2000.

A cobertura do Programa segue essas estimativas, tal como sua expansão, com ênfase, para municípios onde se verificam famílias sem atendimento e na situação de pobreza e extrema pobreza.

A inclusão de famílias é feita exclusivamente entre aquelas inscritas no Cadastro Único. Porém, estar cadastrada, não significa imediata concessão do benefício. Ser beneficiária pressupõe também disponibilidade de recursos do Governo Federal e priorizada segundo critérios de renda por pessoa, da menor (R\$ 60,0) até a maior (R\$ 120,00) por pessoa.

Os benefícios financeiros do Programa, estão definidos na Lei Nº 10.836, de 2004, e abrangem as seguintes tipologias:

**Benefício Básico:** no valor de R\$ 50,00, concedido à família com renda mensal por pessoa igual ou inferior a R\$ 60,00;

**Benefício Variável:** no valor de R\$ 15,00, concedido à cada criança ou adolescente de zero a quinze anos de idade, até o limite de três por família;

**Benefício Variável de Caráter Extraordinário:** é concedido às famílias dos Programas remanescentes, cuja migração para o Bolsa Família ocasione perdas financeiras. O valor é calculado, caso a caso, e tem prazo de prescrição, além do qual deixa de ser pago.

A concessão desses benefícios se dá em caráter temporário (Artigo 21, Decreto Nº 5.209/2004) portanto, não gera direitos, mas sua concessão mensal, respeita as regras operacionais do Programa. O quadro, a seguir ilustra a composição dos benefícios e seus critérios

### COMPOSIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO PBF

<b>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE</b>				
Situação das famílias	Renda Mensal por pessoa	Ocorrência de crianças/adolescentes de 0 – 15 anos	Quantidade e tipo de Benefício	Valores do Benefício
Situação de Pobreza	De R\$ 60,00 até R\$ 120,00	Uma criança ou adolescente	01 Variável	R\$ 15,00
		Duas crianças ou adolescentes	02 Variáveis	R\$ 30,00
		Três crianças ou adolescentes	03 Variáveis	R\$ 45,00
		Sem ocorrência	Básico	R\$ 50,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	Uma criança ou adolescente	Básico +1 Variável	R\$ 65,00
		Duas crianças ou adolescentes	Básico +2 Variáveis	R\$ 80,00
		Três crianças ou adolescentes	Básico+3 Variáveis	R\$ 95,00

Fonte: MDS/ SENAR, Programa Bolsa Família, 2006

Através de Termos de Cooperação, a União, os Estados e Municípios (§1º Art. 12, Decreto 5.209/2004) podem pactuar políticas e programas sociais, orientados para o público beneficiário do Bolsa Família de modo articulado e com a complementação financeira aos benefícios do PBF.

Em 26 de Novembro de 2003, o Governo do Estado do Ceará, criou o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), e através dele, a criação e implementação de programas de transferência de renda, destinados a população cearense em situação de pobreza e miséria. No Estado, 53,4% da população se insere na condição de pobreza, e 26,3% são indigentes.

Através do FECOP, Governo do Ceará criou o Bolsa Cidadão e estabeleceu com a União, termo de cooperação, em conformidade com o Decreto 5.209 de 2004,

comprometendo-se em promover complementação financeira aos benefícios do Programa Bolsa Família, concedidos às famílias cearenses, na condição de pobreza ou indigência.

A complementação financeira ao PBF, se dá no caso do Estado do Ceará através do co – financiamento e integração do Programa Bolsa Cidadão, aos requisitos e metodologia operacional do PBF . Por essa via, a complementação financeira comporta R\$ 5,00 a cada benefício variável, e R\$ 10,00 a cada família que recebe o benefício básico, (complementação de R\$ 5,00 a R\$ 25,00 e benefício final de R\$ 20,00 a R\$ 120,00).

A Gestão do Programa Bolsa Família é compartilhada (União, Estados e Municípios), e está definida através de um conjunto de processos legalmente amparados, tendo como principais atividades: cadastro de famílias no CadÚnico, concessão de benefícios, pagamento do benefício, bloqueio, desbloqueio, cancelamento do benefício, revisão do cancelamento, suspensão do pagamento do benefício, revisão da suspensão, concessão/ reversão do cancelamento dos benefícios, dentre outras atividades operacionais de rotina.

A aplicação das atividades de gestão de benefícios, decorre de alterações nas condições que deram ensejo à sua concessão ou descumprimento de regras operacionais.

O bloqueio de benefícios pelos gestores municipais, pressupõe emissão de parecer técnico dos profissionais da área de assistência social ou técnicos de fiscalização.

O benefício pode ser bloqueado para averiguação de cadastro, se houver indícios de duplicidade cadastral, renda familiar mensal por pessoa acima dos valores estabelecidos, falecimento dos beneficiários e não-localização da família no endereço constante no CadÚnico. A caracterização dos indícios exige processo de apuração e formalização de análise dos casos.

A gestão do benefício, por força de legislação, não permite que famílias beneficiárias tenham crianças em situação de trabalho infantil. Assim, o bloqueio do benefício pressupõe ações adicionais da Prefeitura, sendo possível seu desbloqueio, depois de cessado o trabalho infantil, e, da inscrição da família em jornada ampliada.

Não é permitido o pagamento simultâneo de programas federais de transferência de renda para uma mesma família, a exemplo do PBF e PETI ( Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Nesses casos o benefício de menor valor é cancelado.

O desbloqueio dos benefícios ocorre sempre que os fatos que lhe originaram, tenham sido cessados ou esclarecidos. A averiguação deve ocorrer antes de decorridos seis meses do bloqueio dos benefícios. Depois desse prazo, os benefícios são cancelados automaticamente.

A revisão de cancelamento do benefício deve ocorrer em caso de erro operacional ou pelos seguintes motivos: trabalho infantil na família, duplicidade cadastral, renda familiar por pessoa superior estabelecida pelo Programa, falecimento de seus beneficiários, decisão judicial, desligamento voluntário da família, acúmulo do PFB e PETI, descumprimento reiterado de condicionalidades e repercussão de alteração cadastral.

As famílias, através de seus representantes legais, têm o direito, através de seus responsáveis, de questionarem a execução de atividades de gestão de benefícios de sua família, e, o gestor municipal tem como obrigação, analisar e deliberar sobre tais questionamentos, apresentados sob forma de recurso, no prazo máximo de trinta dias.

A Caixa Econômica Federal tem como competência, a divulgação de calendário de pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família.

Face ao processo de descentralização político-administrativa, os gestores municipais habilitados, e conforme cumprimento de normas e legislação em vigor, tem autonomia para realizar bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de cancelamento dos benefícios. A gestão municipal de tais procedimentos se efetiva por meio do acesso ao Sistema de Gestão de Benefícios (SGB).

A descentralização viabiliza também sua coordenação e controle por gestores estaduais e conselheiros, além de integrantes de outras instâncias, representativas dos interesses da sociedade em geral, destacando-se que os integrantes da Rede Pública de Fiscalização do Bolsa Família podem, a qualquer tempo, consultar, on line, as mesmas informações disponibilizadas aos gestores municipais.

A Rede Pública de Fiscalização é composta pela Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Procuradores do Ministério Público Federal (MPF), Promotores dos Ministérios Públicos Estaduais (MPE's). Seus integrantes são credenciados para acesso ao SGB, diretamente junto a Caixa Economia. Na esfera estadual, os gestores do Programa são responsáveis pelo apoio institucional aos Conselhos, para credenciamento de Conselheiros, junto a Caixa Econômica. Esse credenciamento pressupõe iniciativa dos gestores.

A gestão do Programa Bolsa Família é portanto compartilhada entre a União, os Estados e os Municípios, com participação dos Conselhos e da Rede de Fiscalização.

Vale destacar que nem todos os municípios brasileiros possuem recursos de informática (computador, provedor para acesso à internet, pessoal qualificado para operar sistema, etc). Nesses casos, as atividades de gestão dos benefícios, via Sistema (SGB), são assumidos pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, através do encaminhamento de ofícios do Gestor Municipal, acompanhado dos instrumentos operacionais devidamente preenchidos.

Em linhas gerais, estão descritos neste ensaio, as características básicas e determinantes, gerenciais normatizados e assumidos compartilhadamente pela União, Estados e Municípios, Instâncias de Fiscalização e Controle Social, além das próprias famílias beneficiárias do Programa.

O próximo passo, rumo à consolidação deste estudo, converge para a descrição do método e técnicas que orientam a relação teórico-prática assumida, como pressuposto inicial, para fundamentar a leitura de seus achados.

### **4.3 O percurso da investigação**

Dada a amplitude dos programas de transferência de renda inaugurados no Brasil desde 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, e (guardadas as especificidades, e mudanças), com continuidade no governo Luiz Inácio Lula da Silva, optou-se por selecionar a temática “Transferência de Renda”, para análise de seus postulados, e repercussões na vida de



famílias pobres, residentes em municípios cearenses, a partir da vinculação com o Programa Bolsa Família, cujas características operacionais, o qualificaram na linha de transferência de renda.

Tal interesse partiu de uma vivência profissional, experimentada na coordenação da política de Assistência Social no Ceará, cuja função atribui compromissos inerentes à gestão específicas da área, com cobertura estadual.

Nessa lógica, afirma-se o pressuposto de que teoria e prática caminham juntas, são interdependentes e visam realizar o objetivo da pesquisa (VERGARA, 2006).

O caráter histórico da questão da pobreza no Brasil e as mais diferentes atitudes governamentais verbalizadas e assumidas, para seu enfrentamento, são descritas neste estudo como suporte à compreensão da estratégia de intervenção na pobreza via transferência de renda.

Diante do desafio de selecionar um tema para a produção deste estudo, o Programa Bolsa Família configurou-se como relevante, primeiramente por seu caráter inovador, depois pelo interesse em investigar sob a ótica de seus beneficiários, a repercussão da transferência de renda em suas vidas e a partir dos achados desenvolver análises de conteúdo com o fim de subsidiar propostas voltadas ao aprimoramento do programa.

Para tanto, realizou-se pesquisas do tipo bibliográfico, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica atribui fundamentos teóricos às categorias de análises essenciais a compreensão da matéria investigada. A pesquisa documental mostrou-se imprescindível, por favorecer o resgate histórico da legislação pertinente e do conteúdo descritivo de Programas de Transferência de Renda, implementados no país. A pesquisa de campo revelou-se necessária dada a amplitude de cobertura do Programa, tendo sido oportuno a realização de estudos de casos como estratégia facilitadora do alcance dos objetivos norteadores deste estudo. Esta pesquisa, amparada pelas demais, enriquece a análise pela abordagem prática que se concretiza na participação de atores sociais diretamente beneficiados pelo Bolsa Família.

Ressalta-se que os três tipos de pesquisa desenvolvidos, não se fizeram de modo estanque, mas se interrelacionaram como elementos fundantes imprescindíveis, para alicerçar cada categoria e entendimento expresso ao longo desta dissertação.

A opção metodológica pelo estudo de caso se deu em função de duas variáveis: primeiro, em face do problema a ser investigado, cuja amplitude de dimensões nacionais não viabilizaria uma investida nessas proporções no espaço de tempo, e das condições objetivas disponíveis. Segundo pela própria flexibilidade oportunizada por esse método, que possibilita ao pesquisador apoiar-se na concepção dinâmica da realidade, e nas relações dialéticas entre conhecimento e ação, teórica e prática, experiências processuais, históricas e análise contextualizada.

Conforme Minayo (2007, p 12) o objeto de estudo das ciências sociais é histórico e como tal, cada sociedade possui uma organização particular, embora possa apresentar traços em comum a outras sociedades. Por isso mesmo, este estudo selecionou 05 (cinco) entre os 184 municípios cearenses, considerando-se por um lado suas diferenças (geográficas, políticas, culturais, etc) e por outro, suas semelhanças tendo sido determinante para participarem do Programa Bolsa Família.

Consciente das dificuldades operacionais do estudo de caso, por sua característica de profundidade e exaustão, decidiu-se seguir esse procedimento, estabelecendo-se um roteiro viável de concretização. Nessa lógica, Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambú e Quiterianópolis, concentram a área de abrangência desta pesquisa. Ao delimitar tais unidades para o procedimento do estudo de caso, alguns cuidados foram observados, como por exemplo: a similaridade entre esses municípios no que concerne a situação de pobreza, visto que se inserem entre aqueles de menor Índice de Desenvolvimento Humano no Estado, o que oportunizou relacionar e analisar casos típicos de famílias empobrecidas, beneficiárias de um programa de transferência de renda, no caso o Bolsa Família.

Fachin (2001), caracteriza estudo de caso como sendo um estudo intensivo. Afirma que este método considera a compreensão, como um todo do problema investigado. Por essa peculiaridade, possibilita uma compreensão completa das relações dos fatores em cada caso, permitindo a utilização de formulários ou a entrevista, e também a aplicação de questionário. Sua função principal é a explicação sistemática dos fatos.

Com base nesse fundamento, a aplicação dos questionários foi orientada, para realização de seu preenchimento através de entrevistas, aos usuários do Programa Bolsa Família.

Em cada um dos cinco municípios, o quantitativo de informantes difere. Isso porque a pesquisa utilizou-se da oportunidade e disponibilidade, tanto dos técnicos quanto dos informantes, tendo-se, no entanto, orientado a busca de amostra com intervalo mínimo de 10 (dez) e no máximo de 50 (cinquenta) famílias por município.

Quantitativamente, a entrevista foi realizada nas seguintes proporções:

<b>ORDEM</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>COBERTURA DO BOLSA FAMÍLIA</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS PARTICIPANTES</b>
01	Aiuaba	2.507	14
02	Arneiroz	1.182	13
03	Catarina	2.027	16
04	Parambú	5.203	42
05	Quiterianópolis	3.228	20
Total	05	14.147	105

Fonte: Pesquisa Direta Fortaleza, 2006.

Tais dimensões oportunizaram a realização de um estudo de caso de estilo qualitativo, amostral restrito, não sendo possível fazer inferências aos seus achados, mas um aprofundamento e reflexões (COSTA, 2001, p. 34).

O questionário que serviu de instrumental de pesquisa (anexo 3) contém perguntas abertas e fechadas, e foi aplicado em forma de entrevista. Como entrevistadores participaram: técnicos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e integrantes da Equipe de Articuladores Regionais. A adesão e disponibilidade desses profissionais, foi primordial para a efetivação desta pesquisa.

As famílias foram escolhidas aleatoriamente, tomando-se por referência três situações particulares: ser beneficiária do Programa Bolsa Família, ser habitante de um dos municípios tomados como área de abrangência do estudo e residir nas circunvizinhanças para facilitar o deslocamento dos técnicos pesquisadores.

A realização da pesquisa de campo se deu no segundo semestre de 2007. As entrevistas não foram gravadas, mas os pesquisadores fizeram anotações pertinentes e esclarecedoras, facilitando a leitura de significados.

Para dar sentido às informações coletadas, aplicou-se o método de análise de conteúdo, no tratamento dos dados.

De acordo com Vergara (2006), “a análise de conteúdo é uma técnica para tratamento dos dados, que visa identificar o que está sendo dito, a respeito de determinado tema”.

Tal perspectiva mostrou-se coerente com as intenções desta pesquisa.

Bardin (2004) define análise de conteúdo como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

Vergara (2006) e Bardin (2004) em suas postulações sobre a análise de conteúdo, coincidem quanto às características metodológicas e aplicabilidade dessa técnica, para explicitar os procedimentos em estudo de casos. Tais referências passam a orientar as considerações que se apresentam como resultados deste estudo no próxima item.

## **5 RESULTADOS DO BOLSA FAMÍLIA, NOS MUNICÍPIOS CEARENSES DE MENOR IDH**

A literatura que aborda o conceito de pobreza, suas causas e determinantes é vasta mas convergente, para situá-la como fenômeno multidimensional e multifacetado, o que lhe confere amplas possibilidades de compreensão, sendo uniforme o entendimento de que tal fenômeno produz conseqüências indesejáveis para o crescimento econômico, e compromete possibilidades de desenvolvimento humano e social, fomentando o lado perverso das injustiças, em todas as dimensões afetas à dignidade humana.

Castells (1999) destaca a pobreza como “uma norma definida institucionalmente, que se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo, em uma sociedade e época determinada. Em geral, uma faixa de renda é identificada, em função de determinado número de membros de uma residência definida, por institutos de pesquisas, e adotadas pelos governos, para balizar cobertura de políticas públicas. Este autor também entende que o conceito de miséria pode ser descrito como resultado das estatísticas, onde se identificam os níveis mais baixos de renda e bens, provocando “uma ampla gama de desvantagens sociais e econômicas”.

Os indicadores reunidos neste estudo, não ultrapassam os limites de uma noção aproximada, da realidade que expressou. Ao se definir como sujeitos desta investigação, pessoas integrantes das famílias beneficiadas pelo PBF, não se pode esquecer que cada um compõem em si um universo de interpretações da realidade. Esses atores tem, por similar, a condição de pobreza, e por diferente, a maneira como cada um percebe e compreende a realidade.

O delineamento de perfis de determinados contingentes, podem convergir para a formulação de um “catálogo”, onde se identificam comportamentos apropriados a determinadas situações. Estudos de Sennett (1988, p. 51), observam que “esses catálogos costumam fazer vista grossa para o fato de que os papéis não são apenas pantomímias ou espetáculo silencioso, nos quais as pessoas exibem, mecanicamente, os sinais emocionais certos, no lugar e no momento certos”.

Tais considerações anunciam a continuidade desta pesquisa, justamente na etapa que se inicia para traçar o perfil dos usuários do Bolsa Família. Destaca-se, mais uma vez, que os argumentos desses atores envolvem códigos de crenças, repletos de simbologias que ultrapassam qualquer pretensão de catalogá-los, dentro de um padrão único de identidade. Nessa perspectiva, passa-se a descrever, embora de modo sucinto, alguns indicadores que delineiam a idealização do perfil dos usuários do Bolsa Família no Ceará.

A partir da adoção do método de “estudo de caso” e da técnica de análise do discurso, toma-se o desafio de apresentar e discutir os resultados do Programa Bolsa Família, entre os 105 participantes que integram a condição de beneficiários deste programa, em 05 (cinco) dos 184 municípios cearenses.

## **5.1 Aiuaba**

Antes de entrar na caracterização do perfil dos usuários do Bolsa Família, é importante apresentar breves considerações sobre o município de Aiuaba, local onde pessoas vivem e exercitam as condições objetivas de realização de suas vidas.

O Município de Aiuaba foi criado em 1956. Localiza-se na região do Sertão dos Inhamuns, limitando-se à oeste com o estado do Piauí. Ocupa uma área absoluta de 2.434, 41 Km<sup>2</sup> e sua distância em linha reta até Fortaleza (capital do Estado) é de 457,8 Km.

Como características ambientais, Aiuaba possui clima tropical quente, semi-árido, com temperatura média oscilando entre 24<sup>o</sup> e 26<sup>o</sup>, e vegetação predominante formada por caatingas e carrasco.

A população total do município é de 15.363 habitantes (IBGE, Estimativas p, 2005), com densidade demográfica de 5,87 habitantes por Km<sup>2</sup>, distribuídos em 3.329 domicílios, para uma média de 4,33 moradores por unidade habitacional.

Aiuaba dispõe de 07 (sete) Unidades de Saúde, todas de domínio público ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), sendo 02 (dois) Centros de Saúde, 04 (quatro) ambulatórios e um hospital. Trabalhando oficialmente pelo SUS, existem 68 profissionais,

dentre eles 10 (dez) médicos; 05 (cinco) dentistas; 11 (onze) enfermeiros, 15 (quinze) agentes comunitários de saúde e outros profissionais da saúde, em diferentes funções.

A taxa de mortalidade infantil em Aiuaba é de 18,45/ 1000 nascidos vivos, estando distante de atender aos padrões aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde. (SESA/ IPECE, 2007).

No campo da educação, o município conta apenas com 375 profissionais; 6.439 alunos regularmente matriculados, ocupando 276 salas de aulas (SEDUC/ 2007), sendo 19 estaduais e 257 municipais. O Município dispõe de uma biblioteca (SEDUC/ IPECE, 2007).

O Índice de Desenvolvimento Municipal de Aiuaba é de 8,57, colocando-o na difícil posição de 183<sup>o</sup> lugar, no “Ranking” do Estado, que tem 184 municípios, portanto, no penúltimo lugar. (IPECE, 2007).

No tocante à economia destaca-se que o Produto Interno Bruto (PIB) total de Aiuaba é de R\$ 26.534 mil, sendo majoritariamente composta por receita tributária. A receita total do município é de R\$ 10.134 mil e suas despesas correntes somam R\$ 9.843 mil. (Tribunal de Contas do Município, TCM) / IPECE, 2007).

Em linhas gerais, estas são as características básicas do município, onde residem os 14 participantes do Programa Bolsa Família, integrantes da amostra selecionada para esta pesquisa.

O perfil desses atores sociais, delinea-se a começar pela faixa etária em que se inserem, havendo uma equivalência de 42,85% entre os que ocupam a faixa de 31 – 40 anos e 41 anos ou mais de idade.

### 1. Distribuição dos informantes segundo faixa etária

Faixa etária	Nº Abs	%
De 20 – 30	02	14,29
De 31 – 40	06	42,86
>41	06	42,86
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba, 2007.

No que se refere ao gênero, todos os informantes são do sexo feminino, conforme tabela que trata da distribuição dos usuários segundo gênero, transparecendo a condição feminina de chefes de família, fato apontado na literatura que fundamenta a base teórica deste estudo.

### 2. Distribuição dos informantes segundo gênero

Gênero	Nº Abs	%
Masculino	--	--
Feminino	14	100
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano: 2007

Ocupam a posição de mães, na estrutura familiar, e ainda uma expressiva maioria (64,29%), assumem sozinhas os desafios com a manutenção da família. Osterne (2001) em sua obra “Família, Pobreza e Gênero”, apresenta reflexões sobre a construção social que se delinea entre homens e mulheres na sociedade brasileira, onde as relações se manifestam num campo em que hierarquia e poder se articulam, para favorecer a dominação masculina.

### 3. Posição do informante na estrutura familiar

Posição na Família	Nº Abs	%
Pai	--	--
Mãe	14	100%
Filho	--	--
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano: 2007

### 4. Condição do informante na responsabilidade pela manutenção da família

Chefe de Família	Nº Abs	%
Sim	09	64,29
Não	05	35,71
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano: 2007

Observa-se na amostra relacionada a este município, que a maioria das mulheres (71,42%) são casadas. Entre as demais, 14,3% são separadas, 7,14% solteiras e 7,14% amasiadas



### 5. Distribuição dos usuários segundo situação civil

Situação Civil	Nº Abs	%
Casado (a)	10	71,43
Separado (a)	02	14,29
Solteiro (a)	01	7,14
Divorciado (a)	--	--
Amasiado (a)	01	7,14
Viúvo (a)	--	--
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano: 2007

As famílias, observadas sobre sua formação, relacionada ao quantitativo de pessoas/membros, apresentam-se nesta amostra, com tendência ao perfil contemporâneo, onde a participação do número de filhos é gradativamente reduzida. Nenhuma das famílias participantes desta amostra tem 8 membros ou mais. Esse comportamento corresponde às dificuldades de manutenção das necessidades fundamentais de sobrevivência, o que vem convergindo, para que se reduza o quantitativo de membros das famílias brasileiras, em todos os estratos econômicos.

### 6. Situação dos usuários segundo número de membros na família

Varição do Nº de Membros	Nº Abs	%
2 – 4	10	71,43
5 – 7	04	28,57
> 8	--	--
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

A maioria dos informantes (85,70%) afirmou residir em casa própria, uma condição favorável que desobriga as famílias de arcarem com pagamento de aluguel, situação vivenciada por 14,30% dos participantes.

### 7. Situação do usuário segundo condição de moradia

Casa Própria	Nº Abs	%
Sim	12	85,71
Não	02	14,29
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

A condição de pobreza e miséria a que estão condicionados os usuários do Programa Bolsa Família, em Aiuaba, é evidenciada pelo valor da renda familiar, antes de nele se inserirem. Observa-se, no entanto, que o percentual de aumento da renda após entrada no programa por si só, não viabiliza mesmo a longo prazo, uma mudança significativa em tais situações. A variação de aumento na renda das famílias se dá nos valores seqüenciais de no mínimo R\$ 15,00 e no máximo R\$ 95,00, conforme relacionados na tabela 09. Destaca-se, no entanto que os valores de R\$ 15,00, até R\$ 45,00, são concedidos às famílias pobres dependendo do número de filhos e os valores de R\$ 65,00 até R\$ 95,00 são destinados às famílias em situação de extrema pobreza em escala crescente para no máximo de 03 filhos. Evidencia-se portanto, que a maioria das famílias que compõem essa amostra, vivenciam situação de miséria, ou “extrema pobreza”.

### 8. Distribuição dos usuários segundo renda familiar

Ordem	Renda familiar (R\$)		Aumento na Renda	
	Antes do PBF	Depois do PBF	ABS	%
01	160,00	175,00	15,00	9,38
02	50,00	100,00	50,00	100
03	350,00	365,00	15,00	4,29
04	150,00	245,00	95,00	63,33
05	50,00	130,00	80,00	160
06	100,00	150,00	50,00	50
07	100,00	150,00	50,00	50
08	70,00	165,00	95,00	135,71
09	175,00	255,00	80,00	45,71
10	350,00	430,00	80,00	22,86
11	50,00	115,00	65,00	130
12	100,00	165,00	65,00	65
13	150,00	215,00	65,00	43,33
14	100,00	165,00	65,00	65

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

### 9. Variação no valor do bolsa família

Valor do Benefício	Nº Abs	%
15,00	02	14,29
30,00	-	-
50,00	03	21,43
65,00	04	28,57
80,00	03	21,43
95,00	02	14,29
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano: 2007

Razão, significado e entendimento - três variáveis direcionadas à mesma percepção simbólica e oposta. direito e/ ou favor. A razão relacionada aos motivos de participar do Bolsa Família deixou a maioria (71,42%) sem resposta. Quando questionados sobre o significado do programa em suas vidas, o sentido de “ajuda”, prevalece entre as respostas, não se evidenciando nenhuma fala sobre a garantia de direitos. Ao se colocar o 'Direito' como opção de resposta, mesmo assim a maioria (57,14%) permaneceu com sua compreensão centrada na idéia do favor, relacionado à bondade do governo. Tal compreensão está arraigada na cultura dos brasileiros empobrecidos, que em grande maioria não se reconhecem como sujeitos de direitos.

### 10. Razão de participar do Bolsa Família

Motivos	Nº Abs	%
P/ comprar comida	--	--
P/comprar material escolar	04	28,57
Precisa de Ajuda	--	--
NRA	10	71,43
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

### 11. Significado do Bolsa Família

Ordem	Significado Bolsa Família
01	É um dinheiro certo, melhorou minha vida.
02	Ajuda indispensável p/ manter o filho na escola.
03	Ajuda na criação do filho.
04	Tudo melhorou..
05	Ótimo.
06	Ajuda para educar os filhos.
07	Ajuda muito boa.
08	Melhorou a alimentação da família.
09	Garantia da alimentação das crianças.
10	Importante para manter os filhos.
11	Garante alimentação familiar.
12	Todo dinheiro a mais, é bem vindo.
13	Garante alimentos para a família.
14	Mudou pouco, pois é pouco dinheiro.

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

### 12. Como o usuário entende o Bolsa Família.

Noção do Usuário	Nº Abs	%
Direito	06	42,86
Ajuda (bondade do governo)	08	57,14
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

A escolaridade manifesta-se como requisito indispensável para a conquista da cidadania em toda e qualquer sociedade contemporânea. Do contrário, o analfabetismo aqui representado por 7,14% dos participantes, condiciona a alienação, e, por conseguinte, a exclusão, tal como o baixo nível de escolaridade, representado nesta pesquisa, por 50% da amostra que não chegou a concluir o ensino fundamental. Essa realidade é freqüente entre famílias de baixa renda no Brasil, como um todo e se agrava nos municípios nordestinos, face às fragilidades da pressão social aos governantes, para investimentos em educação de qualidade.

### 13. Distribuição dos usuários segundo escolaridade

<b>Escolaridade</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental Completo	01	7,14
Ensino Fundamental Incompleto	07	50,00
Ensino Médio Completo	05	35,71
Ensino Médio Incompleto	--	--
Analfabeto (a)	01	7,14
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

Atualmente, no campo da educação, construir escolas já não se configura demanda prioritária, mas a qualidade da educação dispensada pelas escolas públicas é muito questionada, face ao fraco desempenho do alunado, por ocasião das avaliações sistemáticas, desenvolvidas pelo Ministério da Educação com dimensões nacionais.

Percebe-se, entre os participantes da amostra, que a maioria (71,42%) das famílias tem de 01 a 03 membros na escola. Esse quantitativo corresponde ao limite de filhos que cada família pode inserir no Programa Bolsa Família, sendo a freqüência escolar um pré-requisito de acesso aos benefícios que disponibiliza pela via da transferência de renda.

### 14. Pessoas da família na escola

<b>Freqüência</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
De 01 – 03	10	71,43
> 04	--	--
NRA	04	28,57
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

Indagados sobre a frequência com que participam das atividades escolares, 71,42% informaram que só faltam “por motivo justo”; confirmando-se a validade da estratégia de associar o acesso ao Bolsa Família à educação, para reduzir os indicadores de analfabetismo no país, como também de evasão escolar. No entanto, ainda não é possível afirmar que os alunos da escola pública de hoje, adquirem conhecimentos indispensáveis à emancipação sócio-econômica no futuro.

### 15. Frequência na escola

<b>Frequência</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Falta às vezes	--	--
Falta muito	--	--
Nunca falta	--	--
Falta p/ motivo justo	10	71,43
NRA	04	28,57
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

### 16. Acompanhamento da frequência escolar

<b>Estratégias</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Freqüente Reuniões Escolares	06	42,86
Diário Escola	03	21,43
Não Acompanha	--	--
NRA	05	35,71
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

As mães, costumam acompanhar a frequência escolar de seus filhos com 42,87% participando de reuniões, e 21,42% através do diário escolar. Destaca-se que a evasão escolar, condiciona a retirada da criança do Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família pressupõe viabilizar o acesso de pessoas em situação de pobreza e miséria à alimentação. Essa noção está associada aos fundamentos do “Fome Zero”. Entre os participantes da amostra para o município de Aiuaba, identificou-se que a maioria, (78,58%) faz três refeições diárias, não sendo possível afirmar a qualidade dessa alimentação. Outra condicionalidade de permanência no Programa, é a participação dos

beneficiários no cumprimento do calendário de vacinação. Entre os participantes, 50% informaram está com o cartão de vacina em dias, e 35,71% estava com vacinas em atraso por ocasião da pesquisa.

### 17. Alimentação diária da família

Refeição/Dia	Nº Abs	%
Uma	--	--
Duas	01	7,14
Três	11	78,57
+ de Três	02	14,28
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

### 18. Controle de vacinação

Situação do Cartão de Vacina	Nº Abs	%
Em Dia	07	50,00
Atrasado	05	35,71
NRA	02	14,29
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

Indagados sobre as estratégias que utilizam para os cuidados com a saúde da família, a maioria (60%) referiu-se aos agentes de saúde, seguidos dos (40%) que se utilizam dos postos de saúde disponíveis em Aiuaba. Sobre a periodicidade com que recorrem a esses serviços, a maioria (78,57%) escolheu a opção “mensal”, seguidos por 14,29% dos que buscam os serviços de saúde com frequência, e dos (7,14%) que afirmaram periodicidade semanal. 35,71% das famílias se consideram saudáveis e 28,75% referem-se a problemas com pressão alta, e em igual proporção de 14,29%, referem-se a problemas de câncer e depressão, registrando-se ainda 1(7,14%) com caso de alcoolismo.

### 19. Acompanhamento da saúde da família

Estratégias Utilizadas	Nº Abs	%
Agente de Saúde	12	60,00
Posto de Saúde	08	40,00
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

## 20. Periodicidade do acompanhamento à saúde.

<b>Estratégias Utilizadas</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Mensal	11	78,57
Quinzenal	--	--
Semanal	01	7,14
Freqüentemente	02	14,29
NRA	--	--
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

## 21. Principais problemas de saúde da família

<b>Doenças</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Família Saudável	05	35,71
Pressão Alta	04	28,57
Câncer	02	14,29
Depressão	02	14,29
Alcoolismo	01	7,14
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

É importante considerar o tempo em que as famílias permanecem inseridas no Programa. O tempo nesses casos, chama a atenção para duas questões contraditórias. Se os programas não têm continuidade, isto é, se as famílias não permanecem inseridas nos programas por tempo médio, de no mínimo oito anos, não é possível impactar na transformação econômica que condiciona a pobreza. Por outro lado, ao se alongar o tempo de permanência das famílias em programas de transferência de renda, pode-se estar fomentando a acomodação. No caso das famílias identificadas neste município, a maioria (57,14%) não lembra a quanto tempo está como beneficiária do programa, e 35,71% afirmou ser beneficiária do PBF há mais de um ano. Sobre a utilização do dinheiro que recebem do programa, a maioria, representada por 71,42% afirmou destiná-lo a alimentação, seguidos de igual proporção (14,29%) dos que empregaram o dinheiro tanto em alimentação como em roupas, ou alimentação e material escolar.

### 22. Tempo de participação no Bolsa Família

Período	Nº Abs	%
De 01 a 11 Meses	--	-
01 ano	--	-
> de 01 ano	05	35,71
Desde a Implantação	01	7,14
Não Lembra	08	57,14
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

### 23. Destinação do dinheiro do Bolsa Família

Uso do Recurso	Nº Abs	%
Alimentação	10	71,43
Alimentação/luz/água	--	--
Alimentação/roupas	02	14,29
Alimentação/Mat. Escolar	02	14,29
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

### 24. Participação das famílias em projetos de qualificação profissional

Ordem	Sim	Não	Tipologia	Atualmente
01		X		Desempregado
02		X		Trabalha na Prefeitura (ação social)
03		X		Trabalha na Prefeitura
04		X		Desempregado
05		X		Desempregado
06		X		Aposentado por Invalidez
07		X		Diarista
08		X		Desempregado
09		X		Desempregado
10		X		Desempregado
11	X		Apicultura	Desempregado
12	X		Reciclagem do Lixo	Desempregado
13		X		
14	X		Educação Infantil	Auxiliar de Creche

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

Entre os integrantes da amostra apenas 21,42% afirmou já ter participado de projetos destinados à qualificação profissional. Dentre eles, 14,28% está desempregado, e, apenas um foi qualificado em educação infantil; e, por ocasião da pesquisa, informou estar



trabalhando como auxiliar de creche, portanto em atividade compatível com a sua formação. Os demais 78,57%, nunca tiveram oportunidade de frequentar curso de qualificação de mão - de - obra, e a maioria está desempregada. Tal situação é sugestiva de passividade dos beneficiários do programa diante da pobreza e miséria. Por outro lado expressa também os resultados da ineficiência do Estado na educação e preparação, para o trabalho dessas pessoas ao tempo em que eram crianças, adolescentes e jovens.

### 25. Famílias conhecem programas da área social

Ordem	Sim	Não	Tipologia			
			Saúde	Educação	Saneamento	Assist. Social
01		X				
02	X		PSF			Idoso. Agente Jovem
03		X				
04	X		PSF			
05	X		PSF			
06	X		PSF			PPD
07	X		PSF			
08		X				
09		X				
10		X				
11		X				
12	X		PSF	Brasil Alfabetizado		Agente Jovem FECOP
13		X				
14		X				

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

Interrogadas se conheciam outros programas sociais, a maioria fez referência ao Programa Saúde da Família (PSF). Na área de educação, apenas um beneficiário fez referência ao Brasil Alfabetizado, e, na área de Assistência Social, o Agente Jovem foi mais citado. Nenhum participante verbalizou conhecer programas de saneamento, em Aiuaba. Percebe-se que 35,71% dos informantes são beneficiários remanescentes do Bolsa Escola, tendo sido este o único programa referido pelos entrevistados, quando indagados se já haviam participado de programas governamentais

## 26. Participação em programas governamentais

Ordem	Já Participou de Programas Governamentais			Instâncias Governamentais		
	Sim	Não	Nome do Programa	Federal	Estadual	Municipal
01		X				
02	X		Bolsa Escola	X		
03	X		Bolsa Escola	X		
04	X		Bolsa Escola	X		
05		X	--			
06	X		Bolsa Escola	X		
07	X		Bolsa Escola			
08		X				
09		X				
10		X				
11		X				
12		X				
13		X				
14		X				

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

A literatura dedicada ao estudo das causas e conseqüências da pobreza, afirmam que seu enfrentamento pressupõe a intersectorialidade entre as políticas públicas. É preocupante observar entre os beneficiários do Bolsa Família que 28,58% da amostra selecionada neste Município, declara não ter acesso a outros programas/projetos, e, apenas 14,28% confirma esse acesso via encaminhamentos.

## 27. Acesso de usuários a programas e projetos

Condições de Acesso	Nº Abs	%
Livre Acesso	--	--
Via Encaminhamento	02	14,29
Não tem Acesso	04	28,57
NRA	08	57,14
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

Para reforçar a compreensão do acesso dos usuários do Bolsa Família a outras ações complementares, aplicou-se a pergunta de modo mais diretivo, indagando-se sobre o quantitativo de encaminhamentos. A maioria (57,14%) negou essa possibilidade, muito embora esteja declarado como critério do Bolsa Família, que as crianças e adolescentes,

devem freqüentar a escola e que gestantes e nutrizes devem ser acompanhados por programas de saúde.

### 28. Encaminhamentos para outros programas.

Situação do Usuário	Nº Abs	%
Nenhum Encaminhamento	08	57,14
NRA	06	42,86
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Aiuaba. Ano 2007

## 5.2 Arneiroz

Até 1957, Arneiroz constituía-se distrito do município de Tauá, quando foi emancipado, ocupando uma área de 1.066,43 Km<sup>2</sup>, com distância de Fortaleza em linha reta de 341 Km.

As características ambientais do município lhe conferem clima quente, com temperatura variando entre 26<sup>o</sup> a 28<sup>o</sup>, propício à vegetação típica de caatinga, arbustiva e floresta espinhosa, comum nos sertões dos Inhamuns, região onde se localiza.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2000) a população de Arneiroz é de 7.538 habitantes. Dentre eles, a razão de dependência é muito alta, com percentual de 75,14%, indicador que expressa o quociente entre população dependente, isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade, e a população economicamente ativa, isto é, entre 15 a 64 anos (IBGE, 2000). Tais pessoas se distribuem numa média de 4,47 moradores por residência, ocupando um dos 1.669 domicílios existentes no município.

Para atendimento às demandas populacionais por atenção à saúde, o município conta com apenas 06 (seis) unidades, todas públicas, não existindo nenhuma unidade de saúde de caráter privado. Tais unidades representam 01 (um) hospital, 04 (quatro) centros de saúde e 01 (um) posto de saúde.

No campo da educação, o município conta com 38 escolas públicas e nenhuma de domínio particular; 02 (duas) bibliotecas e 01 (um) laboratório de informática. Dados mais

recentes relativos a 2005, registram 16,47% dos alunos matriculados e freqüentando uma das 16 salas de aulas, gerenciadas pelo Estado, e 83,53% dos alunos matriculados e freqüentando uma das 101 salas de aulas, mantidas pelo município. O trabalho educativo é desenvolvido por 30 professores vinculados ao Estado e 167 professores municipais. Os indicadores de resultados do ensino fundamental para 2005 representam 82,3% de alunos aprovados; 9,7% reprovados; 8,0% abandonaram os estudos e 20,5% são repetentes. As mesmas categorias relativas ao ensino médio conferem 80,5% de aprovação; 10,1% de reprovação; 8,0% de abandono e 8,5% de repetência.

O Índice de Desenvolvimento Social por Resultado (IDS-R) de Arneiroz, relativo a 2005 é de 0,3665, condicionando sua posição aos 140<sup>o</sup> lugar, no “Ranking” entre os municípios cearenses.

Concorrem para esse baixo índice, o inexpressivo valor da receita municipal calculada em R\$ 6.199,00 (seis mil, cento e noventa e nove ) Sendo seu PIB total de R\$ 25.540,00. (Tribunal de Contas dos Municípios, 2005)

Feitas essas considerações gerais, destaca-se os resultados da pesquisa efetivada no município de Arneiroz, com uma amostra composta por 13 informantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

A começar pelos indicadores que agregados delineiam os traços do perfil desses informantes, identificou-se que a maioria (46,15%) é composta por pessoas com mais de 40 anos de idade, todas do sexo feminino.

### 1 - Distribuição dos informantes segundo faixa etária

Faixa etária	Nº Abs	%
De 20 – 30	03	23,08
De 31 – 40	04	30,77
> 41	06	46,15
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano 2007

Os dados das tabelas 2 e 3, demonstram que 100% dos informantes constituem -se de mães, beneficiárias do Programa Bolsa Família. Dentre elas, a maioria (84,61%) assume a

posição de chefes de famílias, numa situação correspondente à literatura mais recente sobre a condição de mulheres empobrecidas, que via de regra terminam sozinhas, abandonadas por seus maridos ou companheiros, com a difícil missão de cuidar da prole. Tais mulheres, em grande maioria analfabetas ou com poucos anos de estudo, não tiveram oportunidades de qualificar mão – de – obra, para se lançarem na disputa por oportunidades de trabalho. Esses fatores agregados, concorrem para explicar a difícil condição de ser mulher, com mais de 40 anos, pobre e chefe de família.

## 2 - Distribuição dos informantes segundo gênero

Gênero	Nº Abs	%
Masculino	--	--
Feminino	13	100
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano 2007

## 3 - Posição do informante na estrutura familiar

Porção na Família	Nº Abs	%
Pai	--	--
Mãe	13	100
Filho	--	--
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano 2007

## 4 - Condição do informante na responsabilidade pela manutenção da família.

Chefe de Família	Nº Abs	%
Sim	11	84,62
Não	02	15,38
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

A situação civil dessas mulheres está representada por 46,15% que são casadas, 23,08% são separadas; 15,39% solteiras e 7,69% são, em igual proporção, amasiadas e viúvas

### 5 - Distribuição dos usuários segundo situação civil

Situação Civil	Nº Abs	%
Casado (a)	06	46,15
Separado (a)	03	23,08
Solteiro (a)	02	15,38
Divorciado (a)	--	--
Amasiado (a)	01	7,69
Viúvo (a)	01	7,69
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

As famílias em maioria de 61,53%, estão compostas por uma variação de 2 a 4 integrantes, seguidas de 30,77% daquelas formadas por 5 a 7 pessoas, sendo mínima a representação (7,70%) das que afirmaram composição familiar igual ou maior que 08 integrantes .

### 6 – Situação do usuário segundo número de membros na família

Varição do Nº de Membros	Nº Abs	%
2 – 4	08	61,54
5 – 7	04	30,77
> 8	01	7,69
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

A maioria de 61,53% dos beneficiários do Programa não possuem casa própria. Esse fato constitui-se agravante entre famílias de baixa renda ou em situação de pobreza, demonstrando que o País não desencadeou o processo de reforma agrária em amplas dimensões, reforma essa capaz de corrigir distorções e injustiças, na ocupação das terras nacionais.

### 7 – Situação do usuário segundo condição de moradia

Casa Própria	Nº Abs	%
Sim	05	38,46
Não	08	61,54
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz.  
Ano: 2007

Relacionando-se os critérios de acesso ao Bolsa Família com a renda da população que compõem essa amostra, pode-se afirmar que antes de se constituírem como beneficiários, eram em escala de 100%, “extremamente pobres” ou em situação de miséria, e que, mesmo depois de acessarem esse benefício, permanecem na condição de pobreza.

### 8 - Distribuição dos usuários segundo renda familiar

Ordem	Renda familiar (R\$)		Aumento na Renda	
	Antes do PBF	Depois do PBF	Abs	%
01	50,00	145,00	95,00	190
02	30,00	125,00	95,00	316,67
03	50,00	100,00	50,00	100
04	65,00	130,00	65,00	100
05	50,00	100,00	50,00	100
06	100,00	195,00	95,00	95
07	50,00	100,00	50,00	100
08	100,00	150,00	50,00	50
09	40,00	105,00	65,00	162,50
10	70,00	165,00	95,00	135,71
11	50,00	130,00	80,00	160
12	--	65,00	65,00	100
13	50,00	130,00	80,00	160

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Quanto ao valor do benefício, a maioria recebe R\$ 50,00/, mês sendo pouco expressivo os que recebem apenas R\$ 15,00, quantia irrisória para impactar positivamente, na realidade dos que são pobres ou extremamente pobres.

### 9 - Variação no valor do Bolsa Família

Valor do Benefício	Nº Abs	%
15,00	01	7,69
30,00	-	-
50,00	04	30,77
65,00	02	15,38
80,00	03	23,08
95,00	03	23,08
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

“Precisar de ajuda” (76,91%) foi a razão mais sugerida pelos entrevistados. Essa noção demonstra que essas pessoas preservam a cultura tradicional da filantropia, do favor. Não se percebem como sujeitos de direitos. Mostram-se agradecidos ao Presidente da República, incorporam o discurso do combate à fome e se dizem contentes, porque “hoje temos o que comer”. (SIC)

### 10 - Razão de participar do Bolsa Família

Motivos	Nº Abs	%
P/ comprar comida	01	7,69
P/comprar material escolar	--	--
Precisa de Ajuda	02	15,38
NRA	10	76,92
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano:2007

Não percebem o lado perverso e injusto da realidade. Não se sentem desprotegidos pelo Estado, não expressam revolta com a situação que vivenciam. Entendem a pobreza como castigo divino, e a “doação” de dinheiro “do governo”, como bondade dos governantes. (Talvez essa seja a face mais perversa da pobreza que vivenciam).

### 11 - Significado do Bolsa Família

Ordem	Significado do Bolsa Família
01	Sem ele as necessidades são maiores
02	Melhorou nossa vida
03	Temos comida todo dia
04	Tenho o leite do meu filho garantido
05	Hoje tenho pelo menos o arroz
06	Apesar de ser pouco, melhorou nossa vida
07	Hoje temos o que comer
08	Continuo passando necessidade
09	Sem ele nossa família passa fome
10	Serve muito
11	Hoje tenho como comprar e pagar
12	Muito bom. Antes passávamos fome
13	Bom, pois não temos outra renda

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007.



### 12- Como o usuário entende o Bolsa Família

Noção do Usuário	Nº Abs	%
Direito	04	30,77
Ajuda (bondade do governo)	09	69,23
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007.

O analfabetismo é traço marcante entre famílias pobres. Na amostra do município de Arneiroz, 38,47% das mães são analfabetas, e 61,53% afirmaram ter freqüentado a escola e possuírem nível de ensino fundamental incompleto. Para essas pessoas, as chances de ultrapassar a condição de pobreza e miséria são muito restritas. Investir em condições objetivas para educar a prole dessas famílias, anuncia-se como perspectiva de que a longo prazo tal situação seja superada, evitando-se a reprodução da miséria entre as próximas gerações.

### 13 - Distribuição dos usuários segundo escolaridade

Escolaridade	Nº Abs	%
Ensino Fundamental Completo	08	61,54
Ensino Fundamental Incompleto	05	38,46
Ensino Médio Completo	05	38,46
Ensino Médio Incompleto		
Analfabeto (a)		
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Essas possibilidades se mostram factíveis para 61,54% das famílias, que informaram ter de um a mais de quatro pessoas freqüentando a escola. Resta a sociedade em geral, insistir na melhoria da qualidade do ensino, para que se reduzam indicadores de reprovação, repetência e abandono escolar.

### 14 - Pessoas da família na escola

Freqüência	Nº Abs	%
De 01 – 03	04	30,77
> 04	04	30,77
NRA	05	38,46
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Estar matriculado na escola é um passo para a superação da pobreza. Frequentar a escola com assiduidade, amplia essa possibilidade.

Quando a escola dispõe de professores qualificados, e, aos alunos são disponibilizados recursos para aprendizagem, as possibilidades de rompimento com o ciclo da pobreza adquirem maiores dimensões.

Entre os participantes do município de Arneiroz, 53,84% dos informantes afirmaram que seus filhos só faltam aulas por motivo justo e 15,38% faltam “às vezes”.

O mecanismo mais usual entre as mães para acompanhamento da frequência escolar de seus filhos é participar das reuniões escolares (23,07%)

### 15 - Frequência na escola

<b>Frequência</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Falta às vezes	02	15,38
Falta muito	--	-
Nunca falta	--	-
Falta p/ motivo justo	07	53,85
NRA	04	30,77
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

### 16 - Acompanhamento da frequência escolar

<b>Estratégias</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Frequente Reuniões Escolares	03	23,08
Diário Escola	01	7,69
Não Acompanha	--	--
NRA	09	69,23
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Um dos fatores que concorrem para a qualidade de vida de uma família é a alimentação. Entre os pobres e extremamente pobres, a fome se evidencia nas estatísticas de desnutrição e mortalidade infantil.

Indagados sobre a quantidade de vezes que se alimentam por dia , a maioria (61,53%) afirmou fazer três refeições diárias. Mesmo sem um aprofundamento sobre a qualidade dessa alimentação, pode-se afirmar que tais famílias não enfrentam o fantasma da fome.

Num país onde persiste a ocorrência de doenças infecto-contagiosas evitáveis, a vacinação como cuidado preventivo mostra-se indispensável. Entre as famílias participantes desta amostra identificou-se que 76,92% estão com cartões de vacina em dia, e, 23,08% em atraso, o que representa um risco para a contaminação pela vulnerabilidade a que se expõem.

### 17- Alimentação diária da família

Refeição/Dia	Nº Abs	%
Uma	01	7,69
Duas	04	30,77
Três	08	61,54
+ de Três	--	--
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

### 18 - Controle de vacinação

Situação do Cartão de Vacina	Nº Abs	%
Em Dia	10	76,92
Atrasado	03	23,08
NRA	--	--
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

O controle das ações básicas de saúde nos municípios entre famílias pobres, está sob a responsabilidade dos agentes de saúde. A frequência com que as famílias são acompanhadas por esses agentes nesta amostra, corresponde a 76,48%, enquanto 23,52% afirmou recorrer aos serviços dos postos de saúde.

### 19 - Acompanhamento da saúde da família

Estratégias Utilizadas	Nº Abs	%
Agente de Saúde	10	76,92
Posto de Saúde	03	23,08
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

As visitas mensais para acompanhamento à saúde foi a escolha mais freqüente (61,53%) entre os informantes desta pesquisa, e os principais problemas de saúde apresentados entre essas famílias é a pressão alta (13,33%), identificando-se em menores proporções (6,60%) à ocorrência de dores de cabeça , crise de garganta; desnutrição, problemas neurológicos, psicológicos e hidrocefalia, mas a maioria (53,33%) se diz saudável.

#### 20 - Periodicidade do acompanhamento à saúde

<b>Estratégias Utilizadas</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Mensal	08	61,54
Quinzenal	03	23,08
Semanal	01	7,69
Freqüentemente	01	7,69
NRA	--	--
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

#### 21 - Principais problemas de saúde da família.

<b>Doenças</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Saudável	08	53,33
Dor de Cabeça	01	6,67
Crise de Garganta	01	6,67
Hidrocefalia	01	6,67
Pressão Alta	02	13,33
Problemas Psicológicos e Neurológicos	01	6,67
Desnutrição	01	6,67
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

A maioria das mães não lembrava há quanto tempo são beneficiárias do Bolsa Família. Entre as que controlam o tempo de participação neste programa, 23,07% referiram-se “há mais de um ano”; 15,39% é beneficiária desde a implantação e 7,70% são os mais recentes, estando com tempo limitado entre um até 11 meses no programa.

#### 22 - Tempo de participação no Bolsa Família

<b>Período</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
De 01 a 11 Meses	01	7,69
01 ano	--	--
> de 01 ano	03	23,08
Desde a Implantação	02	15,38
Não Lembra	07	53,85
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Expressiva maioria (92,30%) dos participantes destina a renda do Bolsa Família na compra de alimentos. Entre famílias "extremamente pobres", não ter o que comer é consequência imediata, sendo assim o programa cumpre, ao menos com a garantia de saciar a fome dos que não têm trabalho e renda, a única alternativa capaz de garantir autonomia e capacidade familiar de sustentabilidade de sua prole.

### 23 - Destinação do dinheiro do Bolsa Família.

Uso do Recurso	Nº Abs	%
Alimentação	12	92,31
Alimentação/luz/água	01	7,69
Alimentação/roupas	--	--
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

A qualificação profissional para famílias empobrecidas se revela como alternativa de superação da miséria e pobreza, a médio e longo prazos. Mas, essa solução não tem sido fomentada entre os beneficiários do programa, no município de Arneiroz. Os achados revelam que na amostra selecionada, apenas uma mãe participou de curso de recepcionista, mas não conseguiu trabalho na área. Os demais não tiveram acesso a formação de mão -de - obra e se encontram desempregados.

### 24 - Participação das famílias em projetos de qualificação profissional

Ordem	Sim	Não	Tipologia	Atualmente
01		X		Desempregado
02		X		Desempregado
03		X		Desempregado
04		X		Desempregado
05		X		Desempregado
06		X		Desempregado
07		X		Desempregado
08	X		Recepcionista	Não trabalha na área
09		X		Desempregado
10		X		Desempregado
11		X		Desempregado
12		X		Desempregado
13		X		Desempregado

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Indagados se conhecem outros programas da área social, 38,47% admitiram que sim e fizeram referências ao Programa de Saúde da Família (PSF), ao antigo Programa do Leite, e, na área de assistência social aos programas do Idoso e Pessoas com Deficiência.

### 25 - Famílias conhecem programas da área social

Ordem	Sim	Não	Tipologia			
			Saúde	Educação	Saneamento	Assist. Social
01		X				
02	X		PSF			
03		X				
04		X				
05		X				
06		X				
07		X				
08		X				
09		X				
10	X		PSF e Programa do Leite			
11	X		PSF			Idoso e PPD
12	X		PSF			
13	X		PSF			

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Observa-se restrita participação desse contingente em outros programas sociais, visto que ao serem interrogados se já participaram de outros programas governamentais, os únicos citados, e, com pequena frequência foram o Bolsa Escola e o Programa do Leite, ambos desenvolvidos com recursos da União, não sendo percebido por eles ações do Estado, nem do Município.

### 26 - Participação em programas governamentais

Ordem	Já Participou de Programas Governamentais			Instâncias Governamentais		
	Sim	Não	Nome do Programa	Federal	Estadual	Municipal
01		X	--	--	--	--
02		X	--	--	--	--
03	X		Bolsa Escola	X	--	--
04		X	--	--	--	--
05		X	--	--	--	--
06		X	--	--	--	--
07		X	--	--	--	--
08		X	--	--	--	--
09		X	--	--	--	--
10		X	--	--	--	--
11	X		Programa do Leite	X	--	--
12	X		Bolsa Escola	X	--	--
13		X	--	--	--	--

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Os participantes não têm acesso a outros programas e projetos. Esse é o entendimento que se pode destacar, vez que 100% dos participantes não encontrou no elenco de possíveis respostas, nenhuma capaz de representar uma alternativa cabível à sua situação.

### 27- Acesso de usuários a programas e projetos

Condições de Acesso	Nº Abs	%
Livre Acesso	--	--
Via Encaminhamento	--	--
Não tem Acesso	--	--
NRA	13	100
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz. Ano: 2007

Quando mais uma vez foram indagados sobre o encaminhamento pelos gestores públicos locais a participarem de outros programas, repetiram respostas convergentes ao mesmo entendimento, isto é, os usuários do Bolsa Família não percebem as ações da educação (escola para os filhos) e da saúde, (acompanhamento pelo PSF), como programas complementares.

### 28 - Encaminhamentos para outros programas

Situação do Usuário	Nº Abs	%
Nenhum	12	92,31
Encaminhamento	01	7,69
NRA		
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Arneiroz.  
Ano: 2007

## 5.3 Catarina

O Município de Catarina foi criado em 1957, por ocasião de seu desmembramento de Saboeiro. Ocupa área absoluta de 486,86Km<sup>2</sup>, com distância de 306 Km do centro de Fortaleza.

As características ambientais do município em seus aspectos climáticos concorrem para o tipo tropical, quente e semi-árido, com temperatura média variando entre 24<sup>o</sup> a 26<sup>o</sup>, e períodos chuvosos evidenciando-se de fevereiro a abril. Entre seus componentes ambientais característicos, destaca-se o relevo típico de depressão sertaneja, com maciços

residuais e vegetação típica de caatinga, arbustiva aberta e regionalmente encontra-se situado no sertão dos Inhamuns.

Em termos demográficos, o município concentra população de 15.547 habitantes (IBGE, 2000), com densidade demográfica de 26,82 habitantes por Km<sup>2</sup>. A razão de dependência da população local é de 67,44% representado pelo quociente entre população dependente (menores de 15 anos e com 65 anos ou mais) e a população potencialmente ativa (pessoas com idade entre 15 e 64 anos). Tal contingente reside em um dos 3.157 domicílios existentes no município, os quais comportam uma média de 4,91 residentes.

As condições de acesso aos serviços de saúde no município podem ser compreendidas a partir dos dados, que se passa a elencar. Estão disponíveis 08 (oito) unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde e por tipologia, são classificadas em 01 posto de saúde; 05 centros de saúde; 01 unidade mista e 01 unidade de vigilância sanitária. (SESA, 2005). Existem 117 profissionais de saúde cadastrados e trabalhando nessas unidades, dentre os quais dezesseis médicos; oito dentistas; treze enfermeiros; quarenta e quatro agentes comunitários de saúde e outros vinte e sete profissionais de nível médio e outros nove de nível superior, compondo o percentual de 0,90 médicos/ 1000 habitantes e taxa de mortalidade infantil calculada em 48,78/ 1000 nascidos vivos.

O cenário da educação no município pode ser compreendido considerando-se que o mesmo dispõe de 149 docentes, distribuídos em 121 salas de aulas, para 3.383 alunos regularmente matriculados em 25 escolas e distribuídos em 16,70% em escolas estaduais, 80,05% em municipais e 3,25% nas particulares. O município dispõe de 02 (duas) bibliotecas e um laboratório de informática. O índice de aprovação do alunado em escolas do ensino fundamental é de 82,8%; de reprovação 7,7%; abandono de 9,4% e repetência de 11,3%. Para o ensino médio, registra-se aprovação de 87,6%; reprovação de 2,8%; abandono em 9,6% e repetência de 2,8% (SEDUC, 2005).

O Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R) municipal para o ano de 2005, é de 0,2972, o que confere à Catarina a 178<sup>a</sup> posição no “Ranking”, entre os 184 municípios cearenses. (IPECE, PNUD, 2005).



O Produto Interno Bruto (PIB) municipal revela o baixo desempenho da economia local com valor de R\$ 29.998,00. Outro indicador econômico importante a se considerar é a receita corrente municipal total, no valor de R\$ 10.907,00. (TCM, 2005).

As características gerais do município de Catarina concorrem para revelar as dificuldades da maioria de seus habitantes para acesso às condições de auto-sustentabilidade, e são aqui apresentadas, para facilitar o entendimento da situação das famílias que compõem a amostra selecionada nesta pesquisa.

Distribuídas segundo a faixa etária, identifica-se que a maioria (50%) têm entre 20 e 30 anos, segundo o gênero a amostra apresenta-se integralmente composta por mulheres. O sexo feminino é mais expressivo na participação em programas sociais. São elas que mais percorrem os espaços públicos em busca de alternativas de satisfação das necessidades familiares; tomam para si a responsabilidade de buscarem soluções para as dificuldades cotidianas que enfrentam.

### 1 - Distribuição dos informantes segundo faixa etária

<b>Faixa etária</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
De 20 – 30	08	50,00
De 31 – 40	04	25,00
> 41	04	25,00
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

### 2 - Distribuição dos informantes segundo gênero

<b>Gênero</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Masculino	--	--
Feminino	16	100
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

A posição desses informantes na estrutura familiar é, em 100%, ocupada pelas mães. Confirma-se, por essa via, a percepção do papel feminino na condução da família.

### 3 - Posição do informante na estrutura familiar

Porção na Família	Nº Abs	%
Pai	-	-
Mãe	16	100,00
Filho	--	--
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Na contemporaneidade, onde se alargam as oportunidades de participação feminina em todas as dimensões dos espaços públicos, as mães, principalmente, independente da classe social que ocupam, têm assumido posição de frente quando o assunto é a defesa dos interesses da família. Entre as integrantes desta amostra 62,5% colocam-se como “chefes de família”, uma difícil missão para aquelas que não tiveram oportunidades de educação e formação profissional, para cumprir as exigências do mundo do trabalho, e assim garantirem renda indispensável à satisfação das necessidades materiais da família

### 4 - Condição do informante na responsabilidade pela manutenção da família

Chefe de Família	Nº Abs	%
Sim	10	62,50
Não	06	37,50
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Tal condição se agrava, quando a mulher assume tais desafios sem a participação do marido ou companheiro. Entre as informantes dessa amostra, a maioria assume a posição de chefes de família sozinhas, visto que 62,50% são separadas, 12,50% são solteiras e 6,25% divorciadas.

### 5 - Distribuição dos usuários segundo situação civil

Situação Civil	Nº Abs	%
Casado (a)	03	18,75
Separado (a)	10	62,50
Solteiro (a)	02	12,50
Divorciado (a)	01	6,25
Amasiado (a)	--	--
Viúvo (a)	--	--
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Tal situação mostra-se menos agravante, quando a família não é extensa. Nessa condição, isto é, na família pequena está a maioria, representada por 56,25% das que confirmam composição familiar com 2 a 4 integrantes; mas, ainda é significativo o percentual de 37,50% das que convivem em família de 5 a 7 membros e das 6,25% que estão compostas por 8 ou mais pessoas.

#### 6 – Situação do usuário segundo número de membros da família

Varição do N° de Membros	N° Abs	%
2 – 4	09	56,25
5 – 7	06	37,50
> 8	01	6,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Ter casa própria significa uma obrigação a menos, com o pagamento de aluguel. Entre elas, a maioria (56,25%) afirmou essa condição, e 43,75% enfrenta o desafio de desembolsar todo mês o custeio do aluguel.

#### 7- Situação do usuário segundo condição de moradia

Casa Própria	N° Abs	%
Sim	09	56,25
Não	07	43,75
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

O critério de baixa renda para acesso ao programa Bolsa Família é facilmente comprovado, entre os integrantes da amostra selecionada no município de Catarina. Pobres e “extremamente pobres” é como se qualificam pela condição da renda familiar mensal. Os “extremamente pobres”, se situam segundo critérios de acesso, aos valores dos benefícios do Bolsa Família, aqueles que recebem de R\$ 65,00; R\$ 80,00 ou R\$ 95,00 por mês; neste caso, se insere, a maioria (75%) das famílias participantes da amostra no município de Catarina. As demais (25%) que recebem benefícios variantes entre R\$15,00; R\$ 30,00 ou R\$ 50,00, por se encontrarem em situação de pobreza.

### 8 - Distribuição dos usuários segundo renda familiar

	Renda familiar (R\$)		Aumento na Renda	
	Antes do PBF	Depois do PBF	Abs	%
<b>01</b>	60,00	110,00	50,00	83,33
<b>02</b>	40,00	120,00	80,00	200
<b>03</b>	120,00	200,00	80,00	66,67
<b>04</b>	200,00	280,00	80,00	40
<b>05</b>	150,00	245,00	95,00	63,33
<b>06</b>	100,00	165,00	65,00	65
<b>07</b>	50,00	115,00	65,00	130
<b>08</b>	100,00	195,00	95,00	95
<b>09</b>	135,00	200,00	65,00	48,15
<b>10</b>	100,00	165,00	65,00	65
<b>11</b>	100,00	195,00	95,00	95
<b>12</b>	100,00 (Pensão Alimentícia)	195,00	95,00	95
<b>13</b>	50,00	65,00	15,00	30
<b>14</b>	160,00	255,00	95,00	59,38
<b>15</b>	60,00	125,00	65,00	108,33
<b>16</b>	120,00	200,00	80,00	66,67

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

### 9 - Variação no valor do Bolsa Família

Valor do Benefício	Nº Abs	%
15,00	01	6,25
30,00	02	12,50
50,00	02	12,50
65,00	05	31,25
80,00	04	25,00
95,00	02	12,50
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Observou-se entre a amostra do município de Catarina, uma noção mais aproximada de se constituírem como “sujeitos de direitos”, na relação que se estabelece entre eles, enquanto beneficiários do Bolsa Família. Essa noção se delineia quando chamados a refletir sobre os motivos de participarem do referido programa, e com a maioria tendo convergido para relacionar essa participação à desnutrição e compra de material escolar, ou se abstendo em responder, com apenas 6,25% afirmando que “precisa de ajuda”. O significado do programa ainda guarda no imaginário de seus beneficiários essa noção perversa da bondade dos governantes. Mas, em geral (56,25%), entendem o Bolsa Família como um direito, que se mostra importante, para a gradativa conquista da condição de cidadania.

### 10 - Razão de participar do Bolsa Família

Motivos	Nº Abs	%
P/ comprar comida	02	12,50
P/comprar material escolar	04	25,00
Precisa de Ajuda NRA	01	6,25
	09	56,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

### 11 - Significado do Bolsa Família

Ordem	Significado Bolsa Família
01	Uma benção.
02	Muito importante. Melhorou a alimentação da família.
03	Muito importante – sem ele a família passaria fome.
04	A vida melhorou 100%.
05	No início o benefício era maior R\$ 65, fez muita diferença.
06	Recebo R\$ 15,00/mês.
07	Mudou a vida prá melhor.
08	Hoje tenho emprego. Só quem é do BF pode se inscrever p/ emprego.
09	Melhorou a alimentação da família.
10	Melhorou a alimentação da família.
11	Melhorou a vida da família.
12	Estou desempregado, vivo desse dinheiro.
13	Dá prá comprar banana para as crianças.
14	Hoje tenho crédito no comércio.
15	Melhorou muito.
16	Melhorou minha vida, porque aqui ninguém tinha salário.

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

### 12 - Como o usuário entende o Bolsa Família

Noção do Usuário	Nº Abs	%
Direito	09	56,25
Ajuda (bondade do governo)	07	43,75
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Na amostra em destaque, identifica-se maiores conquistas no campo da educação, pois 37,50% afirmam ter concluído o ensino médio; 12,50% têm o ensino médio incompleto; 18,75% concluíram o ensino fundamental e 28% dizem ter o fundamental incompleto, com apenas 6,25% de analfabetos.

O nível educacional dos chefes de família pode comprometer o valor e importância que conferem a essa prática, e interferir no domínio destes sobre a orientação e apoio dados aos filhos, para ingresso e permanência na escola.

### 13 - Distribuição dos usuários segundo escolaridade

<b>Escolaridade</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental Completo	03	18,75
Ensino Fundamental Incompleto	04	25,00
Ensino Médio Completo	06	37,50
Ensino Médio Incompleto	02	12,50
Analfabeto (a)	01	6,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

A indução educativa provocada pelo critério de acesso e permanência das crianças e adolescentes beneficiárias do Bolsa Família na Escola, adquire maior importância, quando as famílias têm a educação como um valor, porque passam a acompanhar o aprendizado de seus filhos. Seguindo essa lógica de raciocínio, observa-se nessa amostra que a maioria das famílias (62,50%), tem filhos na faixa etária de 0 a 3 anos na escola.

### 14 - Pessoas da família na escola

<b>Frequência</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
De 01 – 03	10	62,50
> 04	03	18,75
Não Informou	03	18,75
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Sobre a frequência das crianças na escola, a maioria (56,25%) escolheu a opção “falta por motivo justo”, o que sugere a importância que as famílias conferem à educação de sua prole.

Outro indicativo dessa importância, consiste na participação dos responsáveis (31,25%) às reuniões escolares, no acompanhamento da vida escolar de seus filhos, como também através da agenda ou diário escolar (25%).

Destaca-se que o percentual de 6,28% dos informantes, que não acompanham a vida escolar dos filhos embora mínimo, pode ser sugestivo de que o responsável não valoriza a educação, traços característicos dos adultos analfabetos e empobrecidos, que conferem maior importância ao trabalho, mesmo que em condições degradantes, porque dele retiram o dinheiro do pão de cada dia.

### 15 - Frequência na escola

<b>Frequência</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Falta às vezes	01	6,25
Falta muito	--	--
Nunca Falta	01	6,25
Falta p/ motivo justo	09	56,25
NRA	05	31,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

### 16 - Acompanhamento da frequência escolar

<b>Estratégias</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Frequente reuniões escolares	05	31,25
Diário escola	04	25,00
Não acompanha	01	6,25
NRA	06	37,50
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

A repercussão do Programa Bolsa Família na quantidade de refeições diárias de seus beneficiários, pode ser percebida no percentual de 68,75%, índice majoritário entre os informantes deste município, sobre a disponibilidade de recursos, para promover três refeições diárias aos seus membros.

### 17- Alimentação diária da família

<b>Refeição/Dia</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Uma	--	--
Duas	--	--
Três	11	68,75
+ de Três	05	31,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Outro destaque de intervenção positiva do programa, na condição de vida dos seus beneficiários, está relacionado ao percentual de 93,75% dos que referem estar com o cartão de vacinação das crianças em dia, o que sugere controle familiar na atenção básica com cuidados de saúde de suas crianças e adolescentes.

### 18 - Controle de vacinação

Situação do Cartão de Vacina	Nº Abs	%
Em dia	15	93,75
Atrasado	01	6,25
NRA	--	--
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

O acompanhamento rotineiro à saúde dos que compõem essa amostra, se dá em maioria (51,7%), através do trabalho dos agentes de saúde, enquanto 32,2% recorrem aos postos de saúde do município

### 19 - Acompanhamento da saúde da família

Estratégias Utilizadas	Nº Abs	%
Agente de Saúde	16	51,61
Posto de Saúde	10	32,26
Outros	05	16,13
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

A maior frequência com que se submetem ao acompanhamento e cuidados com a saúde, se dá em 50%, numa rotina mensal.

### 20 - Periodicidade do acompanhamento à saúde

Estratégias Utilizadas	Nº Abs	%
Mensal	08	50,00
Quinzenal	02	12,50
Semanal	03	18,75
Freqüentemente	01	6,25
NRA	02	12,50
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007



A maioria, com destaque para 50% dos informantes, informou que a família é saudável, não apresentando maiores problemas, decorrentes da falta de saúde; 12,5% referiu-se a alergia, e numa escala de 6,25%, os demais participantes afirmaram igualmente a casos de gastrite nervosa, osteoporose, diabetes, pancreatite, pressão alta e surdez.

### 21 - Principais problemas de saúde da família

Doenças	Nº Abs	%
São Saudáveis	08	50,00
Alergia	02	12,50
Gastrite nervosa	01	6,25
Osteoporose	01	6,25
Diabetes	01	6,25
Pancreatite	01	6,25
Pressão alta	01	6,25
Surdez	01	6,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Indagados sobre o tempo em que estão inseridos no programa, 43,75% informou ser beneficiário do Bolsa Família há mais de um ano.

### 22 - Tempo de participação no Bolsa Família

Período	Nº Abs	%
De 01 a 11 Meses	03	18,75
01 ano	02	12,50
> de 01 ano	07	43,75
Desde a implantação	01	6,25
Não lembra	03	18,75
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

A maioria representada por 87,50% dos informantes, utiliza o dinheiro do Bolsa Família para comprar alimentos, referendando assim a validade do programa, no alcance de seu objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias “pobres” e “extremamente pobres”, pela via do acesso ao alimento, muito embora não seja possível, nos limites desta pesquisa, identificar a qualidade da alimentação dessas famílias.

### 23 - Destinação do dinheiro do Bolsa Família

Uso do Recurso	Nº Abs	%
Alimentação	14	87,50
Alimentação/luz/água	01	6,25
Alimentação/roupas	01	6,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Por ocasião das entrevistas para preenchimento do questionário que serviu de instrumental de coleta de dados para este estudo, 37,5% dos participantes informou estar freqüentando curso profissionalizante nas tipologias de artesanato e cabeleireiro. Os demais representados por 56,25%, já tiveram oportunidade de se inserirem em cursos profissionalizantes, mas não exercem atividades relacionadas às qualificações que adquiriram. Tal situação sugere falhas no planejamento das políticas de educação para o trabalho, que parecem não observar as potencialidades locais em suas demandas por mão – de – obra qualificada.

### 24 - Participação das famílias em projetos de qualificação profissional

Ordem	Sim	Não	Tipologia	Atualmente
01	X		Artesanato	Faxineira
02	X		Artesanato	Desempregada
03	X		Cabeleireira	Doméstica
04	X		Cabeleireira	Doméstica/ Eventualmente vende roupas
05	X		Artesanato e Cabeleireira	Doméstica
06	X		Cabeleireira	Desempregada
07	X		Cabeleireira	Desempregada
08	X		Cabeleireira	Trabalha como monitor do Idoso
09	X		Artesanato/Prod. de Velas	Fazendo o curso
10	X		Cabeleireira	Fazendo o curso
11		X	--	--
12	X		Cabeleireira	Fazendo o curso
13	X		Cabeleireira	Fazendo o curso
14	X		Arranjos Florais	Não trabalha por falta de material
15	X		Cabeleireira	Fazendo o curso
16	X		Cabeleireira	Fazendo o curso

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Observa-se entre os participantes da amostra de Catarina, maior amplitude do conhecimento desses atores sobre os programas sociais disponíveis no município. Entre eles, fizeram referência ao programa saúde da família, cursos profissionalizantes; alfabetização solidária e educação de jovens e adultos (EJA). Mais especificamente na área de assistência social, referiram-se aos centros de referência (CRAS); programas voltados para idosos e pessoas com deficiência, e ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

### 25 - Famílias conhecem programas da área social

Ordem	Sim	Não	Tipologia			
			Saúde	Educação	Saneamento	Assist. Social
01	X		PSF	--	--	PPD, FECOP, CRAS, IDOSO
02	X		PSF	Cursos	--	IDOSO
03	X		PSF	Cursos	--	IDOSO, PPD
04	X		PSF	--	--	IDOSO, PPD
05	X		PSF	--	--	PPD, IDOSO, CRAS
06	X		PSF	--	--	IDOSO
07	X		PSF	--	--	FECOP, CRAS
08	X		PSF	--	--	CRAS
09		X	--	--	--	--
10		X	--	--	--	--
11	X		PSF	--	--	FECOP, PPD, IDOSO
12	X		PSF	--	--	--
13	X		PSF	Alfabet. Solid.	--	CRAS
14	X		PSF	EJA	--	FECOP
15		X	--	--	--	--
16		X	--	--	--	--

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Quando indagados sobre anterior participação em programas governamentais, citaram com maior frequência: o Bolsa Escola (Programa remanescente do governo anterior, cujos fundamentos serviram de referência para o Bolsa Família), como também o Programa do Leite, e, em menor proporção ao FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza e ao Ceará Empreendedor, os dois últimos patrocinados pelo governo do Estado do Ceará.

### 26 - Participação em programas governamentais

Ordem	Já Participou de Programas Governamentais			Instâncias Governamentais		
	Sim	Não	Nome do Programa	Federal	Estadual	Municipal
01	X		Programa do leite	X		
02	X		Programa do leite	X		
03		X	--			
04		X	--			
05	X		FECOP/ C. Empreendedor		X	
06		X	--			
07		X	--			
08		X	--			
09	X		Bolsa Escola	X		
10		X	--			
11	X		Bolsa Escola	X		
12	X		Bolsa Escola	X		
13	X		Bolsa Escola	X		
14	X		Bolsa Escola	X		
15		X	--			
16		X	--			

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

Quando interrogados sobre as vias de acesso das quais se utilizam para se inserirem nos diversos programas governamentais, a maioria (75%) se absteve da resposta e 12,50% informaram ter livre acesso. Associando -se tais informações ao percentual de 81,25% dos que informaram não ter acesso à participação em programas governamentais, pela via de encaminhamentos formais dos gestores municipais, percebe-se que as famílias empobrecidas são entregues à própria iniciativa de buscarem, por si mesmas, as alternativas de inclusão social.

### 27 - Acesso de usuários a programas e projetos

Condições de Acesso	Nº Abs	%
Livre Acesso	02	12,50
Via Encaminhamento	01	6,25
Não tem Acesso	01	6,25
NRA	12	75,00
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

### 28 - Encaminhamentos para outros programas

Situação do Usuário	Nº Abs	%
Para curso profissionalizante	01	6,25
Para estudar no EJA	01	6,25
Nenhum encaminhamento	13	81,25
NRA	01	6,25
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Catarina. Ano: 2007

#### 5.4 Parambu

O Município de Parambu foi criado em 1956, quando desvinculou-se de sua condição de distrito de Tauá. Ocupa uma área de 2.303,40km<sup>2</sup> e dista de Fortaleza, 371 Km.

Suas características ambientais lhe conferem clima tropical quente e semi-árido, com temperatura média variando entre 24° à 26°, com período chuvoso restrito a três meses por ano, no intervalo entre fevereiro e abril. Como componente ambiental, destaca-se seu relevo em estilo de depressões sertanejas do planalto da Ibiapaba, e sua vegetação mais evidente, em forma de caatinga arbustiva aberta e floresta espinhosa; situando-se geograficamente na Região do sertão dos Inhamuns.

Em termos demográficos, Parambú concentra população total de 32.302 habitantes, com 38,85% vivendo na zona urbana e 49,06% na zona rural; e, densidade demográfica de 13,30 habitantes por km<sup>2</sup>. A razão de dependência identificada entre seus moradores, foi calculada em 78,32%, o que representa o quociente entre população dependente (pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais) e a população potencialmente ativa (pessoas com idade entre 15 e 64 anos). Destaca-se que 4,19% é a média do quantitativo de pessoas residentes em um dos 7.676 domicílios existentes em Parambu.

Para satisfazer às necessidades populacionais por atendimento à saúde, o município conta com 16 (dezesesseis) unidades, sendo 15 (quinze) públicas e 01 (uma) particular. Por tipologia de serviços, tais unidades se dividem em 07 (sete) postos de saúde; 08 (oito) centros de saúde e 01 (um) hospital. Funcionam com a disponibilidade de 127 profissionais, entre os quais 14 médicos, 05 dentistas, 18 enfermeiras e 57 agentes comunitários de saúde, além de 33 outros profissionais da área (SESA,2005).

Delimita-se a condição educacional do município a partir de seus 424 docentes, com 42 vinculados à rede estadual; 373 ao município e 09 ao ensino pelo Setor Privado. Registra-se que em 2005, o município matriculou 11.614 alunos, com maior contingente (10.205) na rede municipal, seguidos por 1276 na rede estadual e apenas 133 no ensino privado. Frequentam uma das 157 escolas disponíveis e 09 (nove) bibliotecas. O índice de aprovação desses alunos no ensino fundamental é de 83,1% e no ensino médio de 77,7%. A reprovação calculada para o mesmo período é de 2,7% no ensino fundamental e de 4,9% no ensino médio. O abandono às aulas no ensino fundamental é de 14,2%, no ensino médio de 17,5% e as reprovações equivalem a 11,2% no ensino fundamental e 0,8% no ensino médio. A taxa de escolarização para o ensino fundamental é de 93,20%, e, no ensino médio cai para 34,23% (SEDUC, 2005).

Esse panorama concorre para qualificar o Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Parambú, em 0,2942 situando-o na 179ª posição do “ranking” entre os 184 municípios cearenses (IPECE/PNUD, 2005).

Destaca-se, ainda que o Produto Interno Bruto (PIB) municipal total é de R\$59.661,00 (IBGE / IPECE, 2005), e sua receita total para o mesmo período é de R\$18.835,00 (TCM, 2005), o que sugere fraco desempenho da economia local.

É neste cenário onde reside a amostra composta por 42 usuários do Programa Bolsa Família, cujo perfil e resultados dessa intervenção se passa a destacar.

A maior frequência, no que se refere à faixa etária dos informantes, concentra-se entre os 20 até 30 anos, seguidos daqueles com idade entre 31 e 40 anos. São, portanto, pessoas em idade potencialmente ativa.

### 1. Distribuição dos informantes segundo faixa etária

Faixa etária	Nº Abs	%
De 20 – 30	15	35,71
De 31 – 40	14	33,33
> 41	13	30,95
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

No que se refere à questão de gênero, identificou-se que em 100% estão constituídos por mulheres.

## 2. Distribuição dos informantes segundo gênero

<b>Gênero</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Masculino	--	--
Feminino	42	100
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A presença feminina, é destaque entre as pesquisas que estudam as Políticas Sociais de enfrentamento à pobreza no Brasil. Nos espaços públicos, onde se vislumbra alguma possibilidade de acesso a serviços de atenção à família, seja na assistência social, saúde, educação ou outra, as mulheres comparecem em número mais expressivo que os homens.

Em sendo mães, sofrem as conseqüências da pobreza, com mais intensidade, pela proximidade que estabelecem com a prole na convivência diuturna, enquanto os pais, muitas vezes vão às ruas em busca de alternativas de trabalho e renda.

## 3. Posição do informante na estrutura familiar

<b>Posição na Família</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Pai	--	--
Mãe	42	100
Filho	--	--
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

Entre os integrantes da amostra nesse município, a maioria das mulheres (64,28%) se identificou como sendo chefe de família, respondendo portanto, pela manutenção da sustentabilidade familiar, em todas as suas necessidades materiais e emocionais.

## 4. Condição do informante na responsabilidade pela manutenção da família

<b>Chefe de Família</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Sim	27	64,29
Não	15	35,71
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A maioria dessas mulheres são casadas (73,80%) e o conjunto restante da amostra representada por 26,20% se distribui entre as separadas (9,32%); solteiras (7,14%); divorciadas (4,86%) e amasiadas (4,86%).

#### 5. Distribuição dos usuários segundo situação civil

Situação Civil	Nº Abs	%
Casado (a)	31	73,81
Separado (a)	04	9,52
Solteiro (a)	03	7,14
Divorciado (a)	02	4,76
Amasiado (a)	02	4,76
Viúvo (a)	--	--
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

Observa-se entre essa amostra, que a composição familiar não é extensa. A maioria, (71,42%) afirmou que suas famílias tem agrupamento de 2 a 4 pessoas, seguidas por 28,58% entre aquelas cuja estrutura familiar é composta de 5 a 7 integrantes, não se verificando entre elas nenhuma família com 8 ou mais elementos.

#### 6. Situação do usuário segundo número de membros na família

Varição do Nº de Membros	Nº Abs	%
2 – 4	30	71,43
5 – 7	12	28,57
> 8	--	--
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

No que se refere à condição de moradia, é mais expressivo o número das que afirmam ter casa própria (57,14%), as demais (42,96%), enfrentam presumidamente maiores dificuldades em equilibrar o orçamento doméstico, vez que pagam aluguel.

#### 7. Situação do usuário segundo condição de moradia

Casa Própria	Nº Abs	%
Sim	24	57,14
Não	18	42,86
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007



### 8. Distribuição dos usuários segundo renda familiar

Ordem	Renda familiar (R\$)			
	Antes do PBF	Depois do PBF	Aumento na renda	
			Nº abs	%
01	20,00	155,00	135	675
02	70,00	135,00	65	92,86
03	50,00	100,00	50	100
04	50,00	80,00	30	60
05	40,00	120,00	80	200
06	90,00	170,00	80	88,89
07	50,00	115,00	65	130
08	50,00	115,00	65	130
09	100,00	150,00	50	50
10	50,00	110,00	60	120
11	Nada	65,00	65	100
12	350,00	365,00	15	4,29
13	Nada	80,00	80	100
14	Nada	80,00	80	100
15	100,00	195,00	95	95
16	200,00	230,00	30	15
17	100,00	180,00	80	80
18	90,00	170,00	80	88,89
19	Nada	95,00	95	100
20	Nada	80,00	80	100
21	Nada	80,00	80	100
22	70,00	100,00	30	42,86
23	80,00	120,00	40	50
24	200,00	215,00	15	7,50
25	150,00	200,00	50	33,33
26	200,00	295,00	95	47,50
27	100,00	180,00	80	80
28	50,00	150,00	100	200
29	90,00	155,00	65	72,22
30	50,00	100,00	50	100
31	120,00	200,00	80	66,67
32	60,00	90,00	30	50
33	40,00	105,00	65	162,50
34	100,00	150,00	50	50
35	90,00	120,00	30	33,33
36	80,00	170,00	90	112,50
37	120,00	200,00	80	66,67
38	50,00	100,00	50	100
39	40,00	135,00	95	237,50
40	120,00	200,00	80	66,67
41	100,00	165,00	65	65
42	100,00	195,00	95	95

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A variação no valor dos benefícios distribuídos entre as famílias inseridas nesta amostra, é sugestiva de que a maioria (78,5%) está representada por famílias “extremamente pobres”, vez que 38% recebem benefício no valor de R\$ 65,00; 26,19% têm bolsa de R\$80,00 e 14,28% recebem R\$95,00. Segundo critérios de acesso ao Programa, esses valores são concedidos às famílias que enfrentam maiores dificuldades. Tal realidade se confirma, quando indagados sobre os motivos de participarem do Bolsa Família. A maioria (45,23%), declara a necessidade de comprar comida, o que sugere o enfrentamento de dificuldades dessas mães, em alimentarem sua prole.

### 9. Variação no valor do Bolsa Família

Valor do Benefício	Nº Abs	%
15,00	02	4,76
30,00	01	2,38
50,00	06	14,29
65,00	16	38,10
80,00	11	26,19
95,00	06	14,29
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A compra de material escolar é motivo para 9,52%, assim como porque precisam de ajuda.

### 10. Razão de participar do Bolsa Família

Motivos	Nº Abs	%
P/ comprar comida	19	45,24
P/comprar material escolar	04	9,52
Precisa de ajuda	04	9,52
NRA	15	35,71
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

Quando indagados sobre o significado do Programa Bolsa Família, a expressão “AJUDA” transparece em grande maioria das respostas. Uma delas declarou: “coisa melhor do mundo que Deus fez, é o LULA”. Revelam uma consciência ingênua, característica marcante entre nordestinos pobres, que preservam a cultura do favor, do assistencialismo e a noção de que ser pobre é castigo divino, portanto, somente um “filho de Deus”, no comando da nação, poderá redimí-los da fome.

Entre muitos inexistente a noção do direito; não compreendem a dimensão das injustiças e exclusão das quais são vítimas, não se rebelam, são passivos na condição de miséria e pobreza.

### 11. Significado do Bolsa Família

<b>Ordem</b>	<b>Significado Bolsa Família</b>
01	Melhorou por ter renda certa
02	Melhorias na educação dos filhos
03	Ai de nós se não fosse isso.
04	Coisa melhor do mundo que Deus fez, é o Lula.
05	A ajuda dá crédito no comércio.
06	Ajudar na alimentação do filho.
07	Ajudar às crianças.
08	Único dinheiro certo na família.
09	Comprar alimentos com dinheiro.
10	Melhoria de vida.
11	Garantia de alimentação familiar.
12	Melhorou alimentação.
13	Hoje tem renda fixa.
14	Garante alimentos para família.
15	Garante alimentos.
16	Ajudar na alimentação.
17	Ajudar p/ os filhos.
18	Dinheiro garantido p/ feijão e arroz.
19	Garante alimentos.
20	Tudo. Sem esta ajuda não teria como viver.
21	Alimentos básicos p/ família.
22	Importante.
23	Alimentos.
24	Tudo que tenho.
25	Alimentos.
26	Ajudar bastante.
27	Agora não cortam mais minha luz.
28	Na hora em que mais precisava.
29	Hoje posso pagar água e luz.
30	Dinheiro certo.
31	Ajudar muito boa.
32	Boa alimentação.
33	Dinheiro certo por mês.
34	Boa ajuda.
35	Leite das crianças.
36	Evita que passemos fome.
37	Ai de mim se não fosse esse dinheiro.
38	Agora tenho o que comer, quase todo dia.
39	Boa ajuda.
40	Melhorou a vida.
41	Pode comprar fiado no comércio, pois tem como pagar.
42	Dinheiro certo

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A “bondade do governo”, é referência para 66,67% da amostra beneficiária do Bolsa Família, em Parambú. Os que assim compreendem, permanecem com a consciência embotada pelos discursos eleitoreiros, pelo compadrio culturalmente disseminado entre os pobres, distanciando-se da noção de democracia, representativa, onde os eleitos pelo sufrágio são legais representantes dos interesses dos que os elegem. Não entendem que seus representantes manipulam dinheiro do povo, pela arrecadação dos impostos. Não percebem que existe uma pressão internacional sobre o País, no sentido da elevação do nível de renda e de consumo da população, para fazer girar a roda do capitalismo. São, portanto, pessoas alienadas, em todas as dimensões.

### 12. Como o usuário entende o Bolsa Família

Noção do Usuário	Nº Abs	%
Direito	14	33,33
Ajuda (bondade do governo)	28	66,67
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A condição de analfabetismo, evidenciou-se entre 28,57% das mães que integram a amostra dos beneficiários do Bolsa Família, em Parambú. As demais, representadas por 42,85%, apresentam baixo nível de escolaridade, com o ensino fundamental incompleto, sendo pouco expressivo o percentual das que concluíram o nível fundamental (4,86%) e o ensino médio 11,90%.

### 13. Distribuição dos usuários segundo escolaridade

Escolaridade	Nº Abs	%
Ensino Fundamental Completo	02	4,76
Ensino Fundamental Incompleto	18	42,86
Ensino Médio Completo	05	11,90
Ensino Médio Incompleto	05	11,90
Analfabeto (a)	12	28,57
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A frequência de 80,95%, representa o quantitativo das que informaram manter de 01 a 03 pessoas da família na escola, e de 2,38% as que tem de 4 a mais pessoas estudando. Entre elas, faltar as aulas por motivo justo, é uma constante, destacada pela maioria representada por 71,42%.

#### 14. Pessoas da família na escola

<b>Frequência</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
De 01 – 03	34	80,95
>04	01	2,38
NRA	07	16,67
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

#### 15. Frequência na escola

<b>Frequência</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Falta às vezes	03	7,14
Falta muito	--	--
Nunca falta	03	7,14
Falta p/ motivo justo	30	71,43
NRA	06	14,29
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

Os mecanismos mais empregados para o acompanhamento a vida escolar dos filhos, são as reuniões, com 45,23% das escolhas, seguidas pelo diário escolar, com 23,80% das opções.

Apenas 9,52% disseram não acompanhar o estudo dos filhos, justificando-se os índices de repetência, reprovação e evasão escolar, verificados nos dados que integram o perfil do município, em seus indicadores educacionais.

#### 16. Acompanhamento da frequência escolar

<b>Estratégias</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Frequente reuniões escolares	19	45,24
Diário Escola	10	23,81
Não Acompanha	04	9,52
NRA	09	21,43
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A maioria das famílias (76,19%) faz três alimentações diárias, 16,66%, afirma consumir mais de três refeições, e apenas 7,14%, selecionou a opção duas refeições/dia. Entre elas, a fome parece ter sido banida. Não se pode no entanto assegurar a qualidade do consumo alimentar.

### 17. Alimentação diária da família

Refeição/Dia	Nº Abs	%
Uma	--	--
Duas	03	7,14
Três	32	76,19
+ de Três	07	16,67
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

No que se refere aos cuidados básicos com a saúde, 88,09% informou estar com cartão de vacina de seus dependentes em dia, e apenas 11,90% afirmou estar com cartões de vacina em atraso. Indagadas sobre a periodicidade com que recorrem às opções disponíveis no município, para acompanhamento à saúde da família, a maioria (64,28%) relatou buscar os serviços prestados pelos agentes de saúde, e 35,72% recorre aos postos de saúde

### 18. Controle de vacinação

Situação do Cartão de Vacina	Nº Abs	%
Em dia	37	88,10
Atrasado	05	11,90
NRA	--	--
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

### 19 . Acompanhamento da saúde da família

Estratégias Utilizadas	Nº Abs	%
Agente de Saúde	27	64,29
Posto de Saúde	15	35,71
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A maior frequência com que buscam esse acompanhamento é mensal (52,38%), seguida em igual proporção (9,52%) dos que buscam esse atendimento com periodicidade quinzenal e semanal, e por 4,76% dos que escolheram a opção “frequentemente”, para representar a assiduidade com que buscam tais serviços.

## 20. Periodicidade do acompanhamento à saúde

Estratégias Utilizadas	Nº Abs	%
Mensal	22	52,38
Quinzenal	04	9,52
Semanal	04	9,52
Freqüentemente	02	4,76
NRA	10	23,81
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A maioria (42,29%) considera sua família saudável; 16,66% referiu-se a problemas de hipertensão; 7,14% a alergias e verminoses; 4,76% declarou doenças como gastrite, obesidade, depressão e epilepsia, dentre outros problemas de saúde.

## 21. Principais problemas de saúde da família

Doenças	Nº Abs	%
Saudável	19	45,24
Alergias	03	7,14
Verminoses	03	7,14
Gastrite	02	4,76
Câncer	01	2,38
Obesidade	02	4,76
Hipertenso	07	16,67
Depressão	02	4,76
Epilético	02	4,76
Desnutrido	01	2,38
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

A maioria (78,57%) não lembra há quanto tempo é beneficiária do Programa Bolsa Família. Entre os que recordam, a maior frequência foi apontada por 9,52% das que são beneficiárias, há mais de um ano.

## 22. Tempo de participação no Bolsa Família

Período	Nº Abs	%
De 01 a 11 Meses	01	2,38
01 ano	02	4,76
> de 01 ano	04	9,52
Desde a Implantação	02	4,76
Não lembra	33	78,57
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 200

Sobre a destinação do dinheiro que recebem como oriundo do Bolsa Família, 59,52% informou que o recurso é empregado em alimentação, 26,20% o divide com gastos de alimentação e material escolar, e 14,28% com alimentação, luz e água.

### 23. Destinação do dinheiro do Bolsa Família

Uso do Recurso	Nº Abs	%
Alimentação	25	59,52
Alimentação/luz/água	06	14,29
Alimentação/roupas	--	--
Alimentação/Mat. Escolar	11	26,19
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

Considerando-se a formação de mão-de-obra como estratégia para a superação da dependência a programas de transferência de renda, indagou-se aos informantes, no caso as mães beneficiaras do Bolsa Família, sobre a participação destas em Programas de qualificação profissional. Como resultado, observou-se que 85,71% nunca participou dessa formação, e que apenas 14,28% teve essa oportunidade, e dentre essas, apenas 4,76% trabalham em atividades relacionadas com a formação profissional que obtiveram.

### 24. Participação das famílias em projetos de qualificação profissional

Ordem	Sim	Não	Tipologia	Atualmente
01		X	Bordado	Desempregado
02	X			
03		X		
04		X		
05		X		
06		X		
07		X		
08		X		
09	X		Serviços Gerais	Desempregado
10	X		Bordado	Bordado Ativa
11		X		
12		X		
13		X		
14		X		
15		X		
16		X		
17		X		
18		X		
19	X		Curso de Agente de Saúde	Desempregado



Ordem	Sim	Não	Tipologia	Atualmente
20		X		
21		X		
22		X		
23		X		
24	X		Psicultura	Trabalha na Roça
25		X		
26		X		
27		X		
28		X		
29		X		
30		X		
31		X		
32	X		Encanador	Trab. Avulso como Encanador
33		X		
34		X		
35		X		
36		X		
37		X		
38		X		
39		X		
40		X		
41		X		
42		X		

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007.

Indagadas sobre o conhecimento de Programas na área social, 47,61% respondeu afirmativamente. Dentre elas, os mais citados foram o Programa Saúde da Família (PSF), e em menor expressividade, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

### 25. Famílias conhecem programas da área social

Ordem	Sim	Não	Tipologia			
			Saúde	Educação	Saneamento	Assist. Social
01	X		PSF			CRAS
02	X		PSF			CRAS
03	X		PSF			
04	X		PSF			
05	X		PSF			
06	X		PSF			
07		X				
08		X				
09		X				
10	X		PSF			
11		X				
12		X				
13	X		PSF			
14		X				

Ordem	Sim	Não	Tipologia			
			Saúde	Educação	Saneamento	Assist. Social
15		X				
16	X		PSF			Bolsa Família
17	X					
18		X				
19		X				
20	X		PSF			CRAS
21		X				
22	X		PSF			
23		X				
24	X		PSF			
25		X				
26		X				
27	X		PSF			
28		X				
29		X				
30	X		PSF			
31	X		PSF			CRAS
32	X		PSF			
34	X		PSF			CRAS
35		X				
36		X				
37		X				
38		X				
39		X				
40	X		PSF			Bolsa Família
41		X				
42	X		PSF			Creche

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

69% dos informantes nunca participaram de outro programa governamental, e entre os 30,99% dos que já participaram, a maior frequência foi do Bolsa Escola.

## 26. Participação em programas governamentais

Ordem	Já Participou de Programas Governamentais		Nome do Programa	Instâncias Governamentais		
	Sim	Não		Federal	Estadual	Municipal
01	X		Bolsa Escola	X		
02		X	----			
03		X	----			
04		X	----			
05		X	----			
06		X	----			
07		X	----			
08		X	----			
09		X	----			
10		X	----			
11		X	----			

Ordem	Já Participou de Programas Governamentais			Instâncias Governamentais		
	Sim	Não	Nome do Programa	Federal	Estadual	Municipal
12		X	----			
13		X	----			
14		X	----			
15		X	----			
16		X	----			
17		X	----			
18		X	----			
19		X	----			
20		X	----			
21		X	----			
22		X	----			
23		X	----			
24		X	----			
25		X	----			
26	X	X	FECOP		X	
27	X	X	Bolsa Escola	X		
28	X	X	Bolsa Escola	X		
29	X		Bolsa Escola	X		
30	X		Bolsa Escola	X		
31		X	Bolsa Escola			
32	X		Bolsa Escola	X		
33		X				
34		X				
35		X				
36		X				
37	X		Creche			X
38	X		Bolsa Escola			
39	X		Bolsa Escola			
40	X		Bolsa Escola			
41	X		Bolsa Escola			
42		X	----			

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007.

Sobre as condições de acesso a programas e projetos, a maioria (42,85%) absteve-se de responder; seguida de 30,96% dos que disseram não ter acesso.

### 27. Acesso de usuários a programas e projetos

Condições de Acesso	Nº Abs	%
Livre Acesso	03	7,14
Via Encaminhamento	08	19,05
Não tem Acesso	13	30,95
NRA	18	42,86
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

Entre os que conseguem se engajar, 19,04% tem acesso facilitado por encaminhamentos, e apenas 7,14% referiu-se a livre acesso, e 71,42% nunca foram encaminhados para participar de nenhum programa governamental.

### 28. Encaminhamentos para outros programas

Situação do Usuário	Nº Abs	%
Nenhum encaminhamento	30	71,43
NRA	12	28,57
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Parambu. Ano: 2007

## 5.5 Quiterianópolis

O município de Quiterianópolis foi criado em 1986, emancipando –se de Independência. Está situado em área de 1.040,94 Km<sup>2</sup>, e dista 342 Km<sup>2</sup> de Fortaleza. Suas características ambientais lhe conferem clima tropical, quente e semi-árido, com temperatura média oscilando entre 24° a 26°, com chuvas freqüentes entre janeiro e abril. A tipologia de sua vegetação é característica do carrasco, floresta espinhosa e caatinga arbustiva aberta. Considerando em termos de divisão territorial, localiza-se na macrorregião do Sertão dos Inhamuns e microrregião do Sertão de Crateús.

Em termos demográficos, a população residente no município é de 19.569 habitantes, com densidade demográfica calculada em 14,43 habitantes por Km<sup>2</sup>, distribuídos entre seus 4,377 domicílios onde residem, em média, 4,19 pessoas por unidade habitacional (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2006).

A atenção às necessidades de saúde dos habitantes de Quiterianópolis é dispensada através de 06 (seis) unidades ligadas ao Sistema Único de Saúde, nas tipologias de 03 (três) centros de saúde; 01 (um) posto de saúde; 01 (uma) unidade de vigilância sanitária e 01 (um) hospital. Os recursos humanos disponíveis para atendimento à população local comportam um quadro de 121 servidores nas categorias de: 19 (dezenove) médicos; 06 (seis) dentistas; 10 (dez) enfermeiros; 37 (trinta e sete) agentes comunitários de saúde, mais 45

(quarenta e cinco) profissionais de saúde de nível médio e 04 (quatro) de nível superior. A taxa de mortalidade infantil no município é de 18,04/1.000 nascidos vivos (SESA, 2005).

Com relação aos aspectos educacionais, o município conta com 78 (setenta e oito) escolas; 04 (quatro) bibliotecas e 01 (um) laboratório de informática. Trabalhando nas escolas, existem 341 (trezentos e quarenta e um) docentes com 11,14% vinculados à rede estadual de ensino; 86,22% à rede municipal, e 2,64% são educadores trabalhando em escolas particulares. O desempenho da educação no município pode ser observada a partir de seus indicadores gerais em aprovação de 87,7% no ensino fundamental e 76,1% no ensino médio; reprovação de 4,1% no fundamental e 9,5% no ensino médio, abandono de 8,2% no ensino fundamental e 14,5% no ensino médio (SEDUC, 2005).

A caracterização geográfica do município, associada aos seus aspectos demográficos e sociais descritos em seus indicadores de saúde e educação, além de seu desempenho econômico, que lhe confere um PIB de R\$ 20.646,00 ( vinte mil seicentos e quarenta e seis) e receita total de R\$11.689,00 (onze mil seicentos e oitenta e nove reais) concorrem para qualificar seu Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS –R) em 0,3232 situando-o no 173º lugar no ranking, entre os 184 municípios cearenses.

Partindo-se dessas descrições de caráter geral, apresenta –se os resultados obtidos na pesquisa de campo, efetivada junto a 20 (vinte) moradores de Quiterianópolis, participantes do Programa Bolsa Família.

A começar pelos dados de identificação relacionados à faixa etária, registra-se que a maioria dos usuários está representada por 45% daqueles com 41 anos de idade ou mais, conforme se destaca na tabela a seguir.

### 1. Distribuição dos informantes segundo faixa etária

Faixa etária	Nº Abs	%
De 20 – 30	06	30
De 31 – 40	05	25
> 41	09	45
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

A faixa etária dos beneficiários de um programa de transferência de renda permite considerar que quanto mais alta, maiores as dificuldades desses beneficiários ultrapassarem essa condição, porque perdem capacidade de se inserirem no mundo do trabalho.

Quanto ao gênero, identificou-se a exclusividade para o feminino, em 100% dos beneficiários.

## 2. Distribuição dos informantes segundo gênero

<b>Gênero</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Masculino	--	--
Feminino	20	100
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007.

Na luta pela sobrevivência familiar, as mulheres brasileiras em geral vêm assumindo posição de vanguarda. As dificuldades decorrentes do abandono do parceiro, trazem para as mulheres todos os desafios inerentes aos cuidados da prole e manutenção do custeio da vida, que pressupõe alimentação, vestuário, saúde, educação, além dos custos com a própria habitação, aí incluídos gastos com aluguel, água e energia. Na condição de pobreza e/ou miséria, assumir esse desafio mostra-se perverso em todas as dimensões que se possa imaginar. Nessa situação, encontram-se 15% das mulheres que compõe a amostra selecionada neste Município, visto que encontram-se na situação de separadas (5%); solteiras (5%) e viúvas (5%), conforme dados da tabela.

## 3. Posição do informante na estrutura familiar

<b>Posição na Família</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Pai	--	--
Mãe	20	100
Filho	--	--
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

## 4. Condição do informante na responsabilidade pela manutenção da família

<b>Chefe de Família</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Sim	14	70
Não	06	30
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

A associação desses dados, concorre para confirmar estudos de Ostene (2005), dentre outros voltados para a condição da família brasileira contemporânea, onde defendem que a situação de pobreza e miséria afeta consideravelmente qualquer possibilidade de autonomia feminina. Tal limite impede as mulheres, mães e chefes de famílias empobrecidas, de superarem a condição de pobreza e miséria. Tal possibilidade pressupõe que a União, o Estado e os Municípios, aliados com a sociedade, desenvolvam amplo projeto de investimento, nas causas da pobreza e miséria evidenciadas no País.

### 5. Distribuição dos usuários segundo situação civil

Situação Civil	Nº Abs	%
Casado (a)	16	80
Separado (a)	01	05
Solteiro (a)	01	05
Divorciado (a)	--	--
Amasiado (a)	01	05
Viúvo (a)	01	05
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Mesmo na condição de casadas, (80%) ou amasiadas (5%), as mulheres tomam para si boa parte das responsabilidades do custeio, com a sustentabilidade da família, sendo esta uma característica observada pelos dados apresentados, onde se destaca que 100% dos informantes que participaram deste estudo são constituídos de mães, e que 70% delas assumem a posição de chefes de família.

### 6. Situação do usuário segundo número de membros na família

Varição do Nº de Membros	Nº Abs	%
2 – 4	16	80
5 – 7	03	15
> 8	01	05
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

### 7. Situação do usuário segundo condição de moradia

Casa Própria	Nº Abs	%
Sim	14	70
Não	06	30
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Evidencia-se pelos achados no quesito “condição de moradia”, a necessidade de efetivação da reforma agrária no País, associada a uma Política Habitacional que favoreça a aquisição de casa própria aos brasileiros destituídos dessa possibilidade, pelo atual sistema.

### 8. Distribuição dos usuários segundo renda familiar

Ordem	Renda familiar (R\$)			
	Antes do PBF	Depois do PBF	Aumento	
			4bs	%
01	50	115	65	130
02	80	145	65	81,25
03	100	150	50	50
04	80	160	80	100
05	100	180	80	80
06	66	146	80	121,21
07	300	350	50	16,67
08	-	95	95	100
09	80	160	80	100
10	50	80	30	60
11	50	130	80	160
12	50	65	15	30
13	50	115	65	130
14	350	415	65	18,57
15	20	85	65	325
16	700	715	15	2,14
17	80	175	95	118,75
18	50	145	95	190
19	-	80	80	100
20	-	15	15	100

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

A distribuição dos usuários do Programa, enquanto amostra selecionada nesta pesquisa, no que concerne a renda familiar, os qualifica em expressiva maioria, na condição de extrema pobreza. Registra-se que um único usuário informou renda familiar de R\$700,00 antes do acesso ao benefício. Considerando-se os critérios de exclusão relativos a renda familiar por pessoa, e que um dos beneficiários referiu ter mais de 08 componentes em seu grupo familiar, presume-se que essa renda de R\$700,00 (setecentos reais), corresponde ao usuário de família mais extensa. Nessa condição, a “per capita” limita-se a R\$87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), adequando-se, portanto, ao conceito de pessoas “extremamente pobres”. Tal como conceituado pelo Programa para indicar aqueles com renda familiar mensal de até R\$60,00 (sessenta reais), por pessoa (IPEA, 2006).



Nessa lógica, e considerando-se ainda a variação dos valores destinados às famílias de Quiterianópolis, seguem os critérios de elegibilidade conforme situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$60,00 a R\$120,00), cabendo-lhes acesso ao benefício com valores de R\$15,00 (1 filho); R\$30,00 (2 filhos) e R\$45,00 (3 filhos). Para as famílias em situação de extrema pobreza, a composição do benefício variável, segue a mesma lógica, alternando os valores para R\$65,00, R\$80,00 e R\$95,00.

### 9. Variação no valor do Bolsa Família

Valor do Benefício	Nº Abs	%
15,00	03	15
30,00	01	05
50,00	02	10
65,00	05	25
80,00	06	30
95,00	03	15
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

O valor de R\$ 50,00, corresponde ao benefício básico, concedido a cada família, com renda por pessoa igual ou inferior a R\$60,00, portanto, em situação de extrema pobreza.

O benefício variável de R\$15,00 é concedido para cada criança ou adolescente de zero a 15 anos, até o limite de três por família.

O benefício variável de caráter extraordinário é concedido às famílias dos programas remanescentes, cuja migração para o bolsa família ocasione perdas financeiras. O valor concedido é calculado caso a caso, e tem prazo de prescrição quando deixa de ser pago.

Pelo exposto, e observando-se o quadro de variação no valor do Bolsa Família relacionado ao quantitativo da amostra residente em Quiterianópolis, pode –se destacar que entre eles, conforme conceito do programa, são pobres, enquanto 80% são extremamente pobres, confirmando-se a relação entre o maior valor da renda familiar declarada ao maior contingente de membros entre as famílias, cuja análise já convergia para tal situação.

A compreensão dos usuários sobre os motivos de participarem do Programa Bolsa Família, não corresponde aos objetivos governamentais de redução dos indicadores de

pobreza e miséria, registrando-se que 25% afirmou que o recurso é para compra de material escolar, como também 15% não se percebe enquanto sujeito de direitos, entendendo o benefício como “ajuda” do governo.

### 10. Razão de participar do Bolsa Família

Motivos	Nº Abs	%
P/ comprar comida	01	05
P/comprar material escolar	05	25
Processo de Ajuda	03	15
NRA	11	55
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

### 11. Significado do Bolsa Família

Ordem	Significado Bolsa Família
01	Ajuda
02	Melhorou bastante
03	Se não fosse esse dinheiro, não sabe como seria sua vida
04	Evita que seus filhos passem fome
05	Ajuda muito pouco
06	Muito bom
07	É pouco mas é bom
08	Melhorou bastante, é uma ajuda boa
09	Conseguiu crédito
10	Ajuda p/ os pobres
11	Ajuda na alimentação
12	Melhoria de vida
13	Melhoria de vida
14	Melhoria de vida
15	Quase nada mudou porque o valor é pequeno
16	Melhoria na alimentação
17	Melhoria de vida
18	Melhoria de vida
19	Melhoria de vida
20	Garante alimentação

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

A bondade do governo prevalece para 65% dos entrevistados. A noção de direito é vaga, e apenas 35% diante de duas opções (direito e ajuda) escolheu o direito como resposta, ao entendimento de sua condição como usuário do Bolsa Família.

### 12. Como o usuário entende o Bolsa Família

Noção do Usuário	Nº Abs	%
Direito	07	35
Ajuda (bondade do governo)	13	65
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Verificando-se a escolaridade dos beneficiários do Programa Bolsa Família, em Quiterianópolis, destaca-se que 30% são analfabetos, uma constatação que comprova as considerações de diferentes estudiosos sobre a inquestionável necessidade de investimentos em educação, como estratégias de superação da pobreza.

### 13. Distribuição dos usuários segundo escolaridade

Escolaridade	Nº Abs	%
Ensino Fundamental Completo	01	05
Ensino Fundamental Incompleto	08	40
Ensino Médio Completo	03	15
Ensino Médio Incompleto	02	10
Analfabeto (a)	06	30
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007.

Apenas 1 ou 0,5% dos beneficiários do Programa afirmou ter concluído o ensino fundamental e 15% o ensino médio completo. Tais achados concorrem para confirmar a relação de dependência dos usuários da Política de Assistência Social na fase adulta, aos que foram excluídos do acesso às políticas educacionais na infância e juventude.

Tangenciando-se o foco da análise da condição educacional para outros membros das famílias, observa-se que em cada uma delas existe, no mínimo, uma pessoa e no máximo 04 (quatro), freqüentando escola.

### 14. Pessoas da família na escola

Frequência	Nº Abs	%
De 01 – 03	18	90
>04	--	--
NRA	02	10
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

A assiduidade com que esses estudantes freqüentam as aulas se destaca na tabela a seguir, onde a maioria, (85%) declara que “falta por motivo justo”.

### 15. Freqüencia na escola

<b>Assiduidade</b>	<b>N° Abs</b>	<b>%</b>
Falta às vezes	01	05
Falta muito	--	--
Nunca falta	--	--
Falta p/ motivo justo	17	85
NRA	02	10
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Além do condicionante de renda convergente para a situação de “pobres” e “extremamente pobres”, freqüentar a escola é critério para acesso e permanência no Programa Bolsa Família.

Indagadas sobre os mecanismos dos quais se utilizam para acompanhamento da freqüência escolar de seus dependentes, a maioria, representada por 65%, referiu-se a participação de reuniões escolares e 25% acompanha essa freqüência através do Diário escolar.

### 16. Acompanhamento da freqüência escolar

<b>Estratégias</b>	<b>N° Abs</b>	<b>%</b>
Freqüenta Reuniões Escolares	13	65
Diário escola	05	25
Não acompanha	--	--
NRA	02	10
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano 2007

Essa atitude mostra-se relevante, não só por constituir-se critério de acesso e permanência dos usuários do Programa na escola, mas também para reduzir percentuais de repetência, reprovação e evasão, verificados nos indicadores que caracterizam a situação educacional do município.

As condições de saúde da população, consideradas a partir do acesso à alimentação tem sido matéria relevante, principalmente depois que a Organização Mundial da Saúde divulgou a percepção conceitual de que saúde não consiste na simples ausência de doenças.

Indagados sobre o quantitativo diário com que se alimentam, os participantes deste estudo, em maioria de 65%, afirmaram três refeições diárias. Muito embora não seja possível afirmar a qualidade dessa alimentação, pode-se constatar que não passam fome.

### 17. Alimentação diária da família

Refeição/Dia	Nº Abs	%
Uma	--	--
Duas	03	13,04
Três	13	56,52
+ de Três	07	30,43
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

O controle da vacinação, agrega-se aos critérios de permanência das crianças no Programa Bolsa Família. Concorre, portanto para reduzir agravos e óbitos provocados por doenças possíveis de erradicação pela via da prevenção.

### 18. Controle de vacinação

Situação do Cartão de Vacina	Nº Abs	%
Em dia	16	80
Atrasado	04	20
NRA	--	--
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Entre as famílias participantes desta pesquisa identificou-se 80% com cartões de vacinação em dia, contra 20% das vacinas, em atraso.

Outro dado importante que concorre para a atenção básica à saúde das famílias, é o acompanhamento continuado. A estratégia de utilização dos serviços dos agentes de saúde

revelou-se o mais freqüente, (60%) entre os participantes desta pesquisa, enquanto 40% referiu-se à opção pelos serviços disponíveis nos postos de saúde.

### 19. Acompanhamento da saúde da família

<b>Estratégias Utilizadas</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Agente de Saúde	12	60
Posto de Saúde	08	40
Outros	--	--
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

A periodicidade com que recorrem a esses serviços foi representada, em maioria por 40% de freqüência mensal.

### 20. Periodicidade do acompanhamento à saúde

<b>Estratégias Utilizadas</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Mensal	08	40
Quinzenal	--	--
Semanal	--	--
Freqüentemente	02	10
NRA	10	50
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Tais cuidados concorrem para que 50% das respostas dos informantes sobre os principais problemas de saúde na família, tenha negado qualquer doença, qualificando-se como família saudável.

### 21. Principais problemas de saúde da família

<b>Doenças</b>	<b>Nº Abs</b>	<b>%</b>
Família Saudável	10	50
Gastrite Nervosa	02	10
Úlcera	01	05
Osteoporose	01	05
Pressão Alta	01	05
Depressão	01	05
Verminoses	03	15
Problemas Respiratórios	01	05
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Percebe-se, no entanto, que 10,25% dos entrevistados, referiu-se à existência de verminoses, um problema fácil de tratamento e que pressupõe cuidados simples de higiene.

## 22. Tempo de participação no Bolsa Família

Período	Nº Abs	%
De 01 a 11 Meses	01	05
01 ano	--	--
> de 01 ano	06	30
Desde a Implantação	01	05
Não Lembra	12	60
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Indagados sobre a participação em outros programas governamentais, 45% responderam que sim e 55% informou que não. As respostas convergiram para salientar a participação em programas remanescentes do governo federal na gestão Fernando Henrique, (Bolsa Escola) e Sarney (Programa do Leite), talvez porque tais programas tiveram larga cobertura e difusão nacional. Não fizeram referências a outras ações do governo contemporâneo, seja na dimensão Federal, Estadual ou Municipal. Isso concorre para evidenciar o fraco desempenho governamental na divulgação de seus programas. Sem informações claras, a sociedade fica impedida de acesso e mesmo assim quando consegue se inserir, entende como favor das bondade dos governantes. A maioria dos entrevistados (60%) não lembra a quanto tempo participam do Bolsa Família. Entre os que controlam esse período, 30% está no Programa há mais de um ano e 0,5% informou ser seu beneficiário desde sua implantação.

## 23. Destinação do dinheiro do Bolsa Família

Uso do Recurso	Nº Abs	%
Alimentação	17	85
Alimentação/luz/água	--	--
Alimentação/roupas	--	--
Alimentação/Mat. Escolar	03	15
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Mesmo que a maioria (25%) dos usuários tenha identificado que a compra de material escolar é a razão de participarem do Bolsa Família, quando se indaga sobre a

destinação do dinheiro que dele provem, expressiva maioria (35%) afirmou empregá-lo na compra de alimentos.

#### 24. Participação das famílias em projetos de qualificação profissional

Ordem	Sim	Não	Tipologia	Atualmente
01	X		Artesanato	Desempregado s/ condições de comprar material
02	X		Aproveitamento de Retalho	Desempregado
03		X	--	Desempregado
04		X	--	Desempregado
05		X	--	Desempregado
06		X	--	Desempregado
07		X	--	Desempregado
08	X		Culinária	Não aplica o que aprendeu
09		X	--	Desempregado
10		X	--	Desempregado
11	X		Almofada/ Tapeçaria	Desempregado s/ dinheiro p/ comprar material
12		X	--	Desempregado
13		X	--	Desempregado
14		X	--	Desempregado
15		X	--	Desempregado
16	X		Produto de Limpeza	Trabalha na Prefeitura
17	X		Almofada	Desempregado
18	X		Culinária	É merendeiro
19		X	--	Desempregado
20		X	--	Desempregado

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Parece distante a perspectiva de transformação da realidade de pobreza e miséria pela via de investimentos em qualificação de mão-de-obra, para garantir-lhes oportunidades de emancipação econômica pelo trabalho. Essa percepção é visível, observando-se os dados descritos no quadro que se segue, onde das nove pessoas que participaram de Projetos de Qualificação Profissional, um encontra-se trabalhando embora em área totalmente desvinculada de sua qualificação, pois supostamente aprendeu a fazer produtos de limpeza e salientou trabalhar na prefeitura local. Quanto aos demais, quatro estão desempregados e dois fizeram curso de culinária. Deste, um afirmou que não aplica o que aprendeu, e o outro também não se utiliza desse aprendizado, pois trabalha como marceneiro.



### 25. Famílias conhecem programas da área social

Ordem	Sim	Não	Tipologia			
			Saúde	Educação	Saneamento	Assist. Social
01	X		PSF			Bolsa Escola
02	X		PSF			PETI/CRAS
03	X		PSF			CRAS
04	X		PSF			PETI/CRAS
05		X				
06	X		PSF			
07		X				
08	X		PSF			PETI
09	X		PSF			
10	X		PSF			
11	X		PSF			Bolsa Escola
12		X				
13		X				
14		X				
15	X					PETI/Bolsa Família/ Agente Jovem
16	X		PSF			Bolsa Família
17	X		PSF			Leite/ Bolsa Família
18	X		PSF			CRAS/Briquedoteca
19	X		Posto de Saúde			
20		X				

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

### 26. Participação em programas governamentais

Ordem	Já Participou de Programas Governamentais		Nome do Programa	Instâncias Governamentais		
	Sim	Não		Federal	Estadual	Municipal
01		X	-			
02	X		Bolsa Escola	X		
03	X		Bolsa Escola	X		
04	X		Bolsa Escola	X		
05		X				
06		X				
07		X				
08	X		Bolsa Escola	X		
09						
10	X		Escola	X		
11	X		Bolsa Escola	X		
12	X		Bolsa Escola	X		
13	X		PETI	X		
14		X				
15		X				
16		X				
17		X				
18	X		Programa do Leite	X		
19		X				
20		X				

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Mesmo não referindo a participação em outros programas governamentais, os entrevistados conhecem o Programa Saúde da Família (PSF) e, em menor escala, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e, em menor quantidade ainda o Agente Jovem e a Brinquedoteca. Nada referiram sobre programas educacionais e de saneamento básico.

Indagados sobre como se dá o acesso dos usuários a programas e projetos, 25% afirmaram não ter acesso e outros 25% conseguem se inserir por encaminhamentos. Apenas 5% declarou livre acesso e 45% se abstiveram de responder.

### 27. Acesso de usuários a programas e projeto.

Condições de Acesso	Nº Abs	%
Livre acesso	01	05
Via encaminhamento	05	25
Não tem acesso	05	25
NRA	09	45
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

### 28. Encaminhamento para outros programas

Situação do Usuário	Nº Abs	%
Nenhum encaminhamento	20	100
NRA	--	--
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa Direta. Município de Quiterianópolis. Ano: 2007

Vivendo em situação de pobreza e miséria, esses usuários do Bolsa Família não participam de outros programas complementares a transferência de renda, como também não se referem a encaminhamentos por parte dos gestores municipais a outros programas locais.

O significado do Programa Bolsa Família para seus usuários, remete a afirmativa de que prevalece entre eles, a idéia tradicional imposta pela cultura do favor. Expressiva maioria define o programa como ajuda aos pobres, para evitar a fome, garantir alimentação, garantir crédito. Em pequenas cidades do interior nordestino, o “fiado” é usual. Depois do cartão magnético para acesso aos recursos, há denúncias de que os donos de mercearias se

apropriam dos cartões de seus credores. Depois de quitadas as dívidas, continuam de posse dos cartões e permitem aos beneficiários adquirir em seus estabelecimentos comerciais o que precisam, até o valor do benefício cujo dinheiro fica retido em seu poder.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se decidiu realizar esta pesquisa, uma questão foi delineada como o problema central: os programas de transferência de renda, especificamente o Bolsa Família, vem possibilitando a diminuição da pobreza, ou continua com o mesmo viés compensatório das políticas sociais que o antecederam?

Além desta questão central, outras indagações motivaram o percurso pela busca de respostas . Interessava compreender essencialmente se esse Programa estaria de fato contribuindo para diminuir os indicadores de pobreza, como também mostrou-se relevante refletir sobre sua dinâmica operacional, considerando-se sua perspectiva intersetorial e seus critérios de acessibilidade.

Antes mesmo de evoluir na apresentação e discussão dos achados é importante destacar o pensamento de Demo (1981,p.54): “Não existem realidades totalmente desvendadas; sempre surgem pontos obscuros e toda obra é, por definição, inacabada, apenas um ensaio”.

Sem a pretensão de se chegar a verdades últimas, e considerando o envolvimento desta pesquisadora com a problemática investigada, vale destacar que, a intenção norteadora deste estudo foi direcionada, passo a passo, na busca de uma aproximação mais precisa da realidade observada, para que se pudesse ao final, depois de reunidos todos os elementos disponíveis, confirmar ou negar as hipóteses relacionadas ao problema em destaque nesta pesquisa.

Sem condições objetivas de ampliar a abrangência deste estudo, limitou-se seu foco em cinco municípios cearenses, inseridos no Ranking do IDH, ocupando posições mais graves, na escala da pobreza.

Para viabilizar essa intenção, foi necessário compartilhar seu propósito com técnicos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), e com eles definir possibilidades de aplicabilidade dos questionários que serviram de norte para a consolidação dos estudos de casos. A decisão pelos municípios em destaque, agregou outros

condicionantes. Era necessário ajustar as escolhas ao cronograma de viagens dos técnicos, para o período limite de consolidação da pesquisa de campo.

Feitos esses ajustes, foi possível compor um quadro com a participação dos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambú e Quiterianópolis.

Antes mesmo de adentrar as questões contidas no questionário utilizado como referência norteadora da pesquisa, realizou-se um levantamento de informações básicas relativas ao perfil desses municípios, por se considerar que a pobreza vivenciada pelas famílias, se relaciona dentre outros fatores, ao ambiente em que vivem. As dificuldades próprias dos municípios cearenses no que concerne às questões climáticas e infra estruturais, concorrem sem dúvida para agravar a situação de pobreza de seus habitantes.

O Perfil Básico Municipal elaborado pelo Instituto de Pesquisa do Ceará (IPECE) foi a referência utilizada neste estudo, o que viabilizou montar o quadro em anexo I, onde se agrupam as informações essenciais, para compor o cenário onde residem as famílias participantes como amostra, desta pesquisa.

Localizados em microrregiões do sertão cearense com Aiuaba e Quiterianópolis nos sertões de Crateús e os demais nos sertões dos Inhamuns, já se configura como um limite natural para seus habitantes. A água, elemento indispensável a sobrevivência de todo ser vivo é escassa nessas áreas, e sem uma política macroestrutural para o enfrentamento do fenômeno das secas, no nordeste como um todo, as dificuldades de seus habitantes persistem e se agravam na medida em que os indicadores de densidade demográfica evoluem.

Outro agravante observado, talvez o mais comprometedor da situação de pobreza e extrema pobreza entre as populações residentes nesses municípios, é a “Razão de Dependência”, observada entre eles. Esse conceito referem-se ao quociente obtido pelo cálculo entre a população dependente, isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade, e a população potencialmente ativa, isto é, pessoas com idade entre 16 e 64 anos. No município de Quiterianópolis, observa-se a maior incidência da razão de dependência populacional, com 91,74% de seus habitantes menores de 15 anos ou maiores de 65, deixando para 8,26% de sua população potencialmente ativa, as responsabilidades com seus cuidados essenciais.

Quanto aos aspectos relativos a saúde destaca-se que o Município de Catarina não tem hospital, e os demais municípios contam com apenas uma unidade hospitalar ligada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Muito embora não se tenha maiores referências para comentar a qualidade dos serviços dispensados nos equipamentos do SUS, disponíveis nesses municípios, pode-se destacar as constantes denúncias da Prefeitura de Fortaleza, alegando que toda a problemática dos hospitais públicos da capital, decorre da ineficiência dos serviços prestados pelos equipamentos do SUS, disponíveis nos demais municípios. Em Catarina, verificou-se alta taxa de mortalidade infantil; há registros de 48,26/1000, nascidos vivos. Entre os demais, a mortalidade infantil persiste, contrariando os índices aceitáveis definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

No campo educacional, uma análise sobre a qualidade do ensino disponível nesses municípios, pode ser efetivada considerando-se seus índices de reprovação, repetência e evasão. Muito embora esses indicadores não estejam apresentados neste quadro síntese, estão descritos na análise particular de cada um, mostrando-se ainda preocupante, tal como os índices de analfabetismo.

Ainda com relação ao suporte educacional disponível, verificou-se, por exemplo que Aiuaba não tem um laboratório de informática, portanto o município exclui suas crianças e adolescentes ao acesso de comunicação virtual, aos estudos e pesquisas, além de retirar desses contingentes a capacidade de qualificação para o trabalho, visto que a informática se coloca como requisito básico, indispensável à vida ativa na contemporaneidade.

Outro limite observado na área educacional é o restrito quantitativo de bibliotecas disponíveis. Tais fatores agregados, comprometem seriamente a capacidade dessas crianças e adolescentes, virem a se inserir em oportunidades concretas de trabalho digno.

A economia e finanças dos cinco municípios em foco, também se mostram insuficientes para compor uma política desenvolvimentista, centrada na universalização dos direitos dos seus habitantes.

Vale enfim, considerar as diferentes abordagens metodológicas empregadas para destacar o índice de desenvolvimento desses municípios. O quadro I, em anexo, apresenta dados relativos ao IDM (2004); IDH (2000) e IDS-R (2005). Muito embora os municípios assumam posições diferenciadas no “Ranking” elaborado por essas três metodologias, pode-se observar que em nenhuma delas eles assumem posição confortável, sendo mais grave no Ranking do IDM (2004).

Feitas essas considerações de caráter mais geral sobre os municípios onde residem os 105 (cento e cinco) atores sociais, beneficiários do Programa Bolsa Família, destaca-se também os achados sistematizados no Quadro II, anexo, que retratam alguns indicadores observados.

Tal sistematização facilita a visibilidade das reflexões que se passa a destacar. Nele, reuniu-se os indicadores mais expressivos da realidade investigada e voltados ao alcance dos objetivos definidos, para este estudo.

Antes de adentrar as questões mais específicas sobre o Programa Bolsa Família, alguns dados agrupados delineiam o perfil dos informantes.

Destaca-se, com relação ao gênero que 100% da amostra está composta por mulheres. Sem condições de analisar com maior profundidade às questões de gênero, pelas próprias balizas declaradas neste estudo, não se pode deixar de trazer a tona o reconhecimento de que a história em que se assenta a construção da sociedade brasileira, evoluiu em muitos aspectos, mas preserva ainda hoje valores discriminatórios e preconceituosos, sobre a condição feminina, quer seja no contexto familiar, no mundo do trabalho ou em qualquer outro espaço, onde se desenvolvem as relações sociais.

Estar em casa, responder a um questionário relativo a um programa social, é tarefa deixada para as mulheres. Muito embora outros fatores possam estar associados a esse resultado, é importante também discutir o significado mais expressivo do percentual com que essas mulheres se identificaram, como sendo “mães” e “chefes de família”.

Na amostra selecionada para os cinco municípios, 100% das informante são também “mães”.

O fato mostra-se relevante para quem busca compreender a função feminina entre famílias empobrecidas. Ser “chefe de família”, pressupõe uma dimensão simbólica. Em geral, chefiar é categoria relacionada ao conceito de poder. Mas, ser chefe de família na condição de pobreza ou extrema pobreza, adquire interpretação divergente do pretense poder, porque remete a exploração, abandono, violência.

Sobre esse aspecto, Bourdieu (1995) efetivou estudos para que se possa compreender aspectos importantes que a dimensão do poder simbólico pode assumir, em diferentes situações. Nessa abordagem, o poder obtém dos próprios dominados, uma forma de adesão, que independe da decisão de ser chefe de família. Tal posição é, via de regra, imposta pelo abandono do marido, companheiro, amante, parceiro, que se evade das responsabilidades para com a prole e a manutenção do lar, deixando para a mulher a difícil tarefa de arcar sozinha com todos os ônus, para a criação dos filhos e sustento da família como um todo.

Em cidades do interior nordestino onde as oportunidades de educação para o trabalho e de geração de renda se mostram mais escassas, o êxodo masculino para as metrópoles é mais evidente. No novo ambiente constroem novas relações, novas famílias e geram outros filhos, esquecendo-se daqueles que deixaram para traz.

Muito embora o número de mães, chefes de família que se disseram casadas e/ ou amasiadas, tenha obtido maior frequência, do que aquelas situadas na condição de separadas, divorciadas, solteiras e viúvas, o fato de “estar casada” ou “ amasiada”, não significa, necessariamente, que essas mulheres tenham na figura de seus pares a confiança em suas capacidades, de arcarem com a sustentabilidade econômica de suas famílias.

No que se refere a faixa etária, essas mães em maioria, têm 41 anos ou mais; incluem-se portanto, na faixa de pessoas com idade potencialmente ativa a quem compete cuidar dos seus dependentes, numa razão constrangedora, visto que seus rendimentos, seja na situação de “pobres” (até R\$ 120,00 mês/ “per capita”) seja na situação de “extremamente pobres” (R\$ 60,00 mês/ “per capita”) restringe, consideravelmente a capacidade orçamentária familiar, de corresponder aos mínimos essenciais, às necessidades fundamentais, relacionadas à alimentação, saúde e educação, assim restritas para não enveredar sobre o campo de outras



reais necessidades, cuja cobertura se mostraria impossível no quadro de pobreza e miséria vivenciada.

Destaca-se que expressiva maioria dessas mães tem família composta por um total de 2 a 4 integrantes, evidenciando-se, no entanto, entre elas, quantitativo importante das que tem composição familiar formada por 5 a 7 membros, como também aquelas com 8 ou mais pessoas.

Quando se observa a condição de moradia entre a amostra selecionada, observa-se que a maioria afirma ter casa própria. Não investigou-se, entretanto, a qualidade dessa posse, isto é, se têm imóvel adquirido e documentado em seus nomes ou se são posseiros; se essa propriedade é de parentes ou se consideram como própria uma casa que lhes foi cedida temporariamente; seja como for, é importante verificar entre elas, as que vivem de aluguel, situação agravante para quem vivencia situação de pobreza ou de “extrema pobreza”.

Entre as famílias participantes desta amostra, a maioria (51,4%) é “extremamente pobre”, enquanto as demais, representadas por 48,5%, se qualificam como pobres. Tal definição está fundamentada relacionando-se os critérios definidos pelo Programa Bolsa Família para inclusão de pobres (renda até R\$ 120,00 mês/ “per capita”) extremamente pobres (renda até R\$ 60,00 mês/ “per capita”). Tais condições interferem não somente para o agravamento das condições materiais de sobrevivência, mas comprometem sobremaneira a capacidade de percepção da realidade que vivenciam.

Tais argumentos encontram ressonância nas respostas dessas informantes, quando indagadas sobre a razão de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. Entre elas, expressiva maioria relaciona o significado de ser beneficiária deste programa, à bondade do governo. Entendem como “Ajuda” dos governantes, associando fortemente o benefício à bondade do Presidente Lula. Apenas 31,4% percebe o benefício do Bolsa Família como direito.

Essa noção equivocada, expressa a face mais perversa da condição de pobreza e miséria. Considerar-se inferior, incapaz, merecedor dos castigos divinos; infeliz e aceitar essa condição, sem sequer refletir sobre a outra face determinante da pobreza e da miséria é, sem dúvida, a maior dificuldade entre elas.

Como sugere Demo (1988) “ a pobreza na sua versão material é a face mais visível”, porque pode ser expressa em dados quantitativos facilmente visíveis, não só em suas expressões estatísticas, mas na sua presença real nas ruas, nos casebres, nas favelas. Mas, a pobreza política, dificilmente se reconhece, porque não se vê com facilidade.

A opressão qualitativa que origina desigualdades pungentes também é pobreza, nos horizontes do ser. A infelicidade, a insatisfação, o abandono batem a nossa porta de muitos modos que nem sempre são materiais. Não costumam matar como a fome, mas também destroem. (DEMO, 1988,p 19).

Entender a política de transferência de renda representada pelo Programa Bolsa Família, como ajuda do bom governante, “enviado de Deus” (SIC), é expressão de pobreza política, secularmente alimentada no País, por sucessivos governantes em seus discursos eleitoreiros. Romper com esse velho paradigma, se apresenta como o desafio maior para os educadores em particular, e para os detentores da cidadania ilustrada, em geral.

Mas, essa compreensão deturpada, está também associada ao baixo nível de escolaridade dessas informantes. Identificou-se entre elas 27,6% de analfabetos; 49,5% entre as que iniciaram ou mesmo concluíram o ensino fundamental, sendo restrito (26,6%) das que afirmaram ter chegado às primeiras séries ou mesmo concluído o ensino médio.

Manter a prole na escola é uma das condicionalidades para acesso e permanência das famílias no Programa. Sendo assim, a maioria referiu que seus filhos estão estudando e que comparece às reuniões escolares, como forma de acompanhar o desempenho na aprendizagem de suas crianças e adolescentes.

Nesse critério, reside certamente a possibilidade de se formar a médio e longo prazos, uma geração menos dominada pelo discurso eleitoreiro e mais consciente de seus direitos.

Outro critério de presumidos impactos positivos na vida familiar e na redução dos custos com políticas de saúde de efeito curativo, é a condição imposta pelo programa, no que se refere ao controle de vacinação de suas crianças. Nesse sentido observou-se significativa frequência (80%) com cartão de vacinação em dia, e, apenas 20% com atraso na aplicação de vacinas .A maioria referiu-se ao acompanhamento da saúde familiar através dos agentes de

saúde, indiscutivelmente uma ação de larga cobertura às famílias brasileiras empobrecidas, em geral.

No que se refere ao uso do dinheiro que recebem mensalmente como benefício do Programa Bolsa Família, identificou-se maior frequência (55,6%) representada por aquelas que usam todo o recurso na compra de alimentos. Pouco expressiva é a quantidade daquelas que afirmaram usar o dinheiro também para comprar alimento e roupas, e menos importante ainda o quantitativo representado por aquelas que se utilizam do recurso para adquirir além de alimentos, também material escolar.

Considerando-se a intersetorialidade como perspectiva relevante ao enfrentamento da pobreza e miséria, perguntou-se a essas mães sobre suas oportunidades de inserção em outros programas ou projetos governamentais. Aqui vale destacar os achados relativos a participação dessas mães em cursos profissionalizantes, uma vez que a formação de mão-de-obra como estratégia de superação da pobreza tem sido referida por diferentes estudos, como a via emancipatória. Entretanto, na amostra selecionada, essa participação revelou-se insignificante.

Mais insignificante ainda se revelou tal intento, quando se tentou relacionar entre a minoria qualificada se estariam trabalhando na função de suas especialidades. Os resultados mostraram-se desanimadores, concorrendo para reforçar a crítica quanto a inoperância das políticas profissionalizantes. Isso porque não realizam estudos de mercado, não relacionam o curso disponível à capacidade das comunidades de absorverem a mão-de-obra formada, sendo portanto comum nas residências brasileiras empobrecidas, se encontrar como verdadeiros troféus os certificados enquadrados e expostos nas paredes, entretanto, sem nenhum significado prático para a vida de seus detentores.

A inexistência de acesso a outros programas/ projetos governamentais concorre para uma crítica, a perspectiva da intersetorialidade entre as políticas públicas. Essa realidade mostrou-se visível entre os usuários do Bolsa Família, cuja maioria (20,7%) das respostas foi direcionada à opção “não tem acesso”. Além desse percentual, foi significativa a quantidade dos que não responderam a esta pergunta, o que pode sugerir desconhecimento ou falta de interesse; em ambos os casos, há nas entrelinhas um componente de aceitação da realidade ou

uma satisfação com as condições propiciadas pelo Bolsa Família, a tal ponto que tais famílias permanecem imobilizadas, estáticas, desinteressadas na busca de alternativas concretas de auto – sustentabilidade, de mobilidade para a curto ou médio prazo migrarem da situação de pobreza e miséria, para patamares de renda e acessibilidade em múltiplas dimensões, capazes de lhes conferir espaços para o exercício da cidadania.

Diante desses achados pode-se enfim confirmar a hipótese de que ”os programas de transferência de renda reafirmam a dimensão compensatória eventual e fragmentária das ações assistenciais tradicionalmente desenvolvidas, não alcançando a concepção do direito universal. Não superam, portanto, a situação de pobreza que tem marcado a história brasileira.

Aqui vale recordar Demo (1988) em suas concepções sobre pobreza:

É pobreza política lacinante não reivindicar direitos, mas os pedir, os suplicar, os esperar passivamente. É pobreza política entender o Estado como patrão ou tutelar, aceitar o centro como mais importante que a base, ver o serviço público como caridade governamental, conceber o mandante como possuidor de autoridade própria. (DEMO, 1988, p.20).

Essa tem sido a marca que se consolidou culturalmente nas políticas públicas brasileiras. As experiências no Brasil ainda apresentam o viés do discurso eleitoral, desvinculadas da perspectiva emancipatória, do reconhecimento do direito, do cumprimento do dever do Estado.

A noção do favor está posta. A “redenção” da pobreza está no imaginário simbólico dos beneficiários do Bolsa Família, tal como esteve nas gerações passadas, que viveram e morreram vítimas da condição de pobreza e miséria.

O tom do discurso que se reproduz, vai minando as possibilidades de superação dessa ideologia mascarada de direito, mas nitidamente centrada na idéia do favor. São, portanto, transferências de renda compensatórias e sem maiores conseqüências no campo da individualidade humana, incapazes que são de transformar o entendimento da condição de ser e estar pobre e/ ou miserável.

Confirma-se também a hipótese de que a gestão do Programa Bolsa Família induz a prática intersetorial, vez que adota como condicionantes a transferência de renda, além do controle da frequência escolar também o da vacinação de crianças inseridas, em famílias beneficiárias. Entretanto, é preciso verificar que as mães dessas crianças, não almejam ou não entendem essa perspectiva. Não buscam se inserir em outros programas, a exemplo daqueles voltados para a formação de mão-de-obra. Mesmo, tendo-se percebido o descompasso entre a oferta desses cursos e a capacidade de seus formandos se inserirem no mercado de trabalho, esta não deixa de ser uma via conseqüente de auto sustentabilidade e superação da pobreza.

Outra hipótese formulada nesta pesquisa, foi a de que “a execução” do Bolsa Família, desvinculada de um sistema de monitoramento, compromete a visibilidade de seus impactos e alcance de seus objetivos. Muito embora o programa tenha criado, o Sistema de Benefícios do Cidadão (SIBEC) destinado a eficiente operacionalização da gestão de benefícios do Bolsa Família, ainda se mostra falho na dimensão da visibilidade de seus impactos. Mesmo sem um maior aprofundamento sobre a gestão do programa, pode-se afirmar a observância de suas fragilidades por via de denúncias freqüentes, sobre a inserção de usuários fora dos critérios de pobreza e extrema pobreza, e a exclusão daqueles que vivem nas condições mais agravantes desses quadros. Não se tem, objetivamente a divulgação de resultados avaliativos do programa. Alguns estudos relacionam a elevação brasileira nos Índices de Desenvolvimento Humano, como efeitos da transferência de renda promovida por este programa. Entretanto, ainda encontram-se sendo efetivados estudos para confirmar ou negar tais possibilidades. Há que se compreender que a circulação de maior volume de recursos em uma comunidade pobre, aquece sua fraca economia mas encontra-se ainda em avaliação a repercussão dessa iniciativa na vida das famílias beneficiárias.

Por fim, apresenta-se como última hipótese que não se evidencia entre as famílias beneficiárias do Programa, a superação da condição de pobreza. Esta hipótese se confirma nas dimensões analisadas. Primeiro, porque o programa não se realiza como direito social. Permanece nesse aspecto, o desafio de se efetivarem alternativas de futuro para o país pela via da consolidação de uma sociedade justa, democrática e igualitária, diferente do modelo desigual e excludente que ainda prevalece.

Estudos de Sonia Rocha sobre o impacto dos novos programas federais de transferência de renda no tocante a pobreza, identificaram, dentre outras dificuldades, que tal

programa não pode ser visto como panacéia, porque os recursos que lhes são disponíveis não apresentam potencial para eliminar sequer a indigência, muito menos a pobreza.

Destaca-se enfim, que o enfrentamento da pobreza e miséria persistentes no Brasil, deve pressupor uma política ampla capaz de equacionar outras carências não vinculadas diretamente à questão da renda, tais como: o acesso à terra pela via da reforma agrária; políticas de saneamento básico para garantir o acesso à água de forma digna, além de acesso à informação consistente sobre a realidade para a quebra de velhos paradigmas, a cerca da bondade essencial dos governantes que corrompe qualquer possibilidade de construção da cidadania.

Estas são, enfim as contribuições que se pode delinear ao fim desta pesquisa. Na compreensão de seus limites, resta sugerir que o problema seja revisitado por outros estudiosos. Certamente não será demasiado investigar causas e conseqüências da pobreza e miséria num país que preserva essa situação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. Sociologia da família. In: CANEVACCI, Massimo (org.). **Dialética da família.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

AIRES, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ALAYON, Noberto. **Assistência com assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** S. Paulo: Cortez, 1995.

ALCÂNTARA, Lúcio. A fome no Brasil. **Caderno de Debates,** Brasília: Senado Federal, 2000.

ARENDT, Hanna. **A condição humana.** 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BAPTISTA, Naidson de Quintela. Metodologia do trabalho social com famílias: In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (orgs). **Família, redes, laços e políticas públicas.** S.Paulo: Cortez, 2005.

BARROCAS, Rute Queiroz. **A família no contexto da política de assistência social.** 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

BARDIN, Ana. **Análise de conteúdo.** Portugal: Edições 70, 2004. 229p.

BARROS, R. P.; HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais. RBCS,** v. 15, n.42, 2000.

.BELFORJ, Margarida et al. Prática assistencial no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, S.Paulo, n. 17, p. 73-89, Abr., 1985.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: UNB, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **A dimensão simbólica da dominação, organização**: Daniel Lins. São Paulo: Papyrus, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Relatório de governo de transição sobre programas sociais**. Brasília, DF: s.n, 2002.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal (1988)**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei orgânica de assistência social, nº 8.724, de 07 de dezembro de 1993** . Brasília: Senado, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social**. Brasília: s.n, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Sistema de monitoramento e avaliação da assistência social**. Brasília: s.n., 1999, v. 2.

BRUYNE, Paul de. et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. 2. ed. Trad. Ruth Jaffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRUYNE, Paul; HERNAN, Jacques; SCHOUTAETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução das prioridades**: da modernidade técnica à modernidade ética. S. Paulo: Paz e Terra, 1994.

CAMARGO, José Márcio. Pobreza e garantia de renda mínima. **Folha de S. Paulo**, S. Paulo, 26 dez 1991, p.2.



\_\_\_\_\_. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (orgs.). **Brazil: portrait of half a continent.** Nova York, The Dryden .

CANO, Wilson. **O mundo do trabalho:** crise e mudança no final do Século, industrialização, crise, ajuste e reestruturação; algumas questões sobre o emprego e suas repercussões sobre a distribuição de renda. S. Paulo: Página Aberta, 1994.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O “Brasil real” em questão:** um resgate do olhar de cientistas sociais 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A política de assistência social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Serviço Social e Sociedade**, S. Paulo, n. 62, Ano 21, 2000.

\_\_\_\_\_. Assistência social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em governo paralelo à pobreza. **Serviço Social e Sociedade**, S. Paulo, n. 46, Ano 15, dez., 1994.

CASTELLS, M. Para o Estado – Rede: globalização e econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, L.C.B. et al. **Sociedade e Estado em transformação:** São Paulo: UNESP/ Brasília: ENAP, 1999.

CEARÁ. Secretaria Extraordinária de Inclusão e Mobilização Social: **o sistema de inclusão no Ceará, SIM: é impossível ser feliz sozinho.** Fortaleza: s.n, 2003.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: **COLCHA de retalhos:** estudos sobre a família no Brasil. S. Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Sérgio Francisco. **Método científico:** os caminhos da inovação. S. Paulo: HARBRA, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **Direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível ?** S. Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção à cidadania: In: DAGNINO, Evelina (org) **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. S. Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DRIBE, Sônia. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas; políticas sociais e organização do trabalho**. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1990.p.1-66.

DURHAN, Eunice. **O caminho da cidade**. S. Paulo: Perspectiva, 1985.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. S. Paulo: Saraiva, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FLEURBAEY (2004) (in) EUZEBY – Chantal a inclusão social: o maior desafio para os sistemas de proteção social (org) IN: SPOSATI, Aldáiza. **Proteção Social de Cidadania: Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França , Portugal. e São Paulo: Cortez, 2004.**

FRANCO, Augusto de. Capital Social e desenvolvimento local. In: VERGARA, Patrício. **Desenvolvimento endogeneo um novo paradigma para a gestão local e regional**. Fortaleza: IADH, 2004.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1969. Tomo 1.

FREUD, Sigmund; MARTINS, Rubens de Oliveira. Interfaces entre o conceito de ideologia em Marx e o de ilusão em Freud: anotações para uma análise do discurso das recentes políticas de educação superior no Brasil. **Revista Múltiplas**, Brasília, DF, ano 6, n.11.

FRIEDMAN, L. C: **Pós-modernidade: sociedade da imagem e sociedade do conhecimento**. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v.6, n 2, p. 353- 75, jul. / out. 1999.

FROOM, Eric. Autoridade e super-ego: o papel da família. In: CANNEVACCI. (org). **Dialética da família**. S. Paulo: Brasiliense, 1976;

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA: **nota técnica** Fortaleza:. Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará, 2004.Mimeografado.

INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **O projeto de pesquisa e a monografia: etapas fundamentais do trabalho científico**. Fortaleza: s.n, 2000.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HORKHEIMER, Max. **Dialética e esclarecimento**. São Paulo: Zaliar, 1985

LACERDA, Keyla Christina Albuquerque; GOSSON, Annuzia Maria P. Moreira; TEIXEIRA, Virginia Dantas S. **Famílias no Brasil e no Ceará: uma relação de gênero e pobreza**. (mimeo). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG, 2006.

LEVI-STRAUSS. **A família, origem e evolução**. Porto Alegre: Villa Martha, 1980.

LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell. A descentralização: O ambiente e as mudanças organizacionais da política de assistência social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 73, 2003.

LÜHR, Volker. **Combate da pobreza com ajuda para a auto ajuda ?** Mainz: Womos, 1987.

MACEDO, Myrtes de Aguiar; BRITO, Sebastiana Rodrigues. **Transferência de renda: nova fase da proteção social?.** Rio de Janeiro: PUC , 2004.

MALLINOWSKY. A família no direito paterno e no direito materno. In: **DIALÉTICA da Família**. 4. ed. S. Paulo: Brasiliense, 1985.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. S. Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, C. S. (ORG); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tomaso. Família e serviço social: contradições para o debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, 1997.

MISHRA, Ranesh. **O estado providência na sociedade capitalista**. Oeiras: Celta, 1995.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**. v. 9, n. 24, 1995.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

OLIVEIRA, Francisco. Trabalho feminino e riqueza capitalista. **Caderno de Debate**. S. Paulo, 1976;

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Menino trabalhador: identidade no conflito família-rua**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

\_\_\_\_\_. **família e sua centralidade nas políticas públicas**. Fortaleza, s.n. 2006.

\_\_\_\_\_. **família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas**. Fortaleza: s.n., 2006.

\_\_\_\_\_. **Família e perspectivas de intervenção: cidadania, redes de sociabilidade e políticas públicas**. Fortaleza: s.n., 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto; OLIVEIRA, Maria Norma; GOMES, Ana Lígia. medidas de combate à pobreza: a propósito das iniciativas legislativas do Senador Antônio Carlos Magalhães. **Serviço Social e Sociedade**, S. Paulo, n. 63, jul, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. S. Paulo: Cortez, 2000.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. S. Paulo: Cortez, 2003.

ROCHA, Sonia. **Distribuição de renda, pobreza e desigualdade no Brasil: evolução e determinantes**. São Paulo: s.n., 2006.

SALAMA, Pierre; DESTREMAM, Blodine. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 2. ed. S. Paulo: Hucitec, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Acervo de Maldiz**. São Paulo: Paz e Terra, s.n, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente: tentativa de análise introdutória crítica**. S.l.:s.n., 1990.

\_\_\_\_\_. **Menoridade dos mínimos sociais:** encruzilhador da assistência social no mundo de hoje. Brasília: s.n, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pobreza política.** S. Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, Maria Ozanira da Silva Yazbek, Maria Camerlita; Giovanni, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. S. Paulo: Cortez, 2004.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **A comunidade solidária:** o não enfrentamento da pobreza no Brasil. S. Paulo: Cortez, 2001.

SILVEIRA, Antônio Maria. Erradicação da miséria: o pacto base. In: SUPPLY, Eduardo M. **Programas de garantia de renda mínima. Brasília:** Gráfica do Senado, 1992, p. 175-177.

SPOSATI, Aldaíza de O. Especificidade e interserialidade da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, S. Paulo, Ano 2, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo:** um comentário do relatório da Comissão Mista Especial da Câmara e do Senado. Brasília: Câmara do Senado, [199<sup>2</sup>].

\_\_\_\_\_. **Proteção social de cidadania:** inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. S. Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Renda mínima e crise mundial:** saída ou agravamento? S. Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **SUAS: sistema único de assistência social.** São Paulo: Prefeitura Municipal. Maio, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vida urbana e gestão da pobreza.** S. Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, Aldaíza de O.; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (os desassistidos) sociais.** S. Paulo: Cortez, 1989.

SUPLICY, Eduardo M. **Programa de renda mínima**. Brasília: Gráfica do Senado, 1991.

VANDEBORGTH, Yannick; PARIJS, Philippe Van. **Renda básica de cidadania**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**: populações rurais do Centro-Sul. Niterói: EDDF, 1987. v. 1.

VIEIRA, Balbina Otoni (1977). **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977

WEBER, Max **Ciência e política**: duas vocações. S. Paulo: Martin Claret, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita et. al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. uma questão de análise. S. Paulo: Cortez, 1987.

# ANEXOS



## ANEXO I - QUADRO I. Características Gerais dos Municípios – Quadro Síntese

MUNICÍPIOS	CARACTERÍSTICAS GEOAMBIENTAIS		ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS		ASPECTOS DE SAÚDE										ASPECTOS EDUCACIONAIS										FINANÇAS ECONÔMICAS		ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO X POSIÇÃO NO RANKING																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
	ÁREA KM <sup>2</sup>	DISTÂNCIA DE FORTALEZA	POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA 2006	Nº DE DOMICÍLIOS	MÉDIA DE MORADORES	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA(*)	Unidades		Tipologia				Profissionais				MORTANDADE INFAN. (TMI)	Escolas		Docentes		Matrícula		Sala de Aula		BIBLIOTECA	LAB. DE INFORMÁTICA	PIB TOTAL (R\$)	RECEITA TOTAL (R\$)	IDM (2004)	IDH (2004)	IDS-R 2005																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
ARNEIROZ	1.066,43	341Km	7.650 habitantes	1.669	4,47 p/residência	89,12	6	-	1	4	-	1	12	3	6	17	32	8,26/1000	38	-	30	167	606	3.074	-	16	101	-	2	-	25.540,00	6.199,00	12,58 176°	0,587 164°	0,3665 140°																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
AIUABA	2.434,41	457Km	15.363 habitantes	3.329	4,33 p/residência	79,59	7	-	1	4	1	1	10	5	11	15	27	18,4/1000	123	-	27	348	919	5.520	-	19	257	-	1	-	26.534,00	10.134,00	8,57 183°	0,566 179°	0,3674 138°																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
PARAMBÚ	2.303,40	371Km	33.945 habitantes	7.676	4,19 p/residência	78,32	15	1	7	8	-	1	14	5	18	57	33	14,6/1000	157	1	42	373	1.276	10.205	133	17	300	11	10	1	59.661,00	18.835,00	14,15 171°	0,613 127°	0,2942 179°																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
CATARINA	486,86	306Km	18.217 habitantes	3.157	4,91 p/residência	67,44	8	-	1	5	2	-	16	8	13	44	36	48,26/1000	25	2	16	122	565	2.708	110	9	100	12	3	1	29.998,00	10.907,00	9,13 182°	0,580 170°	0,2972 178°																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
QUATERIANÓPOLIS	1.040,96	342Km	19.569 habitantes	4.377	4,19 p/residência	91,74	6	-	1	3	1	1	19	6	10	37	49	18,4/1000	78	1	38	294	9	1.254	5.921	126	29	187	06	4	1	20.646	11.689,00	10,22 180°	0,625 106°	0,3232 173°																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
TROPICAL QUENTE SEMI-ÁRIDO					CLIMA					MICRORREGIÃO										POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA 2006										Nº DE DOMICÍLIOS										MÉDIA DE MORADORES										RAZÃO DE DEPENDÊNCIA(*)										PÚBLICA										PRIVADA										POSTO										CENTRO										AMBULATÓRIO										HOSPITAL										MÉDICO										DENTISTA										ENFERMEIRA										AG. COM.										OUTROS										MORTANDADE INFAN. (TMI)										PÚBLICA										PRIVADA										ESTADO										MUNICÍPIO										PARTICULAR										ESTADO										MUNICÍPIO										PARTICULAR										ESTADO										MUNICÍPIO										PARTICULAR										BIBLIOTECA										LAB. DE INFORMÁTICA										PIB TOTAL (R\$)										RECEITA TOTAL (R\$)										IDM (2004)										IDH (2004)										IDS-R 2005									

(\*) Razão de Dependência: Quociente entre "população dependente" isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a população potencialmente ativa, isto é, pessoas com idade entre 16 e 64 anos.

**ANEXO II - Quadro II**  
**Síntese dos Resultados**

Município	Faixa Etária (Maior %)	Gênero		Posição na Família		Chefe de Família		Situação Civil		Nº de Membros			Morada		Renda Familiar (1)		Razão/ Noção de estar no PBF		Escolaridade dos Informantes		
		F	M	Pai	Mãe	Sim	Não	Casado Amasiado	Separado/ Solteiro Divorciado/ Viúvo	2-4	5-7	> 8	Própria	Alugada	Pobres	Extremamente Pobres	Direito	Ajuda	E. Fundamental	E. Médio	Analfabetos
AIUABA 14 participantes	De 31 a ≥ 41 (85,70%)	14 100%	-	-	14 100%	09 64,2%	05 35,7%	11 78,5%	3 21,4%	10 71,4%	04 28,5%	-	12 85,7%	02 14,3%	09 64,2%	05 35,7%	06 42,8%	08 57,1%	08 57,1%	05 35,7%	01 7,1%
ARNEIROZ 13 participantes	□ 41 (46%)	13 100%	-	-	13 100%	11 84,6%	02 15,3%	07 53,8%	46,1%	08 61,5%	04 30,7%	01 7,7%	05 38,4%	08 61,5%	08 61,5%	05 38,4%	04 30,7%	09 69,23%	09 69,23%	-	05 38,4%
CATARINA 16 participantes	20-30 50%	16 100%	-	-	16 100%	10 62,5%	06 37,5%	03 18,7%	13 81,25%	09 56,2%	06 37,5%	01 6,2%	09 56,2%	07 43,7%	11 78,5%	05 31,25%	09 56,2%	07 43,7%	07 43,7%	08	01 6,25%
PARAMBU 42 participantes	20-30 35,7%	42 100%	-	-	42 100%	27 64,2%	15 35,7%	33 78,5%	69 21,4%	30 71,4%	12 28,5%	-	24 57,1%	18 42,9%	09 21,4%	33 78,5%	14 33,3%	28 66,7%	20 47,6%	10 23,8%	12 28,5%
QUITERIANÓPOLIS 20 participantes	≥41 45%	20 100%	-	-	20 100%	14 70,0%	06 30,0%	17 85,5%	03 15,0%	16 80%	03 15%	01 0,5%	14 70%	06 30%	14 70%	06 30%	07 35%	13 65%	09 45%	05 25%	06 30%

**Fonte: Pesquisa Direta**

(1) Renda Familiar: Tomando-se por referência critérios de acesso ao Bolsa Família, para facilitar a leitura dos achados, as informações sobre a renda familiar se apresentam em duas categorias.

POBRES= Renda Familiar “per capitã”, variando entre R\$ 120,00 (cento e vinte reais/ mês)

EXTREMAMENTE POBRES= Renda Familiar “per capita” variando até R\$ 60,00 (sessenta reais/mês)

Município	Quiteriãópolis	Parambu	Catarina	Arneiroz	Aiuaba		
Pessoas da Família na Escola	18 90%	34 80,9%	10 62,5%	04 30,7%	10 71,4%	1-3	
	-	01 2,3%	03 18,7%	04 30,7%	-	≥4	
	02 10%	07 16,6%	03 18,7%	05 38,4%	04 28,5%	NRA	
Frequência na Escola	01 0,5%	03 7,1%	01 6,2%	02 15,3%	-	FALTA ÀS VEZES	
	-	-	-	-	-	FALTA MUITO	
	-	03 7,1%	01 6,2%	-	-	NUNCA FALTA	
	17 85%	30 71,4%	09 56,2%	07 53,8%	10 71,4%	FALTA POR MOTIVO JUSTO	
Acompanhar Frequência Escolar	13 65%	19 45,2%	05 31,2%	03 23%	06 42,8%	REUNIÕES	
	08 25%	10 23,8%	04 25%	01 7,7%	03 21,4%	DIÁRIO ESCOLAR	
	-	04 9,5%	01 6,2%	-	-	NÃO ACOMP.	
	02 10%	09 21,4%	06 37,5%	09 69,2%	05 35,7%	NRA	
Refeição/ Dia	-	-	-	01 7,7%	-	UMA	
	03 15%	03 7,1%	-	04 30,7%	01 7,1%	DUAS	
	13 65%	32 76,1%	11 68,7%	08 61,5%	11 78,5%	TRÊS	
	07 20%	07 16,6%	05 31,2%	-	02 14,2%	+ DE TRÊS	
Vacinação	16 80%	37 88%	15 93,7%	10 76,9%	07 50%	EM DIA	
	04 20%	05 11,9%	01 6,25%	03 23%	05 35,7%	ATRASADO	
	-	-	-	-	02 14,2%	NRA	
Acomp. a Saúde da Família	12 60%	27 64,2%	16 51,7%	13 76,4%	12 60%	AGENTE DE SAÚDE	
	08 40%	15 35,7%	10 32,2%	04 23,5%	08 40%	POSTO DE SAÚDE	
	-	25 59,5%	05 16,1%	-	-	OUTROS	
Uso do Recurso do PBF	17 85%	06 14,2%	14 87,5%	12 92,3%	10 71,4%	ALIMENTAÇÃO	
	-	-	01 6,2%	01 7,7%	-	AL/ LUZ E ÁGUA	
	-	11 26,2%	01 6,2%	-	02 14,2%	AL. ROUPA	
	03 15%	-	-	-	02 14,2%	AL/ MAT. ESCOLAR	
Condições de Acesso a outros programas Governamentais	01 0,59%	03 7,1%	02 12,5%	-	-	LIVRE ACESSO	
	05 25%	08 19%	01 6,2%	-	02 14,2%	VIA ENCAMINHAMENTO	
	05 25%	13 30,9%	01 6,2%	-	04 28,5%	NÃO TEM ACESSO	
	09 45%	18 42,8%	12 75%	13 100%	08 57,1%	NRA	

ANEXO II - Quadro II Síntese dos Resultados

**ANEXO III**  
**INSTRUMENTAL DE PESQUISA**

**PROJETO:** Os programas de transferência de Renda e seus impactos na Redução da Pobreza em Municípios cearenses.

**1. Dados de Identificação**

- Município: \_\_\_\_\_ Data/Entrevista: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_
- Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_
- Escolaridade: \_\_\_\_\_
- Renda familiar: Antes do bolsa família: \_\_\_\_\_  
Depois do bolsa família: \_\_\_\_\_
- Casa Própria      Sim  Não
- Nº de membros da família: \_\_\_\_\_
- Especificar Idades: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- Nº do cadastro único (CADÚNICO – IDS) : \_\_\_\_\_
- Valor do Benefício: \_\_\_\_\_
- Posição que ocupa na família:  
Pai  Mãe  Filho(a)   
Outro  Qual? \_\_\_\_\_
- Assume papel de chefe de família ?  
Sim  Não

**2. Informações Familiares**

- Tem filhos ou outros membros da família na escola ?

Sim  Não  Quantos ? \_\_\_\_\_

Quem ? (com idades especificadas): \_\_\_\_\_

- Como é o acompanhamento da frequência escolar (periodicidade/como e quem faz):

\_\_\_\_\_

- Como é a frequência na escola

Falta às vezes  Nunca falta  Só falta quando é

Falta muito

extremamente necessário

Porque ? \_\_\_\_\_

- Quantas refeições a família faz ?

Uma  Duas  Três  Mais de três

Observações quanto as refeições (quantidade x qualidade): \_\_\_\_\_

- O(s) cartão(ões) de vacinação dos membros da família estão em dia ?

Sim  Não

Por que? \_\_\_\_\_

- Como é o acompanhamento da saúde da família ?

Agentes de Saúde  Ida ao posto de saúde

Outros  Qual ? \_\_\_\_\_

Qual a frequência ? \_\_\_\_\_

Por que ? \_\_\_\_\_

- Quais os principais problemas de saúde da família ? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Por que ? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- A família participa ou já participou de algum programa, projeto, serviço ou benefício ?

Sim  Não  Qual ? \_\_\_\_\_

- Federal  Estadual  Municipal

- Quando ? \_\_\_\_\_

- Por que participa ? \_\_\_\_\_

- Complementação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- A família conhece os serviços da área social, saúde, educação, saneamento, assistência social, etc. ?

Sim  Não

Qual(is) ? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Como é o acesso a esses serviços (encaminhamentos/livre/etc...) ?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- Algum membro adulto da família já participou de projetos de qualificação profissional ou geração de ocupação de renda ?

Sim  Não

Qual ? \_\_\_\_\_

Situação atual ? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Em que ou como é utilizado o dinheiro do Bolsa Família ?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- Qual o significado desse recurso na vida da sua família ?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Você acha que o Bolsa família é um benefício que è repassado como um direito para

as famílias pobres, ou ele é uma ajuda do governo? \_\_\_\_\_

- Você é acompanhado pela Secretaria de Ação Social do Município ?

Sim  Não

Periodicidade ? \_\_\_\_\_

Como é o acompanhamento ? \_\_\_\_\_

- Quais as principais constatações feitas pela equipe municipal junto a sua família e encaminhamentos realizados ?

---

---

---



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
REGINA ÂNGELA SALES PRACIANO

O IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NAS  
POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA EM MUNICÍPIOS  
CEARENSES: **o programa bolsa família em foco**

FORTALEZA – CEARÁ  
2008



P895i

Praciano, Regina Ângela Sales

O impacto da transferência de renda nas populações de baixa renda em municípios cearenses: o programa bolsa família em foco/ Regina Ângela Sales Praciano. - Fortaleza, 2008

182p

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro Ferreira Osterne  
Monografia (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

1. Família. 2. Assistência Social. 3. Programa de transferência de renda I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

CDD: 640.42

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)